

mapa

**Jornal de
Informação
Crítica**

*Assina o
Jornal Mapa
descobre como
nas págs. 24-25*



NÚMERO 24
AGOSTO-OUTUBRO 2019
TRIMESTRAL / ANO VIII
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTOR: GUILHERME LUZ

Criminalizar a solidariedade

págs. 23 a 25

Com uma Europa tornada fortaleza, o mediterrâneo tornado cemitério e a extrema direita tornada governo em alguns países, a repressão vira-se contra os que ousam mostrar solidariedade com os migrantes.

Software Livre, num mundo fechado

págs. 4 a 8

O software livre, de fonte aberta, pode ser uma ferramenta para navegar num mundo em que estamos rodeados de aplicações, dispositivos, algoritmos e fazer frente ao modelo das grandes empresas tecnológicas.

La bestia de Salvini

págs. 18 a 20



Da luta à vitória contra uma mina de Urânio junto à fronteira portuguesa. **pág. 13**



NÃO QUEREMOS AMINA

É este o grito das populações, que recusam pagar os «custos do progresso», mobilizando-se em defesa dos seus territórios, do ambiente, da saúde e do futuro. **págs. 7 a 9**

Paulo Guimarães: As lutas ambientais não são recentes
págs. 10 a 11

O Lítio ou a Vida? Encontro de grupos anti-mineração
pág. 12

Acabou-se a calma no Alentejo

Aumentam os protestos contra os impactes no território, nas pessoas e no ambiente pelas monoculturas agrícolas



Foto: J. Vilhena

FILIPE NUNES

FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Os alentejanos parecem ter perdido a calma. Um pouco por todo o sul, do Torrão em Alcácer do Sal, no distrito de Setúbal, de Avis, no distrito de Portalegre, a Serpa ou à capital do distrito de Beja, diversas populações clamam contra o novo paradigma socioeconómico que opera no território: monoculturas extensivas, olival e amendoal sobretudo, que transformam campos e comunidades. Exigem, como o Movimento Alentejo Vivo de Beja, que se acautelem «os impactes que começam já a ser manifestos, na conservação do solo, na qualidade da água superficial e subterrânea, na saúde humana, na perda de biodiversidade, na afectação de património arqueológico e histórico, e de algum modo também na perda de uma certa identidade regional».

A maior região nacional assiste a um dos mais acelerados e profundos processos de alteração da paisagem jamais realizados. A forma como este programa de investimento público e privado na área da agricultura é conduzido, e o que gera no território, levantam

questões de fundo. O novo regadio não trouxe qualquer diversidade agrícola a caminho da autonomia alimentar e a disponibilidade da água parece ter servido apenas para a entrada em larga escala da *financeirização* agrícola, numa corrida especulativa às terras por sociedades de investimento e grandes grupos agro-industriais internacionais. O potencial agrícola do território traçado numa folha de cálculo que confirma lucros exorbitantes à instalação destas culturas permanentes numa equação em que a empregabilidade regional não descola por aí além, nem se fixa, presa que está à variante da empregabilidade sazonal assente na exploração da mão-de-obra migrante.

Se o novo modelo agrícola de regadio que os blocos de rega do Alqueva determinaram fora feito sob um consenso generalizado, traduz-se agora junto das populações num assomo de espanto e de indignação. Ninguém havia anunciado que os custos do progresso significavam viver com olivais às portas de casa, das escolas primárias e das aldeias, respirando os ares carregados de fitofármacos e fertilizantes, que a água

Viver com olivais às portas de casa, das escolas primárias e das aldeias, respirando os ares carregados de fitofármacos e fertilizantes.

do poço deixasse de ser de confiança, e que o passeio campestre passasse a ser a monotonia de uma paisagem homogeneizada. Que, de um dia para o outro, desaparecesse aquela que era uma das mais extraordinárias ambiências rurais do sul da Europa e que, pouco a pouco, toda uma cultura histórica e natural se visse substituída e praticamente extinta, dando lugar a uma nova realidade física, económica e social.

Perante a cúmplice inoperância da administração, seja da Direção Regional

de Agricultura e Pescas do Alentejo, da Agência Portuguesa do Ambiente ou da Administração de Região Hidrográfica do Alentejo, entre outras, os alertas tem sido levados a cabo pelos residentes na região. Facto testemunhado numa série de concorridas sessões abertas promovidas entre Junho e Julho pela Assembleia Municipal de Beja sobre a intensificação da agricultura. O desagrado instalado mereceu por parte do sector agrícola, como do Ministro da Agricultura, Capoulas Santos, uma resposta alicerçada na «descarbonização» do olival, ou puramente económica, assumindo a inevitabilidade do modelo e as alterações da paisagem.

Por responder continua um cada vez maior leque de irregularidade e ilegalidades ambientais, no âmbito da regras de ordenamento territorial constantes nos Planos Directores Municipais, que têm vindo a ser denunciadas, sem esquecer o princípio de prevenção continuamente descurados na saúde pública das populações. A velocidade e voragem das terras pelas monoculturas do olival e amendoal, essas são cada vez maiores. Acabou-se a calma no Alentejo.

Software Livre de fonte aberta num mundo fechado

Embora ocupem cada vez mais espaço no nosso quotidiano, será que sabemos como funcionam aplicações informáticas, algoritmos e dispositivos eletrónicos?

UMA COLABORAÇÃO ENTRE
A REVISTA DIGITAL SHIFTER
E O JORNAL MAPA.

JOÃO RIBEIRO
SHIFTER.PT | @JOAOGSR
JOAORIBEIRO@SHIFTER.PT

GUILHERME LUZ
JORNAL MAPA | @GUIXLUZ
GUI.LUZ@JORNALMAPA.PT

Imaginemos que o nosso automóvel tem um problema e que na oficina nos informam de que se trata de um problema na centralina, o dispositivo eletrónico que faz parte dos sistemas computacionais dos automóveis modernos, e que pode servir para controlar portas, sistemas de climatização ou caixas de velocidade. Nesse caso, o mais provável é que a oficina não possa proceder à reparação e a única solução seja enviar esse pequeno dispositivo para que o fabricante o possa reconfigurar. «Isto acontece porque a centralina é um computador, totalmente fechado, com todos os acesso vedados e escassa documentação sobre o seu funcionamento». Quem nos conta esta estória é Marcos Marado, em jeito de introdução à abrangência que uma conversa sobre software hoje em dia pode ter. Marcos Marado é o atual presidente da Associação Nacional para o Software Livre (ANSOL) e também membro da Associação D3 - Defesa dos Direitos Digitais, duas associações que têm, nos últimos anos, trazido para a praça pública os vários ângulos sobre os quais se pode olhar para o complexo mundo digital, do software, dos direitos de autor, da internet, dos algoritmos e da privacidade, evidenciando como as questões técnicas se fundem, na maior parte dos casos, com questões políticas e sociais. Para Marcos «a ANSOL não é uma entidade política, no sentido em que não se alinha partidariamente, mas é óbvio que todas as suas opções têm repercussões sociais e políticas e o exemplo do carro é um dos muitos que poderíamos utilizar para o ilustrar. Acabamos por falar muito sobre política, mesmo que não fosse esse o objetivo. Acabamos por falar muito mais sobre política do que propriamente sobre questões técnicas».

Nascida em 2001, durante a iniciativa Cidade Tecnológica, inserida no Porto - Capital Europeia da Cultura, a ANSOL teve como uma das primeiras ações a organização da vinda a Portugal de Richard Stallman, o fundador do movimento



Overconsumption, Christofer Dombres 2015

do software livre. Stallman fundou em 1983 a Free Software Foundation — organização central no movimento pelo software livre — e desenvolveu alguns dos primeiros programas disponibilizados sob licenças abertas (GNU GPL ^[+]). Desde então consolidou-se como um dos intelectuais de referência nesta área e acabou por servir de inspiração aos primeiros passos do movimento em Portugal, bem como noutras geografias onde constantemente é convidado a discursar. «[A ANSOL] apareceu num contexto mais alargado, na mesma altura estava ser criada a Free Software Foundation Europe (FSFE)» continua Marcos.

«Havia a comunidade do software livre, organizada em torno das ideias, mas a certa altura começámos a sentir a necessidade de haver uma coisa mais centrada na perspetiva local, tanto nacional como europeia. Assim, em vários países começaram a aparecer movimentos de software livre nacionais».

Diferente da sua contraparte europeia, mais centrada em acompanhar os desenvolvimentos no Parlamento Europeu ou na Comissão Europeia, a ANSOL tem-se focado muito no acompanhamento da legislação sobre software e direitos de autor em Portugal mas também em monitorizar as práticas da administração

pública no que toca à utilização de software em serviços do estado, como escolas ou hospitais. Nesse sentido, e após a ação mais informativa com a vinda de Stallman a Portugal, a jovem associação teve em braços outras tarefas reveladoras do seu âmbito. «A primeira tarefa de todas que a ANSOL teve em mãos, já depois de formalizada, foi a transposição da diretiva da sociedade da informação, a Infosoc. A diretiva foi aprovada em 2001 no Parlamento Europeu e a transposição estava a começar a acontecer cá em Portugal. Essa foi a primeira contribuição da associação e demorou bastante» afirma Marcos. «Se tivéssemos que fazer

um *post-mortem* de tudo aquilo que foi a nossa intervenção por causa dessa diretiva em particular diria que ela só acabou há 3 anos».

Hoje em dia o seu trabalho é cada vez mais amplo, à medida que se multiplicam as utilizações de software em serviços e produtos de uso diário. Seja através da participação em audições públicas sobre reformas legislativas na sensibilização para boas práticas ou na monitorização das práticas dos serviços estatais, a ANSOL tem tentado, com os seus recursos materiais e humanos, chamar a atenção do público para temas tão variados como casos semelhantes ao das centralinas ou a polémica em torno do artigos 11 e 13 ^[+] introduzidos pela recém aprovada reforma da Diretiva do Direito de Autor.

O que é Free Open Source Software?

Designado pela sigla FOSS, consagrado geralmente pela licença GNU GPL, é considerado software livre qualquer programa de computador que seja licenciado de forma excecional, consagrando ao utilizador liberdades que a norma geral do direito de autor (que abrange o software como uma criação) subtrai. Segundo Marcos Marado, «no software, se quiseses definir um conjunto de regras a partir das quais as pessoas podem usar aquele software isso faz-se colocando uma licença, que é o que estende ou explicita o direito de autor de maneira a dar um conjunto de obrigações ou restrições, no caso do software proprietário, ou liberdades, no caso do software livre». O software livre define-se pelo respeito por quatro liberdades que servem de mantra às várias organizações um pouco por todo o globo.

A primeira dessas liberdades, simbolicamente denominada como Liberdade Zero, considera que a licença consagra ao utilizador a plena liberdade para utilizar o software para os fins que este determinar, sem excluir à partida objetivos nem agentes da interação com o programa.

A segunda liberdade, Liberdade 1, é a liberdade do utilizador estudar e alterar o código fonte

4 SOFTWARE LIVRE

«a ANSOL não é uma entidade política, no sentido em que não se alinha partidariamente, mas é óbvio que todas as suas opções têm repercussões sociais e políticas»

do programa. Como explica Marcos, «se tiveres um programa que é uma calculadora e quiseses saber se aquela calculadora não te vai enganar, podes aceder ao código e certificar-te que quando tens dois números e os somas que a calculadora vai, efetivamente, devolver-te a sua soma». Uma liberdade que se revela particularmente importante em situações em que é essencial que saibamos exatamente o que faz um dado software como é o caso de, por exemplo, software médico.

A Liberdade 2 abre espaço para que o utilizador, para além de poder utilizar e estudar o programa, também o possa partilhar para que outros o façam. Imagine-se que queremos uma nova funcionalidade mas não temos as capacidades técnicas para realizar as alterações necessárias ao código. Nesse caso «podes passar o código para as mãos de um informático que tenha os conhecimentos necessários para fazer aquela auditoria por ti» explica Marcos. «Estás, neste caso, a usar mais do que uma liberdade em conjugação».

Conjugando todas as outras, a Liberdade 3 é a que faz com que o «software livre seja um mundo tão vivo», consagrando a possibilidade de distribuir também as alterações realizadas. «Imaginem que fiz um programa para ouvir rádio e o disponibilizei online, e houve uma pessoa que reparou que aquilo tinha a Antena 1, 2 e 3 mas não tinha a Renascença. Em primeiro lugar, ela viu o código, porque podia, e viu que lá faltava essa rádio, depois alterou-o, porque podia, para acrescentar a rádio Renascença e depois distribuiu a alteração para que outros pudessem beneficiar da mesma, incluindo eu que criei o código original. Portanto eu, sem ter feito nada e sem ter pensado nisso, beneficiei gratuitamente de uma nova rádio» exemplifica Marcos.

É o foco do movimento de software livre numa política de licenciamento que consagre ao utilizador liberdade para executar, estudar, modificar e redistribuir um programa que o diferencia do termo mais comum *Open Source* (fonte aberta). Ainda que o software livre seja também de fonte aberta, há exemplos de projetos deste último tipo que não contemplam uma licença

como a acima descrita. A FSF clarifica no seu site que as diferenças entre Fonte ou Código Aberto, uma metodologia aberta de desenvolvimento de código, e Software Livre, um movimento social, são sobretudo no domínio do licenciamento.

O software livre está todo o lado

Ainda que o software esteja em todo o lado, é pouco comum encontrar um utilizador que saiba qual a licença que está a usar. Mesmo sem se aperceber, qualquer pessoa que use um telemóvel ou um computador *desktop* já se cruzou, com certeza, com algum software livre. O conhecido *browser* Mozilla Firefox é um exemplo, tal como o LibreOffice, a alternativa livre ao Office da Microsoft ou o leitor de multimédia VLC. Mas talvez o exemplo mais associado ao software livre seja o sistema operativo Linux, com a sua distribuição mais conhecida, o Ubuntu, uma entre as centenas de outras construídas umas a partir de outras por comunidades dedicadas. Estima-se que o sistema operativo, desenvolvido em 1991 pelo engenheiro informático Linus Torvalds, seja utilizado por 5% de todos os utilizadores de *desktops* no mundo, tendo ainda outros usos profissionais como, por exemplo, em servidores de Internet. No entanto muitos são os projetos com base em Linux. O próprio sistema operativo Android, instalado em milhões de telemóveis, tem no seu código partes desta criação, e acaba por assumir parte desta ideia mantendo-se software livre.

Noutros contextos são várias as evidências da fiabilidade que o software livre representa enquanto alternativa. Um dos exemplos mais recentes foi protagonizado pela Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN) ao anunciar que iria substituir, tanto quanto possível, o software utilizado por alternativas *open source* ou livres. Os programas alternativos disponíveis sob licenças livres são cada vez mais e abrangem cada vez mais áreas que vão do design à medicina, em volta dos quais se geram, muitas vezes, efervescentes comunidades de inovação. Apesar de tudo isto, e dos exemplos apontados, continua a predominar a ideia de que

software proprietário, tal como os sistema operativo Windows ou Mac OS ou a suite de aplicações para design gráfico da Adobe, garantem mais opções e segurança aos utilizadores.

Para Marcos esta é uma ideia errada que se mantém porque «existe muito dinheiro investido em passar essa imagem e é perfeitamente natural que quem tem um modelo de negócio baseado em software proprietário tente passar a imagem de que este tem vantagens pelo facto de ser proprietário. A única diferença é que o software livre pode fazer tudo aquilo que o software proprietário faz e ainda oferece essas quatro liberdades ao utilizador».

Estimar o valor total acumulado da venda de software nos dias que correm é praticamente impossível. Dados recolhidos pela consultora Gartner apontavam, em 2012, para um valor de 403 mil milhões e com uma tendência de crescimento na ordem dos 4%. Mais recentemente, em 2017, a consultora norte-americana Forrester antecipava a chegada desta indústria ao 3 biliões de valorização.

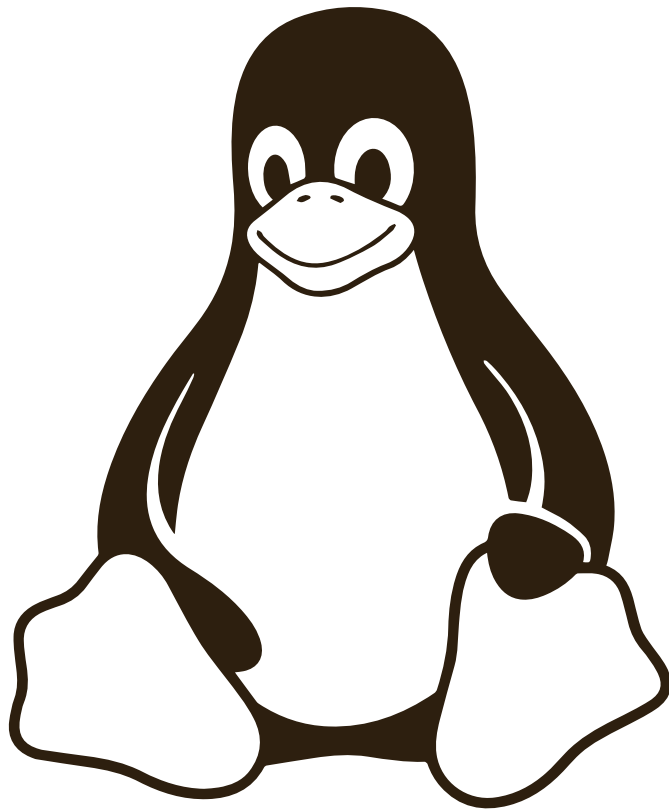
É considerado software livre qualquer programa de computador que seja licenciado de forma excecional, consagrando ao utilizador liberdades que a norma geral do direito de autor subtrai

Mesmo sem um valor exato, é possível testemunhar o potencial lucrativo deste mercado no fenómeno da chamada digitalização. É neste contexto que aplicações desenvolvidas por comunidades dedicadas, muitas vezes voluntárias, de forma a disponibilizar uma ferramenta para todos, têm de competir. Dedicando os poucos recursos que têm ao desenvolvimento de software, acabam por comprometer as estratégias de promoção e distribuição que poderiam contribuir para uma maior disseminação, de que beneficiaria a vertente comunitária. Marcos não se mostra muito surpreendido relativamente a estas assimetrias: «se tiveres uma empresa a investir e 100 pessoas

a desenvolver ativamente um produto e, do outro lado, tens uma equipa de duas pessoas a desenvolver ativamente um produto concorrente, não fico muito surpreendido se o primeiro produto tenha melhor qualidade que o segundo».

Outra das falsas percepções em torno do software proprietário é a de que este oferece garantias de funcionamento e que efetivamente faz o que é suposto porque existe uma empresa que o desenvolve. «Tipicamente, quanto maior e mais caro é o software menos garantias o utilizador tem e mais protegida é a empresa que o vende.

Olha para o exemplo dos dois sistemas operativos mais utilizados em *desktops*, o MacOS e o Microsoft Windows: que garantias é tens ao usar esses sistemas?» questiona Marcos. «Tens uma máquina com Windows e estás a trabalhar, de repente os teus documentos perdem-se todos e tens um *blue-screen*. O que é que a Microsoft vai fazer, quem é que te vai recuperar os documentos?». O software livre tem ainda como grande vantagem o potencial de colaboração e contribuição descentralizada entre programadores e utilizadores que, em conjunto, desenvolvem uma aplicação que fica disponível para qualquer um estudar, modificar e redistribuir.



O logotipo do sistema operativo Linux

No entanto, o desenvolvimento de software aberto, nem sempre segue a filosofia de colaboração inerente ao software livre. Um dos casos mais prementes é o do sistema operativo Android, desenvolvido pela Google. Embora seja software livre, o seu desenvolvimento não está aberto. «A Google publica o código de cada nova versão mas entre uma versão e outra tu vistes zero do desenvolvimento, o que faz com que a contribuição de código para o Android seja bastante complexa» afirma Marcos. «Imagina que sai uma versão, comesas a usá-la e passado um mês encontras um problema. Pensas numa solução, desenvolves e tentas submetê-la para a Google. Mas como uma nova versão do Android já está a ser preparada sem que tu tenhas visão sobre ela, não conseguiste contribuir com teu código dentro daquele que está já a ser trabalhado pela Google. Contribuíste no contexto de uma versão que, provavelmente, já mudou. Tu não sabes o que é que eles estão a fazer porque o processo é todo fechado. Apesar de ser software livre, eles optaram por não ter as mais valias do modelo colaborativo e isso dificulta a existência de uma comunidade de desenvolvimento à volta do Android».

Código fechado para uma sociedade fechada

É hoje quase um lugar-comum a constatação de que a indústria do software é dominada por grandes empresas com tendências monopolistas evidentes no uso quotidiano que as pessoas fazem dos seus dispositivos. E isso cria problemas e gera questões em vários pontos, enquanto replica um sistema económico centrado na monetização dos utilizadores e na obtenção de



lucro. No mundo laboral, existe uma espécie de segregação quando certos programas têm grande penetração de mercado e se mostram obrigatórios, como nos mostram os exemplos na área do design ou da arquitetura. Um candidato a um emprego pode ver a sua entrada barrada numa empresa porque não domina as aplicações proprietárias dominantes na área, mesmo que conheça todos os fundamentos e técnicas essenciais à sua função.

Mas a mesma lógica que seleciona marcas de software e não funções também é observada noutras áreas com fortes impactos, tal como a contratação pública, onde a opção pelo software proprietário pode implicar custos desnecessários para governos ou autarquias. Marcos Marado explica-nos que em Portugal já existe legislação que poderia ajudar nestas situações, abrindo possibilidades para a adoção de software livre. Nomeadamente, a Lei dos Contratos Públicos que aplica, para o caso da aquisição de software por parte de entidades públicas, o modelo de contratação pública. Desta forma, uma entidade deve anunciar a sua intenção de adquirir software para um determinado fim e realizar um concurso para a aquisição do mesmo recebendo propostas de empresas em concorrência. «Apesar de ser lei e de já ter havido casos em tribunal que foram colocados para relembrar a administração pública que isto acontece, ainda assim vai ao portal BASE ^[+], faz uma pesquisa e vais ver que todos os meses uma grande aquisição de software, com muitos algoritmos, está a ser realizada e não esta a cumprir esta lei» afirma Marcos. «Depois crias uma questão de dependência, porque a partir

do momento em que compras software a uma dada marca, ele pode produzir documentos que só são lidos naquele software. Da próxima vez que se compre software, e que a lei esteja já a ser cumprida, o custo de entrada vai ser maior porque vai ter de incluir a migração daqueles dados para o novo sistema».

Num campo distinto, mas ainda assim relacionado com a forma como a setor público se relaciona com os dados, surge a Lei Das Normas Abertas. Aprovada em 2011 pelo parlamento português, determina que todos os documentos utilizados ou publicações em serviços da administração pública tenham de estar publicados em normas abertas, tais como PDF, PNG, WebM ou HTML, e consequentemente acessíveis a qualquer um, independentemente do software que utilize. No entanto, esta lei continua sem ser cumprida em diversas ocasiões como se pode verificar pela lista que Marcos Marado mantém no seu repositório no Github ⁽¹⁾. Esta lei foi aprovada pelo parlamento português sem votos contra. No entanto, uma década depois e após ter sido submetida a duas revisões sobre quais as normas que são consideradas abertas, o site do parlamento ainda não a cumpre. Porém, Marcos sublinha que «a lei das normas abertas não diz que deves ter acesso ao código nem diz que tens de usar software livre, apenas diz que o produto resultante tem de estar num formato universal».

Mais longe, e no sentido de impulsionar o software livre, vai a campanha Public Money, Public Code (Dinheiro Público, Código Público), iniciada pela FSFE e da qual fazem parte tanto a ANSOL como a D3. A campanha defende que se algum desenvolvimento

de software é financiado com dinheiro público então o resultado deve ser software livre e de fonte aberta. «Afinal fomos nós todos que pagámos por aquilo e por isso devíamos ter acesso» acrescenta Marcos. A campanha centra-se na exigência de que o software usado em serviços públicos, tais como escolas, hospitais ou entidades governamentais, deva ser um recurso comum a usar por toda a infraestrutura do país, reduzindo custos e permitindo a auditoria do código pela sociedade. Isto levaria não só a formas mais transparentes de operar a infraestrutura de um país, como também abriria a possibilidade à adição de funcionalidades ou deteção de fragilidades através da auditoria pública do software. No entanto, o software usado pelas administrações públicas está nos antípodas da lógica do software livre sendo, na maioria dos casos, código de fonte fechada sobre o qual nada sabemos mesmo que ele tenha grandes impactos na vida de todos.

Licenças para todos os gostos

Ser-se crítico em relação ao software que usamos deveria ser hoje um dado adquirido, especialmente quando ele está em todo o lado e tem grande impacto nas vidas de todos. Uma parte crescente das nossas interações com o mundo é hoje mediada por sistemas computacionais cada vez mais complexos, dispostos em aplicações, algoritmos e mecanismos de diversos tipos. Nesse mundo fortemente tecnológico, em permanente evolução, pequenas ações podem acarretar consequências cuja extensão é impercetível no momento em que as realizamos. Sobretudo quando este mundo é uma caixa

Um candidato a um emprego pode ver a sua entrada barrada numa empresa porque não domina as aplicações proprietárias dominantes na área, mesmo que conheça todos os fundamentos e técnicas essenciais à sua função

fechada cujo funcionamento interno é desconhecido para os utilizadores. Nesse contexto de opacidade generalizada, existem diversos pequenos pormenores, tais como os pouco debatidos termos de serviço e as condições de utilização.

Quando nos registamos numa rede social como o Facebook, Twitter ou Instagram, ou instalamos uma aplicação no nosso computador ou telemóvel, estamos tacitamente a aceitar os seus termos. São as letras pequenas que raramente lemos e que contêm as condições sob as quais um determinado produto pode ser usado e com as quais temos de concordar se queremos usar esse serviço. Para Marcos Marado, os termos de serviço de algumas aplicações «são contratos horríveis e não consigo conceber como são legais sequer. Algumas das cláusulas são mesmo, para mim, escandalosas». Mas a utilização de políticas ambíguas é uma prática comum, como demonstra o exemplo de uma aplicação para *smartphones* de uma conhecida cadeia de supermercados portuguesa para os seus clientes. «Para poder criar uma conta nessa aplicação precisas de aceitar os termos de serviço, como aliás é prática comum para muito software hoje em dia. O que é estranho porque, teoricamente, já existem os direitos de autor que protegem o software e, havendo isso, não há razão para que o software tenha termos de serviço ou termos de utilização» explica Marcos. «Os termos de serviço daquela aplicação em específico não os li porque fiz scroll e fui à parte que é uma das primeiras para onde olho para ver se vale a pena ler o resto. Essa parte é referente a um pormenor a que dou bastante atenção e que responde à pergunta de «como é que estes termos de serviço são atualizados?». Quando um contrato é assinado, a sua renovação com termos diferentes deve estar contemplada em cláusulas específicas. No software, ou nos serviços online, isso raramente acontece, podendo as empresas decidir unilateralmente a alteração dos termos de serviço. Segundo Marcos,

«no caso da aplicação desta conhecida cadeia de supermercados é como se dissessem: «nós podemos atualizar isto quando nos apetecer, para os termos que nos apetecer e quando o fizermos vamos comunicar consigo da forma que nos der mais jeito». Estás a assinar um contrato em que uma das partes, que não és tu, tem o poder de o mudar».

No entanto, este caso está longe de ser único, como revelou recentemente o caso em torno da aplicação para *smartphones* Faceapp. Esta aplicação permite gerar uma fotografia de uma pessoa numa versão mais velha partindo de uma fotografia atual, e tem criado furor nas redes sociais pelos fantásticos momentos que são passados a prever o aspeto dos seus utilizadores no futuro. O divertimento tinha como preço aceitar termos de serviço que garantiam ao Faceapp o direito de usar, reproduzir, adaptar, publicar, criar derivados e usar publicamente, de forma perpétua e irrevogável, o conteúdo dos utilizadores sem qualquer tipo de compensação para os mesmos, em qualquer formato e canais existentes ou que venham a ser desenvolvidos. Este caso expõe a forma como os termos de serviço são um vale-tudo contratual.

Noutro caso, envolvendo a aplicação de fotografia Ever, soube-se que a empresa responsável pela

Os programas alternativos disponíveis sob licenças livres são cada vez mais e abrangem cada vez mais áreas que vão do design à medicina, em volta dos quais se geram, muitas vezes, efervescentes comunidades de inovação

sua gestão usou, sem o consentimento explícito dos seus utilizadores, as fotografias que eram carregadas para aplicação para otimizar um software que agora se encontra à venda e se auto-intitula o melhor sistema de reconhecimento facial dos Estados Unidos, o Ever AI. Arwa Mahdawi, estratega de marketing nova-iorquina, explica, num artigo publicado no The Guardian (29/06/2019), que existem grandes hipóteses de estarmos a contribuir para a criação de uma gigante base de dados para treinar algoritmos de inteligência artificial e que a utilização dos dados, que voluntariamente fornecemos aos inúmeros serviços e aplicações que

6 SOFTWARE LIVRE

A campanha [Public Money, Public Code] defende que se algum desenvolvimento de software é financiado com dinheiro público então o resultado deve ser software livre e de fonte aberta



Richard Stallman fundou em 1983 a Free Software Foundation, organização central no movimento pelo software livre, e desenvolveu alguns dos primeiros programas disponibilizados sob licenças abertas; fotografia de Christof Ducamp

usamos todos os dias, estão ainda por determinar.

A verdade é que este tipo de políticas, expressos nos termos e condições dos serviços, são prática em grande parte das aplicações porque gozam de uma aceitação acrítica de uma massa de utilizadores que não está habituada a olhar para o software com todas as suas implicações sociais e políticas. Toda esta realidade parte de um modelo no qual o utilizador é impossibilitado de inspecionar e controlar a sua relação com o software e os processos que o acompanha. Este casos são apenas alguns exemplos que dão corpo ao debate que tem vindo a lume recentemente sobre o uso de tecnologias de inteligência artificial pelos gigantes da Internet como o Google, o Facebook ou a Amazon para monetizar os utilizadores através dos seus dados. Mas esse debate tem também lançado luz sobre os preconceitos raciais ou sexuais que surgem como consequência da operação totalmente descontrolada de algoritmos opacos desenvolvidos por corporações.

O livro de 2016 *«Armas de destruição matemática – como o big data aumenta as desigualdades e ameaça a democracia»*, da matemática Cathy O’Neil, centra-se na ideia de que os modelos preditivos, codificados em algoritmos, refletem a ideologia daqueles que os criam e por isso podem reproduzir os mesmos preconceitos com a agravante que muitos dos algoritmos têm tremendo impacto nas nossas vidas à medida que são utilizados em cada vez mais domínios. Mas o que se torna importante para a discussão em torno do software (algoritmos podem ser considerados software) é que quanto mais importantes são os algoritmos mais secretos e opacos são, como escreve Mona Chalabi numa entrevista à autora do livro publicada no The Guardian (27/10/2016).

Mais fundo no código

Numa entrevista à revista New Left Review, em 2018, quando questionado sobre qual a sua definição de software livre, Richard

Stallman reponde com as seguintes palavras: «Tal como em qualquer programa existem duas possibilidades: Ou os utilizadores controlam o programa ou o programa controla os utilizadores. Quando os utilizadores controlam o programa trata-se de software livre – eles controlam as coisas que fazem com o software e assim a liberdade e da sua comunidade são respeitadas. Se eles não possuírem o controlo completo sobre o software, então trata-se de software não-livre e proprietário que subjugam o utilizador e o dono do programa controla o programa e este torna-se um instrumento de poder do dono sobre os utilizadores de forma injusta».

De facto, a intrincada e complexa rede de tecnologias, equipamentos inteligentes, algoritmos e aplicações informáticas que atualmente nos envolvem tornou-se numa espécie de caixa opaca onde cada utilizador se encontra mais ou menos fechado. Na sua maioria detida por empresas proprietárias, a tecnologia que nos rodeia mantém-se disponível para utilização através de interfaces cada vez mais otimizadas segundo a lógica da *User Experience* ^[+], escondendo as verdadeiras nuances de cada sistema e processo com as mais modernas práticas de design ou os mais badalados termos de marketing. Essa mesma ideia serve de base ao livro do artista James Bridle, *«Dark New Age»*, que, tal como o título indica, nos alerta para o perigo de cairmos numa era de ignorância generalizada relativamente ao sistema vigente. No livro, editado pela Verso Books em 2018, Bridle dissecam e esclarece conceitos e mitos associados ao progresso tecnológico, revelando o outro lado da evolução. Bridle debruça-se sobre um vastíssimo leque de histórias e exemplos que evidenciam os critérios pelos quais se tem pautado o progresso para o questionar em relação à sua transparência e inteligibilidade por parte dos utilizadores. Estudando casos que vão desde a disputa entre Kasparov e a máquina em torno do tabuleiro de xadrez até à forma como o dióxido de carbono terá impacto na capacidade cognitiva

humana, passando pelo consumo energético necessário ao funcionamento dos aparelhos eletrónicos de uso quotidiano, o escritor oferece uma série de novas pistas para análise e escrutínio das novas tecnologias. Em entrevista ao The Next Web (05/04/2019), Bridle explica como, inerente à sua análise crítica, está um apelo a uma geração mais consciente para as questões que a rodeiam: «a única estratégia a longo prazo que alguma vez funcionou é o apoio mútuo e a educação: permitir que toda a gente participe de forma significativa no design e construção dos sistemas e tornar máquinas de dominação e extração em ferramentas de compreensão e questionamento». O artista resume, no fundo, uma motivação também ela comum ao movimento do software livre. Criar tecnologias transparentes, explícitas, à vista e ao acesso de todos, utilizáveis com eficiência e proveitos financeiros para o seu criador, com segurança, fiabilidade e valor para o utilizador bem como para o mundo. Uma lógica totalmente oposta àquela que vemos inscrita nas inúmeras aplicações de software opacas que vão desde o software que usamos no quotidiano, aos algoritmos usados pelos gigantes Google ou Facebook ou os algoritmos desenvolvidos pelas equipas de programadores ao serviço de políticos de extrema-direita que têm usado mecanismos avançados de inteligência artificial para colocar o discurso de ódio na cena política com recurso a notícias falsas.

O acesso ao «código» da estrutura tecnológica que cada vez mais compõe o nosso mundo é hoje uma questão central. E embora o FOSS, e a lógica de uma sociedade transparente e de conhecimento livre que lhe está inerente, sejam ferramentas importantes para compreender e navegar nesse mundo, não resolvem o problema do capitalismo sob o qual somos meros consumidores ou eleitores, nem a falta generalizada de capacidade de pensar criticamente sob os usos e sentidos da tecnologia. A resposta a essa questão não está no mundo do código mas sim na sociedade.



James Bridle durante um palestra na conferência anual Chaos Communication Congress (33C3) em Hamburgo em 2016. Fonte: media.ccc.de

(...) a única estratégia a longo prazo que alguma vez funcionou é o apoio mútuo e a educação: permitir que toda a gente participe de forma significativa no design e construção dos sistemas e tornar máquinas de dominação e extração em ferramentas de compreensão e questionamento

[+] Glossário

GPL (General Public License): Licença Pública Geral, em português, é a licença idealizada por Richard Stallman em 1989. Foi uma das primeiras licenças a ser apelidada de *copyleft* por ter como objetivo alargar as restrições impostas pelo direito de autor.

BASE: Portal online destinado a divulgar informação pública sobre os contratos públicos em Portugal sujeitos ao regime do Código dos Contratos Públicos. Disponível em: base.gov.pt

Algoritmo: Embora existam muitas definições, parece haver um consenso em definir um algoritmo como um conjunto de instruções que conduzam, sem ambiguidade e ao fim de número finito de passos, à resolução de um dado problema.

Artigo 11 e 13: Os dois artigos mais polémicos da Diretiva do Direito de Autor. O artigo 11, também conhecido como *taxa do link*, estende os direitos de autor de um texto jornalístico ao seu autor e condiciona a partilha de excertos noticiosos. O artigo 13, conhecido como *filtro de upload*, estabelece que as plataformas digitais com maior volume de tráfego ou de negócio devam instalar filtros que impeçam o carregamento de conteúdo protegido por direitos para os seus serviços. Na versão final da diretiva vieram numerados como artigo 15 e 17, respetivamente.

User Experience: termo comumente utilizado para designar a experiência proporcionada pela interface de um programa ou aplicação. Conjunto de elementos gráficos, animações e interações desenhadas para induzir o comportamento do utilizador no sentido do sucesso da aplicação ou serviço.

NOTAS:
1 <https://github.com/marado/RNID>

Não às Minas, Sim à Vida!

A febre do lítio mobilizou um vasto movimento contra a mineração. O Jornal MAPA lança um olhar de norte a sul sobre estes protestos.

FILIPENUNES

FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

O Estado Português anda a vender o território à especulação financeira mundial sob o anúncio de um novo ciclo mineiro. Com o lítio à cabeça, o «desenvolvimento» é prometido pela entrada em força da mineração no Minho, Trás-os-Montes, nas Beiras e Alentejo. Essencialmente uma mineração a céu aberto: altamente agressiva para a paisagem, o meio ambiente, a saúde e os modos de vida das pessoas. Porém, sobretudo no último ano, as populações visadas pela perspectiva de explorações mineiras quebraram o verniz promocional da economia extractivista e o engodo dos governantes.

A dimensão dos protestos contra a mineração é popular, antes mesmo de ser chamada de cidadã ou cívica. Os movimentos gerados por habitantes, vizinhos e partes cruzam-se com ambientalistas e autarcas das freguesias e municípios. Estes últimos tardiamente solidários quando não obrigados a desempenhar um papel eleitoralista que ultrapassa a sua cor política. Estes movimentos que se iniciaram localmente ganharam em 2019 uma ampla dimensão e estendem-se hoje do interior português à raia fronteiriça com Espanha, do Minho à Galiza, do norte ao centro de Portugal, das Beiras e do Alentejo à Extremadura espanhola.

Aos ouvidos do primeiro-ministro António Costa, numa cerimónia em Viana do Castelo no passado dia 15 de Julho, soaram bem alto os gritos: «Não ao lítio. Vendidos. Portugal não está à venda». A mulher de viva voz, de imediato identificada pela PSP, é um exemplo dos muitos populares que se opõem à exploração de lítio em Portugal. Residente em Vila Praia de Âncora, concelho de Caminha, a sua indignação surgira face à eventual exploração de lítio na Serra d'Arga, mas declarou-a alargada a «qualquer outro ponto do país».

Lúcia Fernandes, socióloga investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e uma das responsáveis do projecto *Portugal: Ambiente em Movimento*, que mapeou 162 conflitos ambientais desde a década de 1970, referia ao Jornal MAPA como até «2016, a luta eram dispersas pelo país e por vários tipos de ameaças – feldspato, ouro, petróleo e *fracking*,

caulinos no centro, urânio no centro e em Nisa, amianto – e as pessoas das diferentes lutas não se articularam muito. Somente as lutas do urânio no centro e Alentejo se articularam em meados dos anos 2000. Depois, a luta do petróleo e *fracking* trouxeram uma ligação regional no Algarve e depois nacional e o apoio de movimentos, associações e pessoas das demais lutas». Na actualidade, nas diversas lutas contra a mineração «os media em vários momentos tem realçado o carácter nacional e a força da luta, o que não é muito vulgar acontecer no país».

Como noticiava o Jornal PÚBLICO em meados de Maio: «de um lado da barricada, está o interesse em avançar com a prospecção geológica do país e a exploração de minérios cuja procura desenhou um movimento ascendente associado à mobilidade eléctrica: o lítio (...) do outro lado deste debate está a necessidade de preservar o património ambiental e natural do país e defender o território e as suas populações. E essa defesa tem ganho cada vez mais força até se transformar já num movimento de âmbito nacional de oposição ao lítio em Portugal».

O que começa a desenhar-se agora é um alargar do debate da tónica conservacionista das paisagens e do ambiente para uma perspectiva crítica e política ao extractivismo em Portugal

Por todo o lado: Não à Mina

As primeiras movimentações populares perante a nova vaga extractivista mineira, de que o Jornal MAPA tem vindo a dar conta em edições anteriores, situaram-se em Argemela, entre o Fundão e a Covilhã, e em Covas do Barroso, em Trás-os-Montes. Já antes havíamos falado dos

protestos contra a Mina da Boa Fé, em Montemor-o-Novo.

Desde 2017 que a população da Aldeia de Barco sai para as ruas perante a ameaça de destruição da Serra da Argemela. Através do Grupo Pela Preservação da Serra da Argemela, «uma plataforma de mobilização social, apartidária» em colaboração com os autarcas locais, conseguiu chamar a atenção nacional para a questão do lítio. A luta que ainda não teve um desfecho definitivo, conseguiu que, em Maio último, o Secretário de Estado da Energia, João Galamba, anunciasse que a concessão a título experimental da empresa PANNN, ligada à portuguesa Almina de Aljustrel, iria ser indeferida, fazendo-a depender de um Estudo de Impacte Ambiental, embora avisando à partida que este será favorável «se houver respeito por todas as exigências ambientais e de ordenamento do território».

O segundo foco maior das lutas contra a mineração de lítio a céu aberto ocorre desde 2018 em Boticas, distrito de Vila Real, através da Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso. Em reacção aos impactes já observáveis depois de iniciados os trabalhos

de prospecção da Mina do Barroso pela inglesa Savannah Resources, a população reconheceu que esta apenas avançou aproveitando o desconhecimento inicial dos cerca de 150 residentes que vivem em Romainho, Muro e Covas – as aldeias da Covas do Barroso cujas casas ficam a menos de 500 metros da prevista mina a céu aberto.

Mesmo ao lado de Boticas, decorria em Montalegre simultaneamente um processo semelhante de desinformação junto das populações em torno da mina de Sepeda, freguesias de Sepeda e Morgade. As promessas da empresa portuguesa Lusorecursos, sempre secundadas entusiasticamente pelo município, colocavam a promessa do lítio em Montalegre nos picos do desenvolvimento para o concelho, que tinha sete pedidos de prospecção. Esse encanto quebrou-se nos últimos meses. No passado dia 26 de Maio, a população do Morgade boicotou as eleições europeias em protesto contra a mina de lítio. A GNR foi chamada ao local ao início da manhã, fazendo-se acompanhar de um seralheiro para desbloquear os portões da secção de voto, fechados a cadeado durante a noite. Apesar da abertura das urnas, o boicote manteve-se, tendo votado apenas 4 pessoas dos 328 eleitores inscritos. O sucesso do protesto representou um ponto de viragem na luta e colocou um sério embaraço ao executivo municipal. Actualmente a Assembleia Municipal é declaradamente contra e apenas o presidente vacila na tomada de posição, perante a mobilização das populações de Morgade, Rebordelo e Carvalhais, assim como do restante concelho, atendendo ao alcance do Movimento Contra Exploração de Recursos Minerais no Concelho de Montalegre e da Associação de Defesa Ambiental Montalegre Com Vida.

A defesa das serranias de Montalegre prossegue pelos picos do Gerês para o Alto Minho, onde em 2019 surgiu o grupo Em Defesa da Serra da Peneda e do Soajo (GDSFS). A contestação perante os requerimentos de prospecção da Fortescue para a área de Fojo, que abarca 17 freguesias localizadas nos concelhos de Arcos de Valdevez, Melgaço e Monção, rapidamente alastrou, com os municípios em causa a exigir o indeferimento do requerimento da empresa australiana. A «maior ameaça de sempre à integridade da serra de Soajo, bem como aos



8 CONFLITOS DA MINERAÇÃO

vales dos rios Vez e Mouro», conforme refere a petição do GDSPS, segundo a qual isso alteraria todo o «paradigma de desenvolvimento» da região, que tem vindo a assentar no turismo de natureza. A 3 de Maio seria a própria Fortescue a comunicar que desistia da prospecção de lítio na zona de Fojo após uma «análise mais aprofundada».

A australiana Fortescue, mantém, no entanto, no distrito de Braga outros requerimentos de prospecção, como na área denominada Cruto, que abrange os concelhos de Braga, Vila Verde e Barcelos, razão pela qual um grupo de bracaraenses deu início, em Junho passado, ao Movimento Anti-lítio de Braga, que pretende alertar para a problemática da extração de lítio em relação à saúde e ao ambiente.

Do Alto Minho para a sua costa atlântica prossegue igualmente o afã de pedidos de prospecção mineira, pelo que já sem surpresa vamos encontrar neste ano o Movimento sos Serra d'Arga. O local acabou por ser notícia no início de Julho passado perante o anúncio do ministro do Ambiente e da Transição Energética Luís Pedro Matos Fernandes em não permitir a prospecção de lítio nos locais da Rede Natura 2000 – um dado que o abandono da Fortescue das áreas protegidas do Fojo já fazia antever. Excluída a área da Rede Natura, congratularam-se os autarcas de Caminha e Ponte de Lima que, junto com as câmaras de Viana do Castelo e de Vila Nova de Cerveira, se haviam oposto ao projecto. Mas a tranquilidade não se instalou, nem o Movimento sos Serra d'Arga desarmou. Para lá das áreas protegidas, onde já pouco se pretendia minerar, as prospecções poderão prosseguir nas zonas limítrofes e junto das aldeias, numa área maior do que as zonas ambientais classificadas, esventrando as mesmas montanhas e poluindo os mesmos rios.

Também no centro de Portugal se multiplicaram, no espaço do último ano, os movimentos de oposição à mineração, agora já não apenas reduzidos à Serra da Argemela. Caso do Movimento Contra Mineração Beira Serra, formado em Abril de 2019, que, em manifesto redigido em Seia, se apresenta «como movimento cívico de resistência aos diversos pedidos de prospecção e exploração de lítio e outros minerais no Centro de Portugal». Defendendo «o direito à autodeterminação das comunidades locais a fim de proteger a Vida, a vitalidade das comunidades, a saúde das pessoas, dos animais, das plantas, a qualidade da água, dos solos e do ar, e o direito ao sossego» e exigindo o direito



A população do Morgade boicotou as eleições europeias em protesto contra a mina de lítio. (...) Apesar da abertura das urnas, o boicote manteve-se, tendo votado apenas 4 pessoas dos 328 eleitores inscritos. O sucesso do protesto representou um ponto de viragem na luta e colocou um sério embaraço ao executivo municipal

a um «consentimento livre, informado e prévio a qualquer intervenção de mineração». Este grupo está associado ao Movimento Contra Minas de Lítio na Beira Alta, com uma campanha em curso contra a requisição pela Fortescue da área denominada Boa Vista, localizada nos concelhos de Oliveira do Hospital, Tábua, Viseu, Penalva do Castelo, Carregal do Sal, Nelas, Mangualde, Gouveia e Seia.

Um pouco por toda a zona centro, grupos formais e informais vão desenvolvendo estratégias de pressão sobre os municípios e a Direção Geral de Energia e Gologia (DGEG) de forma a serem inviabilizados os requerimentos mineiros. Caso do consórcio INature, que agrega dezenas de agentes em torno do turismo sustentável, e que apelou para que não avancem as autorizações invocando a gestão da paisagem e o equilíbrio

«Parece-me que nenhum país europeu consegue submeter os seus territórios e comunidades às consequências dos processos de extracção e somente Portugal avança para esta corrida.»

do sistema agro-pastoril; ou ainda a plataforma cívica Guardiões da Serra da Estrela.

A estas iniciativas juntou-se, na zona de Viseu, a associação Ambiente nas Zonas Uraníferas (AZU), que junto com a QUERCUS, denunciaram, em conferência de imprensa a 15 de Maio, em Viseu, a «camuflagem das reais intenções das empresas que requerem licenças de prospecção e pesquisa, ou das que já possuem contrato de concessão de exploração, na tentativa de passarem despercebidas sob a alçada do lítio, com total omissão de informação às populações e às autarquias.» António Minhoto, da AZU e antigo funcionário da extinta Empresa Nacional de Urânio na Urgeirica (Nelas), recordou que ainda estamos a tentar resolver problemas graves do passado: «no que respeita à exploração de urânio em Portugal, ainda estamos com minas abertas, em alguns casos abandonadas há 40 anos».

Mais a sul, no Alentejo, as lutas contra a exploração mineira na Serra de Monfurado ressurgiram quatro anos depois de um grupo de residentes em Montemor-o-Novo e Évora ter posto em marcha uma empenhada luta contra a mina de ouro da Boa Fé. A aprovação condicionada do projecto da Colt Resources foi posteriormente anulada em 2017, após insolvência da empresa. Agora nova ameaça paira sobre Monfurado: em finais de Maio, uma nova concessão de prospecção foi atribuída à Exchange Minerals Ltd., do Dubai, na zona da Boa Fé e numa área mais vasta de 400 km2 entre Évora, Montemor-o-Novo e Vendas Novas.

Também em Grândola a

contestação começou a surgir em Julho passado com as prospecções a decorrerem em importantes manchas de montado pelo projecto da Mina da Lagoa Salgada, focado nas pirites de cobre e zinco. Liderado pela canadiana Redcorp, a partir de um consórcio com a estatal EXMIN/EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, abrange uma área entre os concelhos de Grândola, Alcácer do Sal e Ferreira do Alentejo.

Por fim, no Algarve, também uma das mais prolongadas lutas anti mineração iniciadas em 1996 contra a exploração de feldspato na Serra de Monchique, através da associação A Nossa Terra e do Movimento contra a Extração Mineira em Monchique, com o apoio do município e que obtivera em 2017 o parecer negativo à mina da Sifucel, na Corte Pequena, estará a ressuscitar numa nova frente: a continuação ilegal desde há 15 anos da extracção de pedra na Pedreira Palmeira II, por cima das Caldas de Monchique.

Perante esta generalizada onda de protestos, diversas associações ambientalistas locais juntaram a sua voz, tal como fizeram associações que se destacaram na luta contra a exploração do petróleo e gás, como a algarvia ASMAA, com a campanha «Portugal diz não ao lítio». No que respeita às duas maiores associações ambientalistas institucionalizadas, a QUERCUS e a ZERO, duas posturas distintas foram assumidas.

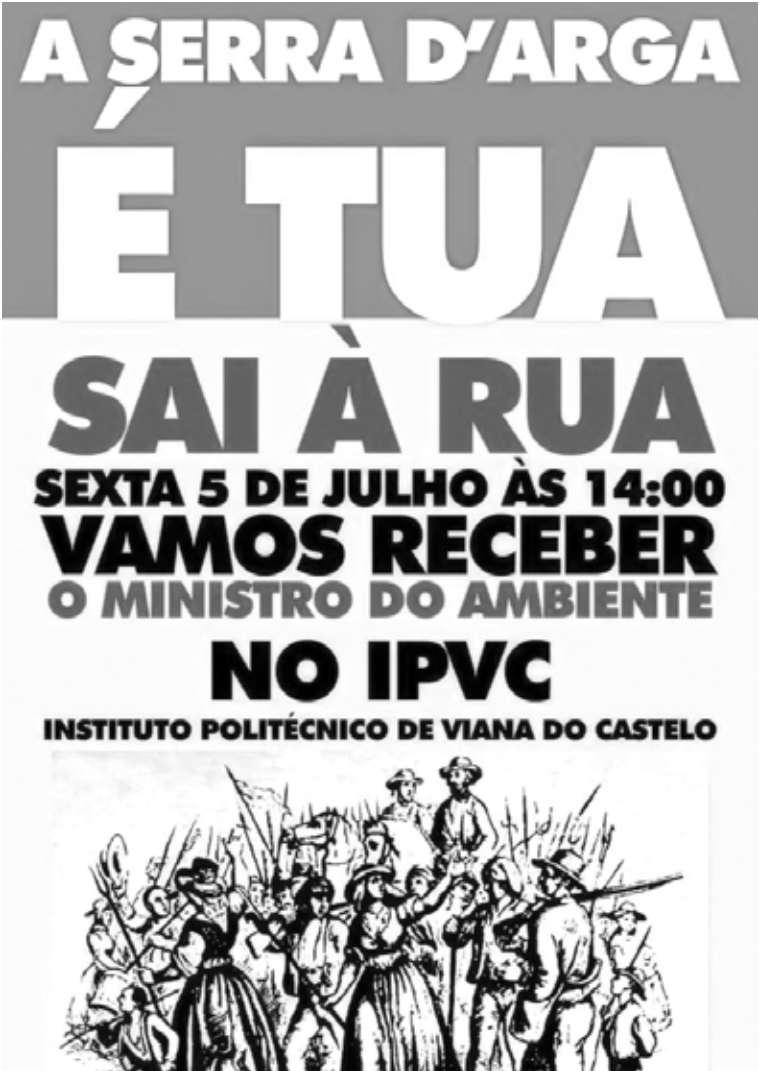
À boleia da agitação, a QUERCUS lançou, em Junho, o Movimento Alerta Lítio para «unir todos os que estão contra a exploração, mobilizando forças em acções de combate com

expressão nacional, demonstrando e expondo as estratégias sombrias utilizadas pelas empresas para dividir as populações e promover a desmobilização». Com o objectivo declarado de parar os projectos de exploração de lítio, visam «desfazer a ideia socialmente aceite de que a exploração de lítio é uma questão de mobilidade» e salientar tratar-se de «um problema de mineração, que traz na sua génese todos os impactos ambientais característicos desta actividade». Nesse âmbito, teve lugar a 22 de Junho, em Barco, na Serra da Argemela, um 1.º Fórum Nacional de Ambiente e Lítio, que contou com os grupos da Argemela, Guardiões da Serra da Estrela, AZU e representantes de Boticas e Montalegre. Foram frisadas as alternativas na aposta doutras actividades económicas, com destaque para o turismo sustentável, e as exigências de «regras claras e obrigatórias de defesa das populações, do seu modo de vida, da conservação dos valores naturais, ecossistemas e biodiversidade». Assumindo como estratégia a pressão política nacional e local, o Movimento Alerta Lítio reflecte a vontade ainda não formalizada de «constituir uma equipa de representantes, com representação de todos os locais sob ameaça». Similar intenção na criação de uma plataforma solidária entre associações e grupos de protesto fora expressa um mês antes no Encontro Exploração do Lítio em Portugal, que teve lugar a 11 de Maio em Boticas e Covas do Barroso promovido com a Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso e pela galega Contraminación, Rede contra a Minaría Destrutiva na Galiza.

Por outro lado, a ZERO exigindo a interdição da mineração nas Áreas Classificadas, Protegidas, Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Protecção Especial, viu já parte das suas parcas exigências satisfeitas pelo ministro João Pedro Matos Fernandes, ao ser anunciado retirar as áreas sobrepostas aos sítios da Rede Natura 2000. A ZERO subscreve ainda o discurso do governante e da indústria mineira, na defesa do lítio para a descarbonização e a transição energética. Assim, para lá das interdições conservacionistas, limita-se a requerer melhorias na participação pública e estudos de impacte ambiental.

Informação e Comunicação

O discurso redondo de «melhorar a ligação com o cidadão» ecoa na contrarresposta da indústria mineira e do Governo. Perante a dimensão dos protestos contra o lítio, o primeiro-ministro António Costa tem argumentado que haverá



Também no centro de Portugal se multiplicaram, no espaço do último ano, os movimentos de oposição à mineração

apenas a uma camuflada consulta pública. Ainda que seja de recordar que mesmo quando as autarquias tinham poder decisório, a alteração dos PDM constituiu um hábil subterfúgio.

«Melhorar a ligação com o cidadão», informação e transparência são os aspectos chave reconhecidos por todas as partes. É por essa razão que essa «comunicação» e «esclarecimentos» surgem predefinidos pela indústria socorrendo-se, tal como o Governo dá a entender, em avaliações ambientais que validem a intenção e não em avaliações que a questionem. Na defesa deste «novo ciclo mineiro para Portugal», Mário Guedes, ex-diretor-geral de Energia e Geologia, defendia no início de Julho que, sendo a actividade mineira caracterizada «pelo elevado retorno que é dado à economia dos países e áreas onde ocorre, pelos fortes impactes ambientais causados, situação que é aliada à impossibilidade de deslocalização da actividade (uma mina só pode existir num local onde existe o minério), bem como a inevitabilidade do seu fim (...) na decisão de atribuição dos direitos de concessão de uma mina, o Estado tem de estar consciente dos elevados impactes criados, positivos e negativos, bem como o carácter finito da atividade.» Sem refutar os «efeitos negativos, tanto do ponto de vista humano, bem como na própria imagem da indústria mineira», Mário Guedes postula «uma Licença Social para Operar». À semelhança do que já ocorre na América do Sul, uma «validação» sob a «responsabilidade social e consequentemente facilitando a compreensão das comunidades dos impactes da atividade mineira». De acordo com o ex-responsável político afastado por João Galamba, a incompreensão das comunidades por via do «reduzido envolvimento das entidades locais gera normalmente um foco de controvérsia que pode resultar num entrave ao desenvolvimento do projecto mineiro, com consequentes danos para a actividade económica», minando a opinião pública e prejudicando a indústria.

Daí a interrogação expressa pelo geólogo Sérgio Esperancinha, da Universidade de Coimbra, em crónica no jornal PÚBLICO “Lítio: onde está a estratégia nacional de comunicação para as geociências?”. Uma pergunta assente sobre uma convicção de que «a degradação ambiental não é condição intrínseca à indústria extractiva, mas sim consequência de más práticas empresariais e de falta de legislação e/ou fiscalização». Pelo que, não sendo essa a percepção dos portugueses, torna-se necessário «alterá-la» com uma

«verdadeira estratégia comunicacional». Exemplifica-o, lamentando o desenlace das lutas contra o petróleo e gás, nas quais os grupos que se opõem à indústria extractiva «organizaram-se, e através das redes sociais, de protestos nas regiões e de dezenas de sessões públicas (onde raramente estiveram técnicos, cientistas ou as empresas) montaram a sua narrativa assente na premissa de que a indústria iria destruir os ecossistemas, poluir os mares e as praias, convencendo populações e autarcas» e, quando «os técnicos da DGEG e ENMC [Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis] tentaram esclarecer, já era tarde demais. Já ninguém queria ouvir e os grupos anti exploração saíram vitoriosos.» Agora, alerta o geólogo com currículo na indústria do petróleo, é a vez da animosidade à prospecção de lítio, acusando as associações e os activistas anti-mineração de que «com motivações diversas criam a narrativa que bem entendem, sem contraditório e rigor científico». Se, para Sérgio Esperancinha, «a degradação ambiental não é condição intrínseca à indústria extractiva», talvez fosse bom recordar as suas palavras em anterior crónica enfatizando que, na exploração de um recurso geológico, «todos! e todos sem excepção, acarretam algum tipo de impacto sobre o planeta» (mais acrescentando que o dado «imperativo» é a «consciência de que a única forma de atingirmos sustentabilidade é a redução drástica do consumo»).

A exclusão do território

Ao contrário do que invoca o geólogo da defesa do extractivismo, tem prevalecido sobre os conflitos ecológicos um vasto leque de contraditório científico em torno das questões ambientais. O que começa a desenhar-se agora é um alargar do debate da tónica conservacionista das paisagens e do ambiente para uma perspectiva crítica e política sobre o extractivismo em Portugal. Nesse esforço de análise e correlação tem-se guiado Lúcia Fernandes. Aludindo à Ecologia Política latino-americana de Héctor Alimonda (1949-2017), chama a atenção de como «no contexto latino-americano o estabelecimento de relações de poder que permitem o acesso à natureza, ao território e às decisões sobre seus usos e futuro, nomeadamente parte de elites económicas nacionais e/ou transnacionais, resulta na exclusão da sua disponibilidade e/ou uso desejado para quem já vive e trabalha naquele território». Na América do Sul as «comunidades indígenas, quilombolas, campesinas e outras

sofrem e lutam contra processos longos e complexos de exploração, expropriação e exclusão dentro do regime colonial de mais de cinco séculos que levaram ao genocídio físico e cultural e subalternização do território e pessoas/comunidades». Por sua vez, no contexto de Portugal, foi igualmente reconhecida uma deliberada ofensiva sobre «os camponeses e a agricultura familiar e da terra como identidade social pelas políticas desenvolvimentistas do Estado Novo e pelo neoliberalismo a partir dos anos 1980», tal como assinala Paulo Guimarães em conversa nesta edição do Jornal MAPA.

Nas lutas anti-mineração de cada um destes territórios há hoje uma noção de comunidade que é experimentada, ou recuperada, na defesa comum da sua paisagem natural e humana. E há uma percepção, que o Estado Português, os empreendedores da mineração e boa parte dos seus diligentes autarcas ou geólogos não estavam à espera, de que afinal há pessoas nesses lugares recônditos, não só com a alma do lugar, como informadas e activas. Pessoas que surgem em oposição ao crescimento vendido a todo o custo, assumindo que o caminho de um progresso será outro, ainda que mais lento e longe dos desígnios do mercado e da finança mundial. Pessoas para quem qualquer caminho que seja para levar adiante terá de ser um caminho que lhes marque o passo em harmonia com os seus lugares. Mesmo que a passada seja demorada e em construção, esse passo em frente não pedirá a ninguém para saltar para uma cratera mineira a céu aberto. Pessoas que não confiam mais na cega delegação técnica de pareceres e em medidas mitigadoras travestidas de Relatórios Ambientais de orientações prévias. Pessoas – como em Morgade, Montalegre – que não vão votar, porque afinal quando lhes tocam os seus assuntos, ali mesmo na serra, não são tidos nem achados.

Em suma, pessoas que querem ter algo a dizer sobre os lugares onde vivem. A pensar no futuro e nas suas necessidades «ambientais» e não nas necessidades «ambientais» do lítio, sob o desviado argumento de «transição energética» que serve para não questionar o modelo industrial extractivista, aplicando à «urgência climática» o eterno argumento de que todo o progresso tem os seus custos, mesmo que repetidos e conhecidos sejam os impactes da mineração.

lugar para a avaliação de impacto ambiental, não para a prospecção, mas já só depois, para a fase de exploração. Uma estratégia que deve ser vista em função das declarações em Março ao jornal PÚBLICO do secretário de Estado da Energia João Galamba, reiterando o interesse do Governo em «viabilizar a entrada de um grande *player* internacional no sector», incluindo a implementação de unidades fabris em Portugal, avisando: «não queremos correr o risco de lançar um concurso e depois vir a Agência Portuguesa do Ambiente, ou outro organismo do Ordenamento do Território, invocar que naquela área não pode haver prospecção ou exploração. Não queremos esse embaraço». O cenário e o «embaraço»

inscrevem-se, como nos refere Lúcia Fernandes, no contexto internacional da corrida ao lítio para o sector automóvel, face à ameaça chinesa em controlar toda a cadeia de valor do sector. Mesmo que os «dados da *Mineral Commodity Summaries* de 2019 mostrem que França, por exemplo, tem maiores reservas estimadas do que Portugal. Parece-me que nenhum país europeu consegue submeter os seus territórios e comunidades às consequências dos processos de extracção e somente Portugal avança para esta corrida».

O enquadramento legal das actividades de mineração permite a atribuição de direitos de avaliação prévia dos terrenos, sem pronúncia decisória das instituições locais e populações, remetidas

A Febre Mineira

No levantamento dos pedidos de prospecção de depósitos minerais entre 2016-2019, que a QUERCUS apresentou em Julho, 38 empresas “diferentes” submeteram 93 requerimentos para 29 tipos de depósitos minerais, metade incidindo no lítio, cobrindo 130 municípios: 19,3% de Portugal continental. Desde 2016, foram 50 pedidos na busca do lítio: 10,1% do território. Em 2019 acentuou-se e à data de Julho já havia 28 requerimentos, com uma área média de 316 km² cada um, em 87 municípios. À frente desta investida está a australiana Fortescue, representada pelo gabinete de advogados do ex-ministro da Defesa José Pedro Aguiar Branco. Neste ano, que vai a meio, já se somam 22 pedidos com foco no lítio. De acordo com o levantamento (alertalítio.quercus.pt) as zonas mais visadas são Vila Nova de Foz Côa e Montalegre, seguidas por Vila Flor, Guarda, Figueira de Castelo Rodrigo, Ponte de Lima, Viseu, Pinhel, Mêda, Caminha, Viana do Castelo, Boticas, Fundão, Covilhã e São João da Pesqueira.

Conflitos Ambientais no Portugal Rural

Em conversa com o historiador Paulo Guimarães falámos do Ludismo Ambientalista e de acções populares contra a mineração desde o século XIX aos nossos dias. Fica provado que «as lutas ambientais não são recentes, pode ser recente uma consciência ecológica, um discurso mais científico, mas havia uma consciência muito viva daquilo que eram as ameaças aos quadros de vida existentes.»



Minas de São Domingos, Mértola

FILIPE NUNES

FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Há essa ideia de que a consciência ambiental ou ecológica é um fenómeno recente que só poderia vir de elites esclarecidas, como ocorre em Portugal a partir da década de 1970, associada às preocupações pelas alterações ambientais provocadas pelos impactes da industrialização. A história dos movimentos ecologistas começa por norma nesse período. Para trás no tempo a historiografia nacional fala-nos dos «movimentos populares agrários» oitocentistas, com amotinções e outras acções de resistência, perante agravamentos fiscais, a «usurpação» de bens comuns ou o parcelamento de baldios, mantendo-se ausente no Liberalismo, na primeira República ou no Estado Novo qualquer menção à dimensão ambiental no inventário dos levantamentos populares rurais.

Paulo Eduardo Guimarães, membro do Centro de Investigação em Ciência Política e professor no Departamento de História da Universidade de Évora, há muito que sentia a necessidade de dar visibilidade aos conflitos ambientais. Um olhar «a partir de baixo» colocando em confronto as «duas eras de mobilização ambiental» com o separador situado na emergência do movimento ecologista português

no pós-25 de Abril. Em conversa com o Jornal MAPA reconhece que a invisibilidade dessa abordagem «tem a ver com alguns preconceitos resultantes de uma certa visão marxista na História que marcou a historiografia portuguesa sobre os movimentos sociais, centrando-se no movimento operário e vendo, por exemplo, a acção dos sindicatos ligados quase exclusivamente à questão do salário, associando-o à qualidade de vida, quando, na verdade, a história social mostra-nos uma realidade mais complexa e muito mais abrangente.»

Foi recuando para trás no tempo, ao longo do século XX até meados do século XIX, que o olhar do historiador reanalisou o «protesto camponês», partindo da ideia de poderem tratar-se de «formas precoces de lutas ecologistas pela sustentabilidade dos recursos das comunidades, contrariando assim a ideia que este tipo de acções era historicamente recente, própria de sociedades num estágio avançado de desenvolvimento», de acordo com um ensaio no prelo que nos foi dado a ler: *“Através da Natureza Campestre e Mansa”: Agrarismo e Lutas pela Justiça Ambiental em Portugal (Séculos XIX e XX)*.

Há neste ensaio duas importantes ideias: o desmistificar da ideia nacionalista e naturalista

lutas de natureza ambiental, porque tem a ver com uma mudança e relação completamente diferente com a natureza. Tivemo-las nos séculos XIX e XX muito intensas

de um Portugal de vocação agrícola, com belas paisagens e um povo manso: um lugar-comum facilmente contrariado perante o leque de conflitos sociais desencadeados pelas alterações ambientais que as populações sentiram na pele perante o novo «padrão de crescimento económico extractivista». Uma reacção com diversos actores, como nos disse o autor: «há que dizer que em determinadas conjunturas, há mais gente presente nesses conflitos para além dos pobres como, por exemplo, os lavradores alentejanos que os debatem no parlamento republicano. No entanto, os seus valores não os levam a rejeitar a mineração, querem apenas contê-la», expressando um certo

«fundo ambiental por parte das elites portuguesas que alinham pelo tradicionalismo, patente no sentimento anti-industrial, na defesa do Agrarismo».

A segunda ideia está subjacente à primeira e conclui a presença «de conflitos emergentes com a imposição da destruição de ecossistemas que sustentavam comunidades ou determinados quadros de vida». São «lutas de natureza ambiental, porque tem a ver com uma mudança e relação completamente diferente com a natureza. Tivemo-las nos séculos XIX e XX muito intensas, como as que foram identificadas durante o processo de privatização e de florestação das terras comunais (os baldios) que significou o empobrecimento para muita gente, E as pessoas, apesar da ditadura, lutaram contra isso porque punha em causa os seus rendimentos e tinham a percepção clara disso.»

Esses momentos disruptivos visaram deliberadamente acabar com os modos de vida comunitários e antigos pelo que, quando nas décadas de 1940 e 1950 se dá a reversão da «vocação agrícola» para a industrialização, duas das grandes armas usadas pelo Salazarismo foram precisamente acabar com os baldios, a florestação industrial dos «incultos» e paisagens serranas e, por outro lado, continuar a apostar no desenvolvimento mineiro do país. «A política do Estado Novo o que vem fazer é destruir essa visão idílica que o próprio Estado Novo quis criar». Estamos perante «o Estado Novo que desarticulou e destruiu grande parte daquilo que ainda restava do comunitarismo agrário. Ou seja, temos um regime que, a par de um discurso tradicionalista que defende uma via original para o país, moderniza. Nos anos '30 é criado o Serviço de Fomento Mineiro e tomadas um conjunto de medidas que impulsionaram a exploração das minas de carvão, ouro, pirite, ferro e estanho, enquanto a procura externa foi responsável pelo enorme aumento na produção de volfrâmio, de rádio e, mais tarde, urânio.»

É nesse processo que Paulo Guimarães questiona a ideia

de um país rural com uma «consciência ambiental tardia». Porque os povos «tiveram sempre uma noção clara do que estava em jogo» mesmo tratando-se de «movimentos reactivos locais: as pessoas reagiam porque percebiam que aquilo (a mineração industrial) era um mal absoluto. Porque com a emanação de fumos ácidos resultantes da queima de minérios ou das águas ácidas despejadas nos rios, lhes arruinava as culturas, porque lhes arruinar destruí a fertilidade do solo e a saúde».

Conflitos Mineiros no país agrário: o ludismo ambientalista

Assim são designados pelo historiador uma das formas de resistência de Portugal rural na segunda metade do séc. XIX e inícios do séc. XX. A par de acções de resistência individual e colectiva, de desobediência civil e o recurso às formas legais permitidas, através das petições e da acção parlamentar, há lugar a formas ilegais, com desaque para o motim, a sabotagem e a destruição de propriedade.

A mineração moderna rapidamente gerou conflitos ambientais por via da contaminação dos solos agrícolas, da poluição das linhas de água e das águas costeiras com impacto directo sobre as populações rurais (trabalhadores rurais, lavradores, pescadores, etc.). «Muitas vezes, há uma percepção clara por parte das autoridades de que há tensões no ar e o que fazem é mobilizarem o exército e isso é suficiente para não eclodirem conflitos abertos. Outras vezes eles surgem de forma imprevista. Outras vezes recorre-se à sabotagem, a acções que eram identificadas como “atentados contra a propriedade”. Assim, a par de uma estratégia legalista, através de petições e por aí fora, aquilo a que assistimos, quando as coisas estão mais complicadas, é a este tipo de acções».

Paulo Guimarães apelida-o de ludismo, termo que deriva de Ned Ludd, personagem fictícia a fim de difundir o movimento entre os trabalhadores da Inglaterra do início do séc. XIX que invadiam fábricas e destruíam máquinas.



Minas de São Domingos, Mértola | António Peleja (SNAP TO POINT - Agência Criativa)

Como refere, no ensaio citado, revelando-se incapazes as formas legais de contestação pelos municípios e deputados locais em defesa dos povos «a tensão latente podia evoluir para formas de acção directa colectivas contra as companhias que podemos designar por ludismo ambientalista. Registadas genericamente nas nossas fontes como “atentados contra a propriedade”, estas acções envolviam a destruição de máquinas, de equipamentos e de produção armazenada, acompanhadas pela invasão do campo mineiro e por motins. Este ludismo compreendia, por vezes, acções de sabotagem inteligentes, como seja impedir a laboração furando os cantis dos mineiros guardados nos armazéns da companhia, inutilizar ferramentas, equipamentos, enfim, linhas de transporte ferroviário.»

A lista dos conflitos abertos mais violentos e duradouros que a pesquisa pode identificar inclui um primeiro momento na segunda metade do século XIX: a mina de São João do Deserto, Aljustrel (1855); minas do Braçal, Palhal e Telhadela, nos concelhos de Sever do Vouga e Albergaria (primeiro 1862 e depois 1866); a mina de São Domingos, Mértola (1875 e novamente entre 1884 e 1887); e um segundo momento já na 1ª República: as minas de Talhadas, Sever do Vouga (1917); as minas de Aljustrel (1922); minas de Vale do Vouga, Gaia, Águeda (1924) e na freguesia da Pega, Águeda (1926).

Paulo Guimarães chama ainda à atenção para o comportamento dos trabalhadores mineiros que «não eram contra a laboração (porque ficariam sem trabalho), mas que se opunham, por vezes, à intensidade de laboração quando entendiam que esta ameaçava a sua saúde. Portanto, o que eles pretendiam era o abrandamento das actividades com maior impacto negativo. Como ocorreu nas vizinhas minas andaluzes de Rio Tinto durante a década de 1880 em que tive- mos mineiros ao lado de lavradores e o que eles queriam era a redução da produção.

Permanece uma conflituosidade que emerge reactivamente à industrialização do espaço rural, mas como se observou, a percepção e a vivência desses espaços rurais alteraram-se profundamente

Qual era o denominador comum? No caso dos lavradores a questão do envenenamento das terras, no caso dos mineiros a questão da saúde.»

Ontem e Hoje

Num olhar comparativo dos conflitos ambientais há «logo um contraste com aquilo que se passa hoje perante o nível de alienação das populações em relação à terra. Por não termos uma população rural como tínhamos no passado (a população que está veiculada directamente à agricultura é muito pequena), não há uma distribuição da população pelo território que era vigilante.» Hoje «o que nós temos é a militância levada a cabo por pessoas com maior ou menor consciência ecológica que vão denunciando publicamente actuações que consideram lesivas sobre o território, mas que já não têm um vínculo a uma comunidade que depende directamente aos serviços de ecossistema como existia no passado. De certa forma, e apesar da emergência de organizações ecologistas e de todo o aparato legislativo ambientalista, o cenário parece-me pior na óptica da defesa da sustentabilidade. Pior porque a acção contra

as ameaças emergentes depende muito mais da consciência cívica, da capacidade de percepção do risco, do que do impacto directo sobre o estômago de uma determinada fonte de poluição geralmente considerada de alto valor económico e interesse colectivo.»

No passado os conflitos surgiram depois das populações vivenciarem a «perda de um quadro de vida». E mesmo se conseguiram por vezes travar momentaneamente a expansão do extractivismo, o grande desenlace destes conflitos revestiu-os essencialmente de «marcadores de processos de mudança social que envolveram o caminho da proletarianização e da emigração.»

Actualmente, como refere Paulo Guimarães no ensaio que serviu de guia à nossa conversa, a «crescente mediatização das questões ambientais, por um lado, e a afirmação da paisagem e do ambiente como valor patrimonial e mercantil, associando-o ao turismo e à economia do lazer», por outro operou “uma visão conflitual recente das profundas alterações do território, nomeadamente com a industrialização da paisagem rural e com a sua “desertificação” humana e animal.»

Em ambas as etapas permanece uma conflituosidade que emerge reactivamente à industrialização do espaço rural, mas como se observou, a percepção e a vivência desses espaços rurais alteraram-se profundamente. Em ambas as etapas permanece o denominador comum da paisagem enquanto marca identitária das pessoas, mas há uma diferença crucial. Anteriormente os conflitos desenharam-se com «uma noção clara» da passagem de um mundo e um modo de vida directamente ligado à subsistência e aos recursos produtivos do território, a um mundo sujeito às regras do capitalismo num quadro de trocas globais; hoje a defesa desse território não foge a essas regras porque afinal, como refere, «a travagem, o adiamento e a racionalização de projectos ambientalmente disruptivos integram [hoje] processos de acomodação mais vastos numa era marcada pela forte

mediatização do ambiente e dos seus problemas.» O Estado «tenta muitas das vezes conciliar aquilo que é inconciliável» prevalecendo «uma visão mercantil que domina todo o tipo de relacionamento que se tem com a natureza». E é sob esse cálculo mercantil que os decisores políticos jogam muitas vezes nos pratos da balança a «defesa do ambiente», representada pelas receitas do turismo, por exemplo, e a aprovação de determinado projecto em sentido contrário. A percepção do risco e dos custos diferidos são invocados em todos os protestos anti-mineração e as partes envolvidas têm de lidar com esses argumentos.

Por fim, na conversa com o Jornal MAPA é salientada uma evidência sempre esquecida na retrospectiva e na actualidade dos conflitos ambientais: «o estado actual do planeta não é uma responsabilidade colectiva em que todos nós temos a culpa, como nos querem fazer crer. Desde o início do capitalismo industrial, houve vítimas e houve pessoas poderosas que realmente defenderam a exploração ilimitada do planeta, e defendiam-no com base nos lucros que poderiam obter, transferindo os custos da degradação ambiental que promoviam para os mais fracos. A lógica do lucro no curto prazo assenta nas estruturas de poder global que estão montadas.»

Para Paulo Guimarães «a questão é pensar que estas pequenas lutas locais têm de ser vistas num quadro mais amplo e levar-nos todos a pensar em como alterar esta lógica de crescimento a todo o custo. Não existem fórmulas mágicas, mas há um caminho que temos que percorrer para o descobrir». «Eu acredito que, com o aprofundamento da democracia, quando as pessoas puderem participar directamente nas suas decisões, quando puderem envolver-se directamente nas questões que lhes dizem respeito, sem sofismas, tendo acesso livre à informação e sabendo directamente o que está em causa, poderão tomar decisões acertadas para as suas vidas.»

«Foi no Sexta às 9 que eu soube»



TEÓFILO FAGUNDES

TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

O Jornal MAPA e a Livraria Maldatesta organizaram no Porto, no passado dia 27 de Julho, uma conversa sobre a mineração de lítio no norte e centro de Portugal e as lutas em curso contra esses projectos. Estiverem presentes várias organizações que têm feito essa luta no terreno, tais como Em Defesa da Serra da Peneda e do Soajo, Movimento sos Serra d'Arga, Movimento Anti-Lítio de Braga, Movimento Contra Mineração Beira Serra, Movimento Contra Exploração de Recursos Minerais no Concelho de Montalegre e Associação de Defesa Ambiental Montalegre Com Vida. Mas também o Movimento pelo Decrescimento, a associação ambientalista Zero, a Climáximo ou a Campo Aberto....

«Foi no Sexta às 9 que eu soube». Esta foi uma frase repetida várias vezes durante a conversa. Um ponto comum a todas as pessoas presentes: o conhecimento de que o território à volta das suas casas está à mercê da voragem da indústria mineira é uma coisa muito recente. Os PDMS de várias zonas do país andam há anos a ser alterados, com zonas onde as protecções vão diminuindo ao ritmo do aumento das possibilidades de negócio, que são agora exactamente as mesmas que têm autorização para prospecção. O silêncio que até hoje imperou sobre o que

se percebe ser um plano com pelo menos cinco anos deixa na boca de toda a gente a sensação de que quem frequenta as instituições onde estas coisas são conhecidas não é de confiança.

Talvez por isso, se tenha ouvido também repetidamente que «só a pressão popular pode ter validade. É disso que as mineradoras têm medo.» Muita gente está a mobilizar-se pela primeira vez: «não somos “ambientalistas”, somos pessoas normais. É isso que os assusta.» Não se trata de rejeitar o caminho institucional: «é preciso estar nas Assembleias Municipais», «é preciso obrigar os partidos a tomar posição», «é preciso fazer pressão sobre a Câmara». Trata-se antes de experimentar caminhos mais próprios de comunidades saudáveis, agindo comunitariamente sobre os assuntos que afectam toda a gente, através duma organização entre iguais. Quase todos os grupos presentes, dos assumidamente informais aos associativos, fizeram questão de falar de horizontalidade organizativa e ausência de lideranças. E todos combatem o silenciamento e o *marketing* «verde» do lítio de todas as formas possíveis, principalmente falando e esclarecendo, muitas vezes «batendo aldeias porta a porta», sem estar à espera de ajuda de quem «devia ter avisado e deixou tudo andar».

Foi amplamente salientado que esta luta não é apenas contra o lítio mas contra

No meio do silêncio e do secretismo, com pedidos para áreas gigantes que integram vários municípios, a mobilização, apesar de fundamental, é difícil

qualquer tipo de mineração e que estes projectos são o resultado da necessidade permanente de expansão do capitalismo e da sociedade de consumo. «Esta luta implica uma luta pela alteração do modelo extractivista, o consumo é o problema», ouvia-se de Braga. «É preciso acabar com o capitalismo, o sistema vai colapsar. Tem de se começar a imaginar um sistema alternativo», respondia-se de Montalegre. «Tem de emergir outra forma de estar em comunidade para surgir uma verdadeira procura de sustentabilidade», sugeria-se da Serra da Estrela, quando a conversa já era mais em nome individual.

Mas para isso – concordava-se – o primeiro e fundamental passo é travar a prospecção. «Porque, se houver minério, não haja dúvidas, vai haver exploração». E quanto mais cedo melhor. A luta inicial e o foco principal é esse: travar a prospecção. No meio do silêncio e do secretismo, com pedidos para áreas gigantes que integram vários municípios, a mobilização, apesar de fundamental, é difícil. Para combater essa dificuldade é preciso «solidariedade entre todos os montes», «união entre todas as zonas», «pôr toda a gente em contacto uma com a outra». Coisa que aconteceu realmente naquele momento que ajudou a aprofundar os passos que já tinham sido dados anteriormente por vários destes movimentos. A proximidade entre eles ficou, decerto, bastante maior depois desta conversa.

E nas cidades? Ninguém vai criar uma mina a céu aberto no centro do Porto, nem sequer na periferia. «As cidades têm advogados de Direito Administrativo e de Direito do Ambiente, fundamentais para as providências cautelares contra os pedidos de prospecção». E a cidade amplifica o impacto. «A grande solidariedade urbana será divulgar as nossas lutas, organizar manifestações». Ou, quem sabe, «criar ferramentas de organização entre as várias zonas, talvez uma agenda onde todos possam ir metendo as suas actividades».

Ameaça radioactiva

A Dehesa Sin Uranio, na raia alentejana de Espanha e Portugal, contra a reabertura da mina de Zahínos

FILIPE NUNES

FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Da luta à vitória. O processo de reabertura de uma mina a céu aberto de urânio em Zahínos, a 25 quilómetros da fronteira portuguesa, junto de Mourão e Barrancos, moveu as populações da zona raiana espanhola numa luta contra a exploração mineira e os perigos radioactivos do urânio. Manifestações em várias localidades reuniram nos últimos meses milhares de populares ecoando um «Não à mina, sim à vida», às quais se juntaram alguns portugueses de Mourão a Barrancos, incluindo o presidente desse último município, assim como alguns ambientalistas do Movimento Ibérico Antinuclear. No passado dia 19 de Julho a luta deu os seus frutos e a Junta da Extremadura anulou a licença que antes dera à pesquisa da mina de urânio de Zahínos, depois de analisados os seis recursos que haviam sido interpostos por particulares e municípios e perante os protestos nas ruas.

As gentes desta zona fronteiriça, habituadas ao isolamento de terras nos confins do mundo, seja da região do Alentejo, da Andaluzia ou da Extremadura espanhola, haviam-se mobilizado na plataforma Dehesa Sin Uranio («Montado Sem Urânio»), iniciativa apolítica formada pelos habitantes de Oliva de la Frontera, Higuera de Vargas, Jerez de los Caballeros, Valencia del Mombuey, Villanueva del Fresno e Zahínos. Desde o início de 2019 que exigiam a imediata anulação da autorização para as prospecções mineiras numa área de 8 mil hectares na zona de uma antiga mina de urânio situada na herdade da Cabra Baja de Zahínos. A Qbis Resources, SL, filial espanhola do grupo australiano QBIS Australia PTY LTD, com licença dada em Janeiro deste ano, iniciara o processo em 2011, já depois de a canadiana Mawson Resources ter abandonado o projecto. Segundo Ramón Díaz Farias, autarca de Villanueva del Fresno, em declarações ao jornal HOY em Janeiro passado, os primeiros interessados «não quiseram entrar em mais litígios, visto que nas populações afectadas poderia haver protestos». Por essa razão o autarca declarava que não era «apropriado abrir uma mina de urânio, ainda que Villanueva poderia ser a mais beneficiada no que toca à cobrança de impostos. Entendemos que a criação de emprego é insignificante para a zona e o impacto sobre o meio ambiente seria brutal, ainda que a mineração moderna seja muito mais segura».

Juan Manuel Medina, da Dehesa Sin Uranio, dava conta em Junho, ao portal digital Rayanos, que o primeiro passo «consiste em poços de sondagem para extrair material, e este vem encadeado com o segundo, uma autorização de extracção mineral a céu aberto, a que é intrínseca a exploração e reactivação de uma mina: removem a terra fértil, a sua vegetação e vida, e abrem um grande buraco com explosivos e máquinas que recolhem e trasladam toneladas de terras.



Oliva de la Frontera 20, Junho 2019 (Foto Dehesa Sin Uranio)

Posteriormente submetem-na a um processo com produtos químicos que separam o urânio do resto, ficando esse resto em reservatórios de águas contaminadas por milhões de anos. Tudo é radioactivo. Quando o urânio se degrada forma-se o rádon, um gás que fica nas poeiras e expande-se com elas». Conforme o Código Europeu Contra o Cancro, documento da Comissão Europeia, o rádon «começa com o urânio presente no solo e nas rochas desde a formação da Terra. O rádon não pode ser detectado pelos seres humanos, já que não tem cor nem cheiro, mas pode ser medido devido à sua radioactividade. O rádon passa para as casas a partir do solo. Algumas casas apresentam concentrações elevadas de rádon, especialmente nas zonas com mais urânio natural no solo e nas rochas. O rádon pode ainda estar presente na água potável e em materiais de construção, mas, na maioria destes casos, representa uma exposição muito inferior à radiação provocada pelo rádon proveniente do solo. Apesar de o rádon ser um gás, os seus produtos de decaimento radioactivo não o são, aderindo estes às partículas de pó existentes no ar. A inalação da radiação emitida por estes produtos de decaimento pode causar danos pulmonares. A exposição ao rádon aumenta o risco

O dano ambiental e as mortes causadas pela exploração de urânio são hoje um dado indelével

Manifestações em várias localidades reuniram nos últimos meses milhares de populares ecoando um «Não à mina, sim à vida»

de cancro do pulmão. O risco extra é proporcional à concentração de rádon no ar que respiramos e à duração da exposição.»

A luta cedo associou, às questões da saúde, a paisagem e o ecossistema do montado – eixo da vida da região – com reconhecimento ambiental associada aos espaços protegidos das dehesas de Jerez, Rede Natura 2000 (como a ZPE Mourão/Moura/Barrancos) ou à Zona Especial de Conservação do Corredor Ecológico e de Biodiversidade do Alcarache. Em causa igualmente as águas que desaguam na barragem do Alqueva. A mina de Zahínos situa-se junto da ribeira do Alcarache, afluente do rio Guadiana. Os processos de lixiviação dos terrenos transportam elementos radioactivos e químicos altamente tóxicos para os lençóis freáticos e cursos de água. O dano ambiental e as mortes causadas pela exploração de urânio são hoje um dado indelével e as populações reagiram perante a ameaça radioactiva.

No século passado as minas a céu aberto em Portugal, nos distritos da Guarda, Viseu e Coimbra, acumularam em décadas resíduos radioactivos, gerando um tremendo passivo ambiental e problemas de saúde

mortais. Em 2016 os ex-trabalhadores do urânio da Urgeiriça viram aprovada a lei que estabeleceu a compensação por morte provocada por doença profissional. Em Nisa, desde os anos 90 que se tenta retomar a exploração do urânio, mas a forte oposição das populações locais e autarquia tornaram-na inviável. Agora foi a vez, como reiterava o autarca de Villanueva del Fresno, ao jornal El Diario em Janeiro passado, de lembrar que a extracção do urânio não é inócua para as pessoas e o ambiente, recordando os antigos trabalhadores da antiga mina de Zahínos (explorada nos anos 60/70) que morreram na sua maioria em consequência de diferentes tumores causados pela exposição às partículas de urânio.

Toda esta herança não inibira o anúncio mercantil da mina de Zahínos como o local com maior potencial de urânio em Espanha, calculando-lhe umas 65 000 toneladas em 2008 pela Mawson Resources, uma perspectiva de «desenvolvimento» das regiões ditas periféricas da península inscrita na nova grande vaga especulativa da mineração ibérica. Em igual medida, os impactes desta mineração, no presente caso, sobre o montado transfronteiriço e os seus habitantes não podem ser vistos ou permanecer como preocupações isoladas. A vivência da raia há muito que ensinou aos seus povos que não há fronteiras na defesa da vida. A vitória alcançada com a reversão da licença de prospecção mineira demonstrou que, perante o impulso extractivista e a promessa do crescimento da indústria mineira, há gente que sabe que é preciso pôr-lhe um travão, para que haja um território onde continuem a viver.

Nus contra a civilização. Breve história do naturismo libertário.

Portugal é um dos principais destinos naturistas da Europa, com oito praias declaradas oficialmente nudistas e diversas onde a convivência entre nudistas e «têxteis» é comum. Hoje em dia, a maioria das associações e grupos de promoção do nudismo evitam qualquer relação com movimentos políticos, esquecendo que a conquista desses espaços de liberdade contra a ditadura têxtil e civilizacional são fruto de uma crítica e de umas práticas radicais contra o progresso industrial e a consequente «vida» urbana, inicialmente difundidas por várias tendências anarquistas.



Presos anarquistas praticando nudismo na prisão Modelo de Barcelona, no ano de 1933, como protesto porque não lhes serviam dieta vegetariana

CARLOS DUQUE

Em face do poder civilizador, perante a autoridade governamental, a minha tarefa é difícil, mas aceito a responsabilidade. Como naturista libertário, tenho pensamentos e instintos que não se enquadram nos pensamentos e nos hábitos dos homens civilizados.
Tchandala¹

E embora estejas à procura do selo da tua liberdade nas tuas roupas, pode ser que encontres um arnês e uma corrente.
Kahlil Gibran²

O crescimento fulgurante da prática do nudismo no início do século XX deve-se em grande parte à proliferação das ideias naturistas e anti-industriais que inúmeros anarquistas abraçaram em França, Espanha, Inglaterra, Portugal, Cuba, etc.

No final do séc. XIX, o movimento naturista libertário questiona o industrialismo, as suas consequências quer na natureza quer no indivíduo. Emergindo de súbito do movimento anarquista francês, os naturianistas demarcaram-se ao criticarem a ciência idolatrada por muitas correntes revolucionárias.³ O geógrafo anarquista Elisée Reclus foi uma das figuras que inicialmente influenciou o naturismo em França, para ele o naturismo era «ao mesmo tempo uma forma de revitalizar fisicamente o corpo; uma relação com o corpo completamente diferente daquela que fomentava a hipocrisia e os tabus dominantes; uma forma mais facilitadora do convívio para a vida em sociedade; e um incentivo ao respeito do planeta». Outras figuras destacadas

deste movimento foram Henri Zisly e Émile Gravelle, que colaboraram e dinamizaram diversas publicações como *La Nouvelle Humanité*, *Le Naturien*, *Le Sauvage*, *L'Ordre Naturel*, e *La Vie Naturelle*. As colónias anarquistas, conhecidas como *Milieux Libres* proliferavam. Herdeiras dos princípios idealizados por Charles Fourier nos seus Falanstérios, estas colónias comunais pretendiam ser um espaço para experimentar, com grupos de maior ou menor dimensão, relações anti-autoritárias, separadas do poder e da coacção do capitalismo e do Estado, especialmente dedicadas à questão da liberdade sexual. Já por volta de 1880 diversas comunidades começaram a aparecer na América do Sul, dinamizadas na sua maioria por anarquistas europeus exilados ou emigrados (por exemplo, no Brasil, a Colónia Cecília, fundada pelo italiano Giovanni Rossi). A partir de 1900, são diversas as experiências de colónias de vida comunitária em toda a Europa, especialmente em França onde desde 1902 tinha sido criada a *Sociedade para a criação e desenvolvimento dos Milieux Libres em França*, entusiasticamente dinamizada por nomes como Élisée Reclus, Jehan Rictus, Lucien Descaves, Maurice Donnay, Henri Zisly, Émile Armand, Paraf-Javal, Georges Butaud ou Georges Deherme. Georges Butaud foi um dos mais activos fundadores de *Milieux Libres*, declaradamente anti-sindicalista afirmava: «Toda a minha vida fui anti-sindicalista. Sempre ameie de mais a minha liberdade para benevolentemente a abandonar. Se os homens tivessem a minha atitude não existiria sindicato e, por consequência, a agitação não seria o trabalho profissional de um grupo de antigos trabalhadores que desertaram das fábricas e dos escritórios e que acharam um bom

No final do séc. XIX, o movimento naturista libertário questiona o industrialismo, as suas consequências quer na natureza quer no indivíduo

tacho de descanso. (...) O método, o sistema de organização operária, aniquilou toda a iniciativa individual.»⁴ Butaud foi também um activo promotor do vegetarianismo, tendo aberto em Paris, em 1923, possivelmente o primeiro restaurante vegetariano de França. Para entender como o vegetarianismo e a prática de uma vida saudável estava amplamente difundida nos meios anarquistas individualistas franceses, em 1913, Rirette Maîtrejean descreve como os famosos «bandidos trágicos» do grupo de Bonnot recusavam comer carne e beber vinho.

O *L'EnDehors*, jornal anarquista fundado por Zo d'Axa em 1891, teve uma segunda fase dinamizada por Émile Armand em 1922, durante a qual se tornou o primeiro jornal a promover o nudismo em França e a dedicar um espaço regular para artigos de exaltação e defesa da vida sem imposições têxteis.

Do higienismo eugenista na Alemanha à emancipação dos corpos em Espanha.

Em particular o naturismo e a prática do nudismo, enquanto movimento, veio originalmente da Alemanha, através da criação, em 1898, do primeiro clube de *Freikorperkultur*,

«Cultura do corpo livre» em português. Este movimento alemão foi sobretudo influenciado pelas tendências higienistas do séc XIX, que pretendiam regenerar a espécie humana, a qual viam ameaçada pelo avanço da industrialização. A vida moderna era artificial, não somente pela indústria, mas também pelo auge das tabernas e vícios como o café, o álcool e o tabaco. Propunham dietas vegetarianas, banhos de sol ao ar livre e afastar-se das cidades e dos seus antros fechados e cheios de fumo. Mas na Alemanha o movimento manteve-se quase sempre afastado das tendências de esquerda, e foi derivando num sentido cada vez mais extremista, culminando num aspecto fundador de uma «cultura alemã» de admiração dos seus campos, dos seus bosques, dos seus corpos perfeitos, enfim, da pátria alemã. O regime nazi inicialmente criminalizou a *Freikorperkultur*, mas rapidamente desistiu da ideia e apostou na glorificação do corpo alemão, se Goebbels considerava a nudez decadente, Leni Riefenstahl glorificava-a em *Olympia*, e Himmler e as suas SS defendiam-a.

No entanto, no sul Europeu, a prática do nudismo cresceu e reivindicou-se pela acção de diversos militantes anarquistas. Em Espanha a prática do nudismo foi rapidamente integrada no discurso cultural do anarquismo. A nudez simbolizava acima de tudo a libertação do corpo e a recusa a um sistema de valores obsoleto e hipócrita. Também se desprezava a vida urbana, Federica Montseny, destacada militante do sindicato CNT, num artigo citado no livro *La pérdida del pudor. El naturismo libertario español (1900-1936)*⁵, afirmava «Vamos fugindo do sol para afundar-nos na electricidade».

Oficialmente em Espanha a chegada do naturismo situa-se em 1903, com a

fundação em Madrid da Sociedade Vegetariana Espanhola, e em 1915 aparece em Valência a revista *Helios*, que começa a difundir estas ideias. A partir dos anos vinte o movimento já se tinha posto de moda, e o excursionismo era uma das práticas impulsada pela CNT e as Juventudes Libertárias, servia para confraternizar mas também, durante a ditadura de Primo de Rivera, para esconder-se e preparar acções de protesto. No entanto a difusão do nudismo sempre esteve mais vinculada a grupos de tendência individualista e naturista como o grupo Sol y Vida, do ateneu naturista Eclético, em Barcelona.

A confluência destas duas correntes, anarquismo e naturismo, foram pioneiras ou deram grande apoio a correntes tão díspares como o esperantismo, o espiritismo, o vegetarianismo, a cultura livre, a trofologia, a exploração de alternativas energéticas, o neomalthusianismo, o laicismo combativo, o eugenismo, a exploração das sexualidades ou os movimentos para a emancipação da mulher. Tratava-se de um laboratório de ideias transgressoras, em ebulição, alternativas contra o capitalismo, de um ensino autodidacta que não vinha do sistema. Os militantes aprendiam dos seus materiais, das suas auto-edições e da imprensa operária, e recorriam a médicos próximos à classe trabalhadora como o doutor Ferrandis, Nicolas Capó ou Isaac Puente.⁶

No entanto, a introdução do naturismo entre os anarquistas, como sempre, esteve repleta de debates e polémicas, para alguns sectores antes de preocupar-se com este tipo de actividades alternativas ou contraculturais, era necessário realizar a revolução social e económica. Numa revista anarquista um artigo assinado por Julio Enrique queixava-se de como os seus companheiros gozavam com as suas ideias: «Nós, os anarquistas naturistas, não queremos fazer a revolução com repolhos e outras hortaliças como alguns camaradas nos atiram à cara (...) a revolução não se fará comendo alcachofras, mas bebendo álcool também não». Estas diferenças foram-se acentuando, sendo que os anarquistas naturistas acabaram a sentir-se mais próximos

os Millieux Libres pretendiam ser um espaço para experimentar, com grupos de maior ou menor dimensão, relações anti-autoritárias, separadas do poder e da coacção do capitalismo e do Estado, especialmente dedicadas à questão da liberdade sexual

das tendências individualistas francesas, do que do anarquismo sindicalista dominante em Espanha.

Com a chegada da Segunda República (1931) cresceu ainda mais o fenómeno e o eco que tinha na imprensa da época, onde os e as nudistas eram acusados de «selvagens» e «primitivos». No período radical de governo da CEDA (coligação de partidos católicos e de direitas que governou entre 1933 e 1936) as autoridades atacaram violentamente o nudismo. Houveram sequestros de publicações, prisões e multas. Uma repressão exercida pelo governo e por grupos de milícias fascistas. Mas nessa época já não se tratava somente da libertação simbólica do corpo, também entrava na discussão a liberdade sexual e o amor livre.

O drama é que se entras em conflito com as bases da tua própria cultura arriscas-te mais que se te limitas a incumprir alguma lei da tua sociedade. Os princípios morais e culturais garantem segurança às pessoas e pondo-os em causa afunda-las na incerteza e no medo. As ideias que deixa a contracultura abrem um poço do qual se apropriarão as gerações seguintes.⁷

A guerra civil e o obscurantismo posterior dos trinta e seis anos de franquismo criminalizaram

as paradisíacas praias galegas. O primeiro objectivo do CNER foi o chamado “bunker de Baroña”, um edifício de quatro andares rodeado por uma horrorosa muralha de cimento, construído na praia de Baroña. As acções de denúncia do grupo, com a penugem toda ao vento, começaram a incomodar os construtores e, através do padre da aldeia, começou a difundir-se a ideia de que a presença de nudistas na zona faria cair o preço das terras onde se poderiam construir rentáveis urbanizações turísticas. Desta forma, a população, que até àquele momento tinha ignorado cordialmente a presença



Cartaz de promoção dos Millieux Livres publicado no jornal L'En Dehors, de Émile Armand.

totalmente a prática do nudismo, uma repressão que em Espanha nunca desapareceu completamente, desde a resistência do movimento *Tetiñas Free* (ver caixa) às recentes leis municipais restringindo a prática do nudismo em várias praias da Catalunha e em espaços públicos. Até à aprovação destas leis, a nudez em público não era criminalizada.

Naturismo, vegetarianismo e comunismo.

A tendência naturista também encontrou forte eco em Portugal. Difundia-se bastante a ideia de que o combate naturista precedia, em grande parte, a luta pela realização da Anarquia. «O naturismo e o anarquismo são duas concepções filosóficas que se confundem e cuja realização na prática, sem dúvida, depende do bem-estar da humanidade», escrevia, em 1924, Manuel Rodrigues, um dos mais conhecidos anarquistas naturistas

portugueses. O naturismo esteve sempre ligado a um estilo de vida cujas práticas promoviam um bem-estar integral, defendendo a alimentação vegetariana, o exercício físico e a abstinência em relação ao tabaco e às bebidas alcoólicas. A luta contra as tabernas era um tema antigo na imprensa operária e anarquista, no entanto em 1921 alcança outra dimensão com a criação da Associação Anti-alcoólica Operária. Os anarquistas naturistas portugueses foram também os precursores da luta pela defesa dos animais, tendo as associações sindicais, as organizações naturistas, feministas e educativas, unido forças e criado em 1924 uma Liga contra as touradas.

A Associação Vegetariana de Portugal, com sede no Porto, e a sua revista «O Vegetariano» (1909-1935) constituíram o meio de difusão das ideias libertárias entre os adeptos do naturismo. O seu presidente fundador, o doutor Amílcar de

Sousa, simpatizante das ideias libertárias e colaborador na imprensa anarquista, e o naturista libertário Ângelo Jorge, foram durante vários anos o principal motor desta associação. A sul de Lisboa, passou-se exactamente o mesmo com a fundação da Sociedade Naturista Portuguesa, animada por militantes como José Peralta. Diversos grupos de afinidade anarquista foram fundados sob a influência do naturismo, e em 1919 realiza-se em Lisboa o primeiro Congresso Vegetariano da Península, onde o anarquista Gonçalves Correia (fundador da primeira comunidade anarquista do país, a Comuna da Luz em Odemira) apresentou a moção «Naturismo e Comunismo: uma aliança sagrada.»⁸

E tal como em Espanha, o triunfo do nacional-catolicismo e do Estado Novo chegou para reprimir, desterrar e assassinar estes idealistas do progresso social e humano, que foram os percursos de ideologias e práticas que hoje em dia estão cada vez mais assimiladas e recuperadas pela cultura e o poder dominante, e até por âmbitos políticos de tendência autoritária. Precisamente por isso, torna-se imprescindível não deixar nunca morrer esta memória, de uma parte da classe trabalhadora que activamente renunciava e combatia uma vida cada vez mais colonizada pela industrialização, defendendo a sua saúde, a sua autonomia, a sua vida, libertando a mente e o corpo de todas as roupagens do velho mundo.

NOTAS

- ¹ Excerto do texto *Le Naturisme Libertaire devant la Civilization*. Tchandalá é o pseudónimo de Aloise Weiss, naturista anarquista e anticientífico que publicou este texto em 1903, sendo um dos primeiros a consolidar a teoria naturista libertária com uma forte crítica ao progresso e à civilização.
- ² Extracto do poema *Du vêtement et de la pudeur* publicado no jornal *L'En-Dehors* em 1935. Kahlil Gibran (1883-1931) foi um poeta místico libanês, emigrou aos 11 anos, com a mãe e os irmãos para Nova Iorque. A sua obra reflecte influências tão diversas como a Bíblia, Nietzsche ou William Blake.
- ^{3 e 4} Os Anarquistas naturianistas e anticientíficos. José Tavares. Coleção Pandora, 2007
- ⁵ *La pérdida del pudor. El naturismo libertario español* (1900-1936). M^a Carmen Cubero Izquierdo. LaMalatesta Editorial, 2015.
- ⁶ *Espiritistes i lliurepensadores*. Dolores Marín. Angle Editorial, 2018.
- ⁷ *La pérdida del pudor. El naturismo libertario español* (1900-1936). M^a Carmen Cubero Izquierdo. LaMalatesta Editorial, 2015.
- ⁸ *Anarchisme et naturisme au Portugal, dans les années 1920. Les anarchistes du Portugal*. João Freire.

Tetiñas Free, o movimento galego pelo direito a descascar-se

Ainda na ressaca da transição espanhola, com a moral católica do franquismo bem presente, nudistas galegos arriscaram a pele (e algo mais) na luta pelo direito a despir-se sem preconceitos e sem o risco de acabar torturados num qualquer calabouço da Guardia Civil. Estávamos em 1983. Um grupo de pessoas com influências bem marcadas do situacionismo e do anarquismo, munido de um acutilante humor patafísico, juntou-se na Coordenadora Nudista Ecológico Radical e começou a realizar acções contra a loucura urbanística e a proliferação de mamarrachos que assolavam

de nudistas, arreganhou os dentes e decidiu expulsá-los a todos. O culminar do conflito deu-se no verão de 1983, quando catorze pessoas que se bronzeavam tranquilamente na praia foram detidas por guardas civis, armados com metralhadoras. Foram acusados de escândalo público e passaram três dias detidos num quartel em Santiago de Compostela. Foi daqui que saiu a campanha *Tetiñas Free* que teve grande ressonância nos media espanhóis e internacionais, tendo os membros da Coordenadora, direito de antena em diversos telejornais e programas televisivos.

Empoderado pela sua popularidade,

o movimento de nudistas permaneceu activo, com acções, faixas, manifestações, cartas ao presidente do governo, aos bispos e ao rei, até 1988, ano em que finalmente o nudismo deixou de estar tipificado como escândalo público no Código Penal espanhol.

Actualmente a praia de Baroña é a meca nudista da região e apesar de existirem presidentes de câmara que tentam proibir o nudismo agarrando-se a leis anteriores à reforma do Código Penal, a Associação Naturista da Galiza, agarrou o testemunho da CNER e desde 1997 defende o direito ao *descascanço*.
¡Tetiñas y pirolñas free!

Cultivar autonomia, colher comunidade:

Hortas comunitárias e o resgate de baldios do Porto

Criadas a partir da regeneração de baldios urbanos, a Quinta Musas da Fontinha, a Quinta de Vila Meã e a Horta da Partilha são hortas comunitárias do Porto onde – mais do que cultivar alimento – se ensaia a acção colectiva em prol do bem-comum.



“Baldio” (bal-di-o): 1. (adj.) que não está cultivado. = inculto, maninho; 2. (s.m.) terreno por cultivar. = terrêu; 3. (s.m.) terreno que, pertencendo a uma comunidade local, é usado colectivamente. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

SARA MOREIRA

SARITAMOREIRA@GMAIL.COM

FOTOS

MARGARIDA PEIXOTO (TERRA SOLTA),
LUÍSA CARVALHO (HORTA DA PARTILHA)
E FREDERICO LOBO (MUSAS)

No início eram baldios. Não daqueles ancestrais, montes comunais que circundam aldeias e que são posse e pertença das comunidades que por lá habitam, mas dos outros – terrenos «incultos», «maninhos», «estéreis», «terrêus», «inúteis», e outros sinónimos de abandono que o termo entretanto ganhou. Desbravados pela generosidade de quem se junta para cuidar de um pedaço de terra em comum, estes baldios urbanos passaram, e estão a passar, por processos de regeneração que devolvem a dignidade original do seu nome: baldios reinventados como hortas comunitárias onde se ensaia a acção colectiva em prol do bem-comum.

Escondidas em logradouros esquecidos, ou desmarcadas nos arrabaldes da cidade, a Quinta Musas da Fontinha, a Quinta de Vila Meã e a Horta da Partilha são exemplos de hortas urbanas do Porto que colocam a comunidade no centro.

Tal como compartes nos baldios rurais, juntam-se ali hortelãs e hortelãos para cultivar o próprio alimento, para pôr em prática uma intuição, pelo vício do colectivo, ou só porque faz sentido, dá prazer, serve de cura para a neurastenia da vida rodeada de cimento, consumo e betão.

Embora com diferentes nuances nas suas formas de organização, nas condições de acesso à terra, nas técnicas que orientam as suas práticas, desvenda-se em comum nestas hortas a vontade de aprender-fazendo em colectivo, à margem da Instituição – rejeitando a mercantilização da vida, a mera atribuição de lotes de terreno para cultivo e a gestão da produção.

Quinta Musas da Fontinha

Começamos por um dos pontos mais altos da cidade, a Quinta Musas da Fontinha, numa encosta a montante com inesperadas vistas para o mar. O conjunto de hortas biológicas é um dos vários projectos do Espaço Musas, na Rua do Bonjardim – sede da associação desportiva e recreativa Sport Musas

e Benfica que celebra este ano o seu 75.º aniversário.

Durante décadas, o espaço esteve entregue ao silvado, às ratazanas e ao esquecimento. Uma lixeira a céu aberto chegava até ao conjunto de ilhas que marcam o limite no topo, com acesso pelo Alto da Fontinha. A regeneração do terreno começou com trabalhos de desmatamento e de limpeza por iniciativa de alguns associados, mas foi em 2011 que a Quinta Musas de Fontinha se estabeleceu como tal, graças à cooperação de várias pessoas e também ao impulso dado pela então associação informal Movimento Terra Solta.

Hoje a horta do Musas divide-se em cerca de 25 talhões individuais, familiares ou colectivos de 25 metros quadrados, cada um com o nome de um fruto. Inspirado nos princípios da permacultura, o espaço congrega também diversas zonas de acção e usufruto colectivo, como a Agrofloresta, a Terra das Crianças e o Miradouro de Aromáticas. Os limites da Quinta foram mudando com o passar dos anos, incluindo hoje – para além do logradouro arrendado

«[A horta do Musas] tem uma biodiversidade social muito grande e privilegia a autonomia e a cooperação entre essas pessoas, o que muitas vezes é difícil até pela sua diversidade também»

ao senhorio (após uma acção de despejo noticiada pela *Mapa* em 2013) – lotes camarários e terrenos entretanto cedidos por vizinhos em acordos informais. Aberta à participação e visita de todas as pessoas «que se revejam no seu projecto e aceitem a sua forma de organização», a Quinta Musas da Fontinha orienta a sua acção «numa base de responsabilidade individual e de contributo para um projecto comum».

Num encontro de hortas urbanas que teve lugar no início de Julho nos Jardins do Palácio Cristal, durante o Cidade+, Andreia Ferreira, uma das hortelãs do Musas, diz que uma das dificuldades – mas também riquezas – da horta «é que tem uma biodiversidade social muito grande e privilegia a autonomia e a cooperação entre essas pessoas, o que muitas vezes é difícil, até pela sua diversidade também». Ali «decide-se tudo de forma horizontal e assembleária, por consenso», acrescenta, explicando que existem grupos de trabalho para operacionalizar alguns projectos e tarefas de manutenção, tais como a gestão das águas, a modelação do espaço, os almoços comunitários ou actividades culturais.

«Não basta atirar sementes e regar de semana a semana», desabafa sobre as incursões hortícolas de curta duração. «Muitas pessoas aproximam-se do Musas com a intenção de ter uma horta porque temos espaços disponíveis (...) mas o que acontece é que, como aquilo eram antigas ilhas e uma lixeira, o solo é árido, necessita de compostagem, necessita que se faça minhocário, que se leve para lá nutrição para a terra. Muitas pessoas ficam desmotivadas por causa do trabalho que é preciso.»

Para quem resiste, a Quinta Musas da Fontinha significa muito mais do que produção hortícola: um espaço aberto à «experimentação» social, ecológica, colectiva, que aproxima pessoas da terra, tal como vemos à sua medida noutras hortas comunitárias do Porto.

Quinta de Vila Meã

Um fazedor de vassouras de milho painço, um moço inglês de chapéu e um ourives de Gondomar encontram-se num sábado de manhã num terreno entalado entre os caminhos de ferro e a via rápida, em Campanhã. Um vai de tronco nu e leva uma muda de limonete para oferecer, outro faz a monda do canteiro das cebolas como se fosse meditação, e o terceiro levanta-se quando nos vê e a primeira coisa que diz é «*punk is not dead*» com um gesto de cornos salpicados de terra.

Chegamos à Quinta de Vila Meã, também conhecida como Quinta do Mitra, e é dia de trabalho comunitário na horta. O grande plano para a tarde é cortar o azevém verdeal, cultura de sete anos que «come as ervas daninhas», mas antes ainda há que cuidar do viveiro, dar um jeito aos canteiros, colher as sementes de fava, e experimentar novos engenhos para afastar a passarada das culturas mais tenras – como a palete pouxada sobre a sementeira de alface



Vitor Parati a regar o viveiro que iniciou em Outubro de 2016 na Quinta de Vila Meã. O Terra Solta disponibiliza mudas de árvores autóctones graciosamente ou por donativo consciente. Foto: Margarida Peixoto



Dia de trabalho colectivo na Horta da Partilha. Foto: Luísa Carvalho, 2015

ou a construção de paus espetados que faz uma cúpula por onde vai crescer o feijão.

Aquele lugar suburbano, hoje confinado a um beco quase sem saída, já foi porta de entrada na cidade, com caminho directo até ao centro histórico do Porto. Quem hoje arrisca sair da rotunda para uma passagem sombria por baixo do viaduto, encontrará a calçada granítica que desemboca num muro de betão grafitado sob a escadaria que vai dar à estação. À esquerda, eis a única resistente das três casas de lavoura que o lugar ali congregava noutros tempos. O alargamento da estação de Campanhã e a construção da Via de Cintura Interna (VCI) levaram à expropriação da família Mitra (os últimos proprietários da quinta), no lugar da antiga passagem de nível de Vila Meã. A associação Movimento Terra Solta tomou conta do espaço em finais de 2011, num acordo com a Junta de Freguesia de Campanhã, a quem a Câmara havia doado a Quinta em regime de comodato. Hoje querem voltar às origens e preservar o nome mais antigo – estão até a tentar dar o nome à Rotunda de Vila Meã.

«Quem entra no portão ou vem ensinar ou vem aprender, ou que faça as duas coisas», explica o Nuno Moutinho, presidente da associação Movimento Terra Solta, sobre a forma de participação nesta horta onde não há talhões individuais, «todos os camalhões são redondos» e «tudo é de todos que a trabalham». O plano geral dos trabalhos é definido em reuniões convocadas como assembleias gerais e «os recém-chegados são orientados nessas tarefas até ganharem autonomia». Sobre a partilha das colheitas, esclarece: «primeiro, aquilo que nós produzimos é para distribuir por quem nos ajuda. Nós não vendemos nada disto, ou usamos

«Aquilo que nós produzimos é para distribuir por quem nos ajuda. Nós não vendemos nada disto, ou usamos nos nossos almoços ou, quando temos em excesso, cada um leva para casa»

nos nossos almoços ou, quando temos em excesso, cada um leva para casa».

Aproximamo-nos de um balcão com dezenas de pacotes de leite transformados em vasos com mudas de sobreiros, carvalhos, castanhos, pinheiros mansos, algumas nogueiras e primeiras experiências de oliveiras e cerejeiras. O viveiro de árvores autóctones é um dos projectos mais vívidos da Quinta de Vila Meã. «Começámos por fazer sementeira com físgas numa serra próxima, depois de irmos buscar bolotas aos bairros da cidade do Porto», conta o Nuno Moutinho sobre os primórdios do projecto de reflorestação, que foi ganhando dimensão e capacidade até aos dias de hoje, em que distribuem árvores para várias zonas do país afectadas pelos incêndios. «Eles acendem um fósforo e nós vamos lá apagar com duas árvores», acrescenta Vítor Parati, responsável pelo viveiro e pela área da reflorestação, que ainda há pouco passava com uma grande beterraba na mão.

Chamam-nos da sala de convívio para dizer que o almoço está pronto,

como todas as quartas e sábados, dias de trabalho comunitário na horta, abertos a todas as pessoas que queiram vir aprender ou ensinar. «Só pedimos uma coisa», diz o Nuno antes de abalar, «não nos avisem que vêm».

Horta da Partilha

Lá para os lados de Arca d'Água, bem perto do lugar onde o estádio do Salgueiros alagou, encontramos a Horta da Partilha, implantada nos terrenos de uma antiga quinta agrícola com mais de 15 anos de pouso. O terreno, com uma área total de cerca de 3.500 metros quadrados, foi cedido em 2012 através de um acordo informal. Sara Alves, matriarca da Partilha – e guardiã do acordo – namorava pela janela aquele baldio escondido sempre que se dirigia a um estabelecimento de serviços local. Conversa-puxa-conversa e rapidamente chegou o aval para meter as mãos na terra.

O objectivo era criar um espaço de experimentação de permacultura e de agricultura natural, que permitisse preservar o espaço da antiga quinta e os seus recursos naturais. Uma horta comunitária onde as pessoas interessadas pudessem trabalhar em prol do todo, partilhar conhecimentos e experiências agrícolas e simplesmente desfrutar dos ares do campo na cidade – com o som dos carros na VCI ao fundo que, em dias claros, quase parecem as ondas do mar. Desde então a horta vai-se fazendo pelas mãos de gentes que por lá passam, sempre com a orientação da guardiã septuagenária.

Planeada como um todo indivisível (definindo que a utilização do espaço é sempre colectiva), a Horta da Partilha inclui zonas de hortícolas, pomar, charcos, estufa, compostagem, aromáticas e zonas mais extensas, quase por explorar, incluindo um bosque

«[A Horta da Partilha] é um espaço onde nos podemos encontrar, partilhar experiências e aprender com os erros (...) uma experimentação de todas as pessoas que gostam de estar na terra, de tempo de cura e de convívio»

de carvalho e loureiro, que em certas noites de Verão presenteia os hortaleiros com um espectáculo de pirlâmpas luminescentes. Em tempos teve galinheiros, culturas de cereais, colmeias, e chegou a fazer parte da Associação para a Manutenção da Economia de Proximidade, num esquema de trocas entre «prossumidores» com recurso à moeda social ECOSOL (ver *Jornal Mapa* n.º 19).

Não demasiado aberta, nem completamente fechada, na Partilha não existe uma estrutura associativa formal (ao contrário do Musas e Terra Solta), tornando talvez mais opaca a forma de organização e as condições de participação. O grupo informal vai reunindo conforme as necessidades das pessoas e da terra para tomar decisões, delinear futuras investidas e também pelo convívio – normalmente, a cada virada de estação, há uma festa para celebrar as colheitas, onde se acende a fogueira e convoca a sabedoria popular e os espíritos pagãos.

Quanto ao acolhimento de novos compartes, este envolve sempre

o acompanhamento de alguém mais experiente nas lides da horta, como a Luísa Carvalho e a Filipa Almeida, hortelãs ininterruptas da Partilha desde 2015. Para elas a horta é «um espaço onde nos podemos encontrar, partilhar experiências e aprender com os erros (...) uma experimentação de todas as pessoas que gostam de estar na terra, de tempo de cura e de convívio». E acrescentam: «claro que todos gostamos de levar para casa aquilo que cuidamos desde a sementinha (...) mas o objectivo nem é vender nem produzir massivamente». Participam numa feira por ano para angariar uns trocos para as ferramentas e vão fazendo vaquinhas extra para cobrir alguns investimentos em infraestruturas, como o sistema de rega. Pelo caminho, vão experimentando, aprendendo, observando «quando é que a semente germina espontaneamente na terra» para saber que «esse é o tempo dela e não quando nós queremos».

Tal como a vontade própria das sementes, também há circunstâncias que condicionam a continuidade destas hortas, já que a posse da terra é alheia e o futuro é incerto. No caso da Partilha, o proprietário poderá, quando entender, recusar a cedência – avisando com o tempo necessário para que seja feita a colheita. Será essa uma das maiores fragilidades destas hortas: as condições de acesso à terra. Ao contrário dos baldios ancestrais, aos quais se reconhece uma titularidade própria de base comunitária – distinta da propriedade pública-estatal e privada-mercantil – estes «baldios» urbanos regenerados ora são arrendados, cedidos ou ocupados, deixando-os sempre à mercê dos donos da propriedade. Não obstante, a terra não olha a posses – é generosa – e as plantas continuam a crescer.

A Besta de Salvini

Itália no Mundo Transumano H+



KOIVΩVIA

ILUSTRAÇÃO: EBUBU'S MYSTIC FARM 3.0

A comunicação social de Matteo Salvini, líder do partido xenófobo italiano Lega, é diferente da de outros líderes europeus. Inicialmente denominado Lega Nord, o partido passou a adoptar simplesmente o nome Lega a partir de 21 de Dezembro de 2017 e, tendo em conta os sucessos eleitorais que tem vindo a obter em regiões do sul de Itália, parece não haver mais memória do racismo para com os *terroni* — as pessoas do sul — e da campanha independentista, questões rapidamente transpostas para o racismo para com os migrantes e a defesa da soberania nacional.

A primeira característica a destacar nas técnicas de comunicação da Lega é o conteúdo polarizante — «Bons contra Maus», «Nós contra Eles», «Com Salvini ou contra Salvini» — que evoca o estilo das campanhas eleitorais, ou melhor, o teor das campanhas de propaganda de guerra, tornado agora permanente. Com efeito, a estratégia de comunicação social da Lega tem apontado para a criação de um fluxo de visibilidade constante de Salvini: com o seu milhão de seguidores no Twitter e os seus 3,5 milhões de seguidores no Facebook, prontos a carregar no «gosto», o Capitão do partido é a figura política mais popular nos *social* da Europa.

A segunda característica a destacar é a sua abordagem pessoal, familiar e doméstica: «Não somos um partido, somos uma família», afirmou Salvini a 1 de Julho de 2018 no congresso da Lega, em Pontida. Ao referir-se aos militantes do seu partido, fala sempre de «irmãos e irmãs», ou de «pais e mães» — de sublinhar que nunca se dirige às mulheres enquanto tal. O aspecto religioso da sua retórica é constante e estudado, pois a trindade que pretende fazer ressurgir é a de Deus, Pátria e Família. A catequese da «Santa Romana Igreja», o nacionalismo e um espírito de «comunidade» alicerçado em vínculos de sangue e na descendência são os elementos ideológicos do passado-presente que regressou para desmoronar as conquistas de direitos civis alcançadas pelas reformas dos anos 70 (o direito ao aborto, por exemplo), ou de direitos humanos e de asilo sancionados pela comunidade internacional.

As fotos postadas de Salvini a comer pizza, pão com Nutella, ou com uma metralhadora nas mãos servem para ganho de visibilidade e intimidade, mas sobretudo para criar desinformação, visto que são armas de distração em massa que desviam a atenção da opinião pública dos factos efectivamente relevantes do dia: nomeadamente, as investigações da magistratura que implicam dirigentes da Lega em cumplicidade com chefes mafiosos.

Estupidez Artificial

A maior desinformação e estupidez artificial, contudo, refere-se ao fenómeno migratório, realidade sobre a qual os italianos parecem ter uma noção altamente distorcida. Nada surpreendente, dado o número crescente de *fake-news* e *bots* que circulam na rede e que efectivamente influenciaram os resultados das eleições europeias. Como salientam os editores do relatório «Cenários de Fronteira», Francesco Ferri e Adelaide Massimi, da Coligação Italiana para os Direitos Civis (CILD), o decreto Salvini¹, continuando na esteira do decreto Minniti, legalizou práticas ilegais, ou seja, regulamentou por lei algumas das práticas ilegítimas encontradas e repetidamente sancionadas pela UE. Os alcaides das cidades de Nápoles e Palermo anunciaram que se recusarão a respeitar o decreto, considerando-o desumano e criminoso: desumano por decretar, com a revogação da tutela humanitária, qualquer «possibilidade de compreensão do drama das pessoas que são os migrantes»; e criminoso por «insegurança social», pois aumenta o número de pessoas em condições de irregularidade e que por isso estão mais vulneráveis do ponto de vista sanitário e mais expostas à chantagem de criminosos e capatazes.

Segundo dados da Agência das Nações Unidas para os Refugiados e do Ministério do Interior Italiano, embora as chegadas de migrantes tenham vindo a abrandar — em

2018 deu-se um decréscimo de 75% comparativamente com 2017, ano em que o número já tinha diminuído 75% relativamente a 2016 —, os italianos sentem os migrantes como uma ameaça e, tal como feras ameaçadas, reagem com crescente brutalidade. Embora a percentagem dos migrantes no território italiano seja de 8%, menor que a de outros países europeus, os italianos crêem que 30% da população é migrante, uma contagem deveras inverosímil de quase uma pessoa em cada três.

Embora a percentagem de migrantes aderentes ao Islão seja de 32%, contra 52% dos aderentes ao Catolicismo, a islamofobia aumenta entre os italianos, para quem «um bairro se degrada se tiver migrantes». De todos os entrevistados, 52% acham que «os migrantes favorecem a difusão do terrorismo e da criminalidade». Entretanto, a discriminação espalha-se, facilitada por discursos de ódio racial tolerados pelas redes sociais. Os valores de hospitalidade e a abertura para a integração vivem o seu longo Inverno, Inverno de indiferença e cinismo. Uma verdadeira islamofobia chegou à Itália. E, conhecendo a camaradagem entre os fascistas dos dois lados dos Alpes, é fácil inferir que esta seja uma tendência importada de França: a criação da «arabofobia» foi planeada pelas altas esferas militares colonialistas como uma arma de guerra psicológica facilitadora da instauração de medidas antidemocráticas.

Comunidades Imaginadas 2.0

Como sugere uma análise na revista *Wired*², o afinamento da propaganda da Lega não parece ser acidental, encontrando-se pelo contrário em sintonia com recentes resultados no estudo da comunicação política³: os sentimentos negativos, como o medo e a agressividade, fazem com que baixemos a guarda e aceitemos mensagens que não teríamos de outra forma partilhado; no entanto, é o sentimento positivo que leva as pessoas a apoiar um candidato ou um partido. Os *posts* de Salvini são cada vez mais calibrados, orbitando não apenas em torno do eixo negativo/positivo, mas sobretudo em torno do eixo medo/confiança. As emoções negativas são uma forma de atrair a atenção, de activar «interruptores cognitivos», mas o apuramento da estratégia comunicativa de Salvini consiste em transmitir, juntamente com o tom ameaçador, um sentimento positivo, injectado de forma subliminar, como compensação e remédio, como solução para o sentimento negativo.

A tática de Salvini consiste em aproveitar todas as oportunidades para estar no centro das atenções da internet italiana, transformando qualquer tipo de oposição em combustível para propaganda. A deriva autoritária internacional encontra nele a sua encarnação: um avatar de confiança, o líder carismático por quem as pessoas anseiam para resolver todos os problemas. Nestes anos, perdemos a conta das ondas de indignação causadas pelos surtos mediáticas do líder da Lega. A cada ofensa aos migrantes ou às mulheres e, em geral, aos valores de solidariedade e humanidade, corresponde um beijo, um agradecimento e um encorajamento ao povo italiano, esta comunidade imaginada 2.0.

A arte da guerra 2.0

A ascensão da Lega deve-se, entre outras coisas, à «A Besta» de Salvini. Como revelado pelo *hacker* e spin doctor digital Alessandro Orłowski, numa entrevista à *Rolling Stone Italia*, publicada em Julho de 2018, uma equipa de informáticos a mando do partido xenófobo finalizou em 2016 «A Besta», o software que controla as redes sociais de Salvini e analisa quais são os posts e os tweets que obtêm melhores resultados, e que tipo de pessoas interage com as publicações. A transformação política da Lega deve-se à aprendizagem facultada por este conjunto de algoritmos a que os próprios dirigentes da Lega têm chamado «A Besta», nascida da equipa de SistemaIntranet, isto é, da cínica mente do «filósofo informático» e ex-professor universitário Luca Morisi, accionista maioritário da empresa. Morisi é o actual *spin doctor* digital da Lega, o responsável pela comunicação de Salvini – o *post* com a foto de Salvini empunhando uma metralhadora é seu.

Através da sofisticação de uma prática comumente chamada de análise de sentimento, que consiste em procurar as cordas sensíveis para alavancar o coração e a mente dos usuários, a Lega de Salvini consegue comunicar de forma directa com as pessoas – «sem mediações», - como eles dizem Isto é, fora dos meios de comunicação tradicionais, doravante substituídos pela comunicação entre perfis e grupos nas redes sociais.

«A Besta» é uma ferramenta capaz de analisar em tempo real a orientação dos comentários e as reacções a um *post*; de «sugerir» quais os temas, frases ou palavras-chave devem ter ênfase no próximo *post*; de moderar hostilidade e confraternização. É um *software* capaz de aumentar o carácter viral da comunicação, o número de reacções, os medos e expectativas. A



Uma equipa de informáticos a mando do partido xenófobo finalizou em 2016 «A Besta», o software «que controla as redes sociais de Salvini e analisa quais são os posts e os tweets que obtêm melhores resultados, e que tipo de pessoa tem interagido»

Até agora, os partidos usaram instrumentos parecidos, mas apenas durante a campanha eleitoral, enquanto a Lega de Salvini parece ser o primeiro a usá-los sempre, todos os dias, tema por tema, discussão após discussão nas redes sociais

quem a utiliza e lê, esta ferramenta oferece informações sobre quanto de bom ou mau tem sido dito sobre o «tópico» x ou y. E quem lê estas informações é a equipa que trabalha com Salvini, fundindo psicologia, ciência da computação e estatística, combinadas para fins de propaganda política. «A Besta» é, portanto, Salvini e a sua equipa de colaboradores, Luca Morisi *in primis*, e não apenas o engenho algorítmico por eles fabricado.

Não passa um dia sem que Salvini desencadeie esta ou aquela controvérsia, mas cada uma delas é travada num campo de batalha antecipadamente lavrado pel'«A Besta». Deve salientar-se que os meios de comunicação tradicionais não conseguem senão nutrir «A Besta», ou seja, a arma de distração de massas que está, com os seus *links* e *likes*, com as suas visualizações e desinformações, a devorar a realidade. Qualquer repor da verdade, qualquer reflexão ponderada, qualquer verificação dos factos será sempre mais lenta na «acumulação originária» de atenção da economia cognitiva digital. Estes novos governantes são cobardes timoneiros-cibernautas, fabricantes das tempestades emocionais do medo ao estrangeiro e do ódio racial em que vimos naufragar os valores humanos que nos orgulhávamos de ter reivindicado e afirmado com as revoltas que ocorreram ao longo da nossa história.

O que parece ser uma novidade não é tanto a sofisticação técnica quanto a

intensidade do seu uso, que se tornou sistémico: até agora, os partidos usaram instrumentos parecidos, mas apenas durante a campanha eleitoral, enquanto a Lega de Salvini parece ser o primeiro a usá-los sempre, todos os dias, tema por tema, discussão após discussão nas redes sociais. O custo dessas ferramentas, de resto, não é muito alto e gira em torno de alguns milhares de euros por mês. Um preço que a torna tão acessível para quem se quer aproveitar cinicamente dos seus serviços, quanto difícil de atacar para quem se quer defender da sua perigosa presença. As empresas gerentes de redes sociais são rufias o suficiente para ter o cuidado de ir apagando de vez em quando algumas dezenas ou centenas de milhares de perfis falsos animados por *bots*.

O fascismo está na moda

O formato mediático do novo fascismo, isto é, do «transfascismo H+», é de facto parecido em todas as nações, assim como a sua bagagem ideológica. A mesma relação «des-intermediada» que liga Salvini à sua base eleitoral foi funcional ao estabelecer um vínculo entre o público e a delirante conta no Twitter do magnata nova-iorquino; ou, no caso do Brasil, ao incluir gratuitamente nos tarifários o uso do Whatsapp, Twitter ou Facebook, enquanto o restante acesso à Internet se paga à parte, conseguindo assim excluir as pessoas com poucos recursos económicos

do acesso à informação e da possibilidade de verificação dos factos. Entre o bloco ocidental e o bloco oriental podem encontrar-se cumplicidades transversais e figuras como Trump e Salvini, ou Bolsonaro e Putin, têm tanto em comum que não é de estranhar vê-los mais como aliados do que como inimigos...

Não são desconhecidas as ligações que Trump e Salvini têm com a Rússia, que poderia estar a combater neste tipo de guerra híbrida com uma certa vantagem sobre os seus «adversários», as democracias ocidentais, minando-as por dentro. Hoje, Putin e os seus associados conduzem a mais moderna propaganda, combinando o controle da comunicação social tradicional com os novos canais direccionados ao exterior (*Russia Today*, *Sputnik*), e as suas versões possivelmente mais avançadas d'«A Besta» de Salvini, ou seja, exércitos de informáticos e analistas acompanhados por armadas de *botnets* e perfis falsos, que não só confirmam a tendência dos *trending topics* como a influenciam artificialmente.

Genocídio cultural

No seu «Artigo dos pirilampos», de 1975, Pasolini reflecte sobre a destruição das «diversas culturas particularistas» da Itália pós-guerra, qual efeito da «homologação da industrialização», com a consequente criação de «enormes massas» semelhantes às que alimentaram as tropas nazis⁴. A ideia de que um fascismo mais profundo tenha suplantado o gesticular de Mussolini aparece pela primeira vez numa entrevista, conduzida por Jean Dufлот em 1969, onde fala repetidamente em «genocídio cultural»⁵. Em 1974, com os artigos «O verdadeiro fascismo e então o verdadeiro antifascismo» e «O genocídio», Pasolini explica então a sua ideia: o «verdadeiro fascismo» é aquele que engloba os valores, as almas, as linguagens, os gestos e os corpos do povo; é o que traz «sem carnificinas e fuzilamentos de massa, a supressão de amplas zonas da sociedade» e por isso, é legítimo chamar genocídio a «esta assimilação do modo e da qualidade da vida da burguesia». No artigo «Estamos todos em perigo», de 1975, Pasolini prefigura o desaparecimento da humanidade no contexto das sociedades avançadas: «Pretendo que tu olhes à tua volta e te dêes conta da tragédia. Qual é a tragédia? A tragédia é que não há mais seres humanos, há estranhas máquinas que chocam umas contra as outras».

Quando declarava que «não havia mais pirilampos», queria salientar que a escura arte das luzes dos ecrãs televisivos tinha vindo a facultar o nascimento de um fascismo distinto pela violência policial e o desprezo pela Constituição, no fundo de um embrenhado «atroz, estúpido e repressivo conformismo de Estado». Foi torturado e morto por ter denunciado, com os seus filmes, a brutalidade policial e a antiga aliança entre Vaticano, Estado e Máfia. Hoje, a brutalidade policial é fomentada pel'«A Besta» do ódio racial e da intolerância institucionalizada. Matteo De Bellis, o investigador da Amnistia Internacional encarregado de redigir o relatório «Hotspot Italy», comentou: «A abordagem do *hotspot*, planeada em Bruxelas e colocada em prática em Itália, aumentou a pressão sobre os estados fronteiriços, não a diminuiu. O resultado é o aumento das violações dos direitos das pessoas mais vulneráveis. Estas violações são da responsabilidade directa da Itália, mas os líderes europeus têm a responsabilidade política». Os polícias e *carabinieri* italianos, de acordo com o relatório, «recorreram a tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, ou mesmo à tortura»:

o uso de electrochoque, entre outros. Os procedimentos de *screening* (identificação rápida) nos chamados «pontos de acesso» (*hotspots*) – centros de identificação estabelecidos pela Agenda Europeia de Imigração em Maio de 2015 – estão na origem do acolhimento à coronhada que recebem as pessoas que fogem à guerra ou à fome, e das práticas de repatriamento ilegais de que o Estado Italiano tem sido responsável. O blogue parolestulconfine.com documenta os abusos de poder sistemáticos e a violação dos direitos humanos em Itália.

Mas o Inverno do acolhimento, sancionado pelas políticas securitárias da Europa Fortaleza e alimentado pel’ «A Besta» de Salvini, não é uma questão que diga respeito aos migrantes, da mesma forma que o racismo no E.U.A. sempre foi mais uma questão dos brancos, que inventaram a categoria de «negro» para legitimar o seu ressentimento para consigo próprios. Tal como então, a questão diz respeito aos valores de humanidade, aos valores comuns a todos. Para resistir ao devir-negro do mundo de que fala Achille Mbembe⁶, à peste do fanatismo nacionalista e religioso, à brutalidade racial e policial, à generalização de medidas de gestão de territórios e populações desenvolvidas em época colonial, não se pode persistir em acreditar que o deserto cultural em que vivemos seja o resultado de algum erro de cálculo que pode ser corrigido. A hostilidade sem fundo e sem objectivo que faz dos E.U.A. um dos países com a maior população carcerária, em larga maioria de afro-americanos e hispano-americanos, está a ser fabricada por força de lei⁷, visto que o efeito tanto a curto quanto a longo prazo do último decreto Salvini em matéria de migração, que fecha qualquer canal para o acesso ao direito de asilo, irá aumentar a brutalidade policial e social, a criminalidade e a insegurança e, por isso, em círculo de retroacção positiva, irá dar mais fôlego ao fanatismo identitário e ao clima de caça à bruxa para os traidores da comunidade nacional. A lei sobre a legítima defesa, recentemente aprovada, é outro exemplo da mesma deriva impingida pelos fabricantes de armas e de imaginários 2.0. O racismo é um artefacto cultural viral que contagia a consciência, inibindo-lhe o sistema imunitário moral. É uma arma de distração e de mobilização de massas. Serve para desviar o descontentamento comum na direcção de alvos frágeis e marginalizados, sobre os quais a cobardia dos gregários encontra fácil exaltação. A ascensão de canalhas fascistas, em Itália, na Europa e em todo o mundo, segue linhas de forças semelhantes, linhas que desenham um campo de guerra H+ contra a humanidade, um devir-negro, devir-migrante, devir-indígena, devir-mulher...

Resistência cultural

Aceitar cuidar destes devires, por exemplo com cuidados básicos solidários, é já uma forma de resistir. O alento de revolta não desaparece e, hoje, no mundo, quem defende os valores humanos pode sempre ser considerado migrante, indígena, *queer*. Os antifascistas têm, no mundo, um único inimigo: a desumanização. Cada vez que um ser humano se revolta perante uma ordem ou uma condição de subordinação e injustiça, lança também um apelo a todos os outros, para que juntos afirmem a solidariedade que os une na sua comum condição.

Os movimentos antifascistas, anti-racistas e antimachistas, oferecendo cuidados básicos e suporte moral e logístico às vítimas de discriminação e violência, são os paladinos dos valores humanistas. Mas para resistir à investida do movimento internacional H+, à xenofobia, ao desmoronamento da solidariedade, ao catastrofismo

Pirilampos na noite escura

FEDERICA FIASCA

Olhar para onde? Olhar para quem?

Conhecemos quatro mulheres. Descobrimos quatro exemplos de humanidade. Quatro experiências de solidariedade espontâneas e autónomas realizadas em território italiano, que nos foram reveladas a partir de um mapa traçado pela ONG Médicos sem Fronteiras⁸.

Encontramos Elena, que na sua habitação de Ulzio em Alta Val di Susa, Piemonte, deu abrigo e cuidados a um jovem camaronês que arriscava a amputação dos seus pés por congelamento, tratando – em compensação do vazio e da renegação institucional – da sua lenta e necessária recuperação.

Em Como, Lombardia – outrora zona fronteiriça de trabalhadores italianos e suíços, hoje lugar de impasse para milhares de migrantes em direcção ao norte da Europa – conhecemos Georgia, secretária num centro de saúde, que uma certa manhã se depara com uns oitenta corpos deitados no chão fora da estação da sua pequena e burguesa cidade. Resolve tirar uma semana de férias para fazer algo de útil... Desde então, não parou mais de ajudar.

Descobrimos Lorena, que em Pordenone em Friuli Venezia Giulia, participa, juntamente com o marido Andrea, numa rede de solidariedade de cidadãos auto-organizados, que tem como objectivo facilitar bens essenciais e de primeira necessidade, informações úteis e imprescindíveis, para além de um espírito de vizinhança e apoio emocional aos migrantes que, vindos (desde 2014) do chamado roteiro balcânico, se encontram numa espécie de limbo – fugidos do passado, à espera do futuro –, à espera de um estado de asilo político que, provavelmente, não

lhes será nunca atribuído —. Lorena não fecha os olhos. Pelo contrário, ela fica atenta. Observa, visita, frequenta, auxilia estes acampamentos espontâneos de vidas despojadas da própria dignidade, nas margens da sua cidade.

Em Cosenza, Calabria, vive Jessica, que aos vinte e dois anos envereda pelo caminho da militância, responsabilizando-se pela gestão partilhada de um prédio ocupado que fora reconvertido em habitação para indivíduos, migrantes e não migrantes, unidos pela emergência habitacional. Conscientes, talvez, de que é muito mais o que nos une, do que o que nos separa.

Onde temos de estar?

Se a luz ao fundo do túnel nos parece sempre mais escura, resistir torna-se um acto de dever. As valiosas, pequenas, grandes histórias de Elena, Georgia, Lorena e Jessica são pirilampos na noite escura. Hoje, como nas alturas mais negras da História Europeia, ser antifascista pode querer dizer escolher ser human@, praticar a solidariedade, estar atent@, abert@, disponível para @ outr@ e para o mundo, sem necessariamente levar o peso de uma ideologia às costas. Praticar o antifascismo, hoje, pode significar entrar no jogo (descer à fronteira, ao porto, à estação, à rua...), sair do isolamento ao qual nos querem relegar por conveniência, arregaçar as mangas, sujar as mãos...

«Ainda lá estão?»

- Pergunta-nos Lorena, na última sequência do filme, quase a convidar-nos a ultrapassar a rede sem hesitações, tal como ela, com a sua saia comprida e as suas sessenta e quatro primaveras, e recolocando-nos assim ao lado dela, do lado certo. Aí, onde se tem de estar.



A ascensão de canalhas fascistas, em Itália, na Europa e em todo o mundo, segue linhas de forças semelhantes, linhas que desenham um campo de guerra H+ contra a humanidade, um devir-negro, devir-migrante, devir-indígena, devir-mulher...

de Estado e à ecologia de quartel, à deriva militarista e fundamentalista e, em suma, à guerra e à desumanização, é preciso antes de mais reconhecer o inimigo. Porventura, se o mapa (um pouco arriscado) que aqui foi traçado não nos apresentou uma imagem distorcida da realidade, as empresas do sector informático podem bem estar a tramar contra as democracias, prestando os seus serviços a governos ditatoriais de vários tipos e censurando opositores e activistas. Na sua propaganda, anunciam a obsolescência programada da humanidade e parecem estar a trabalhar para a sua extinção, ou pela sua subjugação a uma raça aprimorada com meios tecnocientíficos. Por isso, juntamo-nos ao “Manifesto dos chimpanzés do futuro contra o transumanismo”, que o colectivo POM publicou em Grenoble, em 2016, e à resistência contra a ideologia do movimento H+ e a governação cibertotalitária.

NOTAS

1 A 24 de Setembro de 2018 foi aprovado por unanimidade do Conselho de Ministros o «decreto Salvini» na área da imigração e segurança, que altera as condições de acesso a asilo e cidadania.

2 Publicada online por Francesco Piccinelli, a 15 de Fevereiro de 2018.

3 T. Brader, "Striking a Responsive Chord: How Political Ads Motivate and Persuade Voters by Appealing to Emotions", em American Journal of Political Science, Vol. 49, No. 2 (Apr., 2005), pp. 388-405.

4 Veja-se a homenagem a Pasolini de G. Didi-Huberman, *Survivance des lucioles*, Les Éditions de Minuit, Paris 2009 [ed. it., *Come le lucciole. Una politica delle sopravvivenze*, Bollati Boringhieri, Torino 2010, pp. 19 e sgg.]

5 P. P. Pasolini, *D'un fascisme à l'autre*, em *Entretiens avec Jean Dufлот*, Éditions Gutenberg, Paris 2007, pp. 173-83.

6 A. Mbembe, *A Crítica da Razão Negra*, Antígona, Lisboa 2017 (2013).

7 J. Derrida, *Força de Lei. O «fundamento místico da autoridade»*, Porto, Campos das Letras 2003 [1994].

8 *Dove bisogna stare*. Documentário, Itália 2018. Realização de Daniele Gaglianone e Stefano Collizzoli, produção Zalab Film Srl, com Georgia Borderi, Jessica Cosenza, Lorena Fornasier, Elena Pozzallo.

A solidariedade são vários crimes

A política de externalização de fronteiras e das respectivas responsabilidades sobre quem as atravessa junta-se à vitória da retórica de extrema-direita europeia e, ao mesmo tempo que continua a trabalhar todos os dias para ser uma fortaleza inexpugnável, a União Europeia e os seus Estados orientam a sua força repressiva contra os actos de solidariedade com os migrantes. Um relato não exaustivo da situação no terreno.



TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Em Novembro de 2017, o Institute of Race Relations (IRR) publicou o relatório *Humanitarianism: the unacceptable face of solidarity*, onde examinava 26 casos (que envolviam 45 pessoas que, desde 2015, foram detidas, investigadas ou acusadas) relacionados com leis anti-imigração ou anti-tráfico. Na tentativa de pôr fim a formas mais ou menos organizadas de resolução de problemas que fogem do seu controlo, os Estados europeus começavam a ameaçar as acções solidárias dirigidas a migrantes através da sua perseguição judicial. Desde então até hoje, esses mesmos Estados decidiram levar os seus esforços ainda mais longe, tanto no que diz respeito à securitização das suas fronteiras como à criminalização da solidariedade.

De facto, num outro relatório, publicado há cerca de um mês (*When witnesses won't be silenced: citizens' solidarity and criminalization*), o IRR actualizava a lista dos comumente chamados «crimes de

solidariedade», olhando para 17 casos que envolvem 99 pessoas que foram investigadas ou acusadas durante 2018 e os primeiros três meses de 2019. As primeiras conclusões que se tiram deste novo documento são que não só o número de pessoas indiciadas aumentou como também o tipo de acusações se diversificou, incluindo ameaça à segurança aérea ou marítima, espionagem, associação criminosa e pertença a rede criminosa ou *gang*. O receio de que as leis criadas aparentemente para perseguir terroristas e mafiosos fossem aplicadas a lutadores sociais e activistas passou a ser uma certeza.

O receio de que as leis criadas aparentemente para perseguir terroristas e mafiosos fossem aplicadas a lutadores sociais e activistas passou a ser uma certeza

Em Maio passado, surgiu também uma base de dados do *site* Open Democracy que revela que 250 pessoas por toda a Europa foram detidas ou criminalizadas de outra forma, por terem dado comida, abrigo, transporte e outros «actos básicos de generosidade» a migrantes. Este relatório, baseado em notícias de jornais, de ONGs e de outras fontes *online*, mostra que, desde 2015, houve (há) pessoas presas, investigadas ou ameaçadas em 14 países europeus. A grande maioria é em Itália, Grécia, França, Reino Unido, Espanha, Alemanha e Dinamarca.

O número de casos aumentou dramaticamente em 2018, com mais de 100 casos documentados, o dobro em relação a 2017. Entre os casos está o de um olivicultor francês que abrigou e alimentou migrantes na fronteira com Itália, o de uma avó dinamarquesa, de 70 anos, que foi condenada e multada por oferecer boleia a uma família com os seus pequenos filhos e o de um bombeiro espanhol que pode apanhar até 30 anos de cadeia por ter salvo migrantes de se afogarem no Mediterrâneo, perto da Grécia.

Nem tanto ao mar...

Se, em 2015 e 2016, o espaço deixado pela inacção dos Estados ainda podia ser preenchido pelas acções de busca e salvamento das ONGs, o barco de salvamento *Iuventa*, da organização alemã *Jugend Rettet*, e o lançamento de investigações preliminares contra os seus tripulantes por apoio à imigração ilegal, abriu as portas para que, em 2018, tenham acontecido seis outros episódios em que as posições de extrema-direita vigentes em Itália se juntaram às políticas de externalização de fronteiras da UE para a Líbia. Ainda em relação ao caso do *Iuventa*, refira-se que está neste momento a decorrer o julgamento e que a tripulação do barco (onde se inclui o português Miguel Duarte) se arrisca a uma condenação de até 20 anos de prisão.

Já este ano, em Janeiro, o governo italiano repetiu as acusações de apoio à imigração ilegal contra quatro tripulantes do barco *Sea Watch 3* (da organização alemã *Sea Watch*), que tinha resgatado 47 migrantes e que foi impedido de aportar durante 11 dias. Mais recentemente, em Março, foi a vez da tripulação do *Mare*

Jonio, depois de ter tirado 49 pessoas do mar e de as ter transportado para Lampedusa. Há ainda a curiosidade histórica de o Mare Jonio ter sido o primeiro barco com bandeira italiana cujo aportamento em Itália foi recusado. Tomados por este ambiente, alguns Promotores Públicos da Sicília lançaram investigações semelhantes contra os Médicos sem Fronteiras (MSF), a Proactiva Open Arms, entre outras ONGs.

A transferência de responsabilidade de gestão de fluxos migratórios para as mãos dum país como a Líbia permitiu que os Estados da UE se retirassem das suas tarefas de busca e salvamento, passando-as para a guarda costeira líbia, o que significou uma abordagem ainda mais punitiva às ONGs que se recusassem a abandonar a sua missão de salvar vidas. A guarda costeira líbia tem, pelo seu lado, garantido um ambiente hostil no Mediterrâneo, que incluiu o disparo de tiros de aviso e, mesmo, de tiros directos, como aconteceu com um barco dos MSF.

Em Dezembro de 2018, aliás, os MSF anunciaram que o barco Aquarius tinha sido forçado a parar as suas operações de busca e salvamento, em virtude de «uma campanha persistente liderada pelo governo italiano e apoiada por outros Estados europeus destinada a deslegitimar, difamar e impedir que organizações de ajuda humanitária prestem apoio a pessoas vulneráveis». No mesmo comunicado de imprensa dos MSF pode ainda ler-se que «não só a Europa não conseguiu ter capacidade de busca e salvamento, mas também sabotou activamente outras tentativas de salvar vidas. O fim do Aquarius significa mais mortes no mar e mais mortes desnecessárias que vão ser testemunhadas.»

Num relatório de Agosto de 2018 (*Between the Devil and the Deep Blue Sea: Europe fails refugees and migrants in the Central Mediterranean*), a Amnistia Internacional documenta como, neste momento, se passou para uma situação em que a combinação entre a violência da guarda costeira líbia e as políticas dos Estados da UE empurrou as ONGs de busca e salvamento para fora do Mediterrâneo central, deixando as tripulações dos seus barcos à mercê da arbitrariedade das autoridades. Um ambiente que chega ao ridículo de, em Setembro de 2018, seis pescadores tunisinos terem sido detidos por prestarem auxílio a um barco com 14 migrantes a bordo. O resultado, na voz do Alto Comissário das

Apesar do número total de mortes no Mediterrâneo ter diminuído no último ano, o número dos que morrem em proporção com os que conseguem chegar da Líbia à Europa subiu bastante este ano

Nações Unidas para os Refugiados, Filippo Grandi, aquando do lançamento do relatório *Desperate Journeys*: «Não sabemos ao certo quantas pessoas estão a morrer no Mediterrâneo: já não há testemunhas».

Com as condições marítimas a melhorar, muita gente tenta, por estes dias, a sua sorte. O risco de naufrágio é o maior de sempre, devido à falta de barcos de socorro de ONGs e ao aumento de intensidade do conflito na Líbia, de acordo com avisos das próprias Nações Unidas. «Se não intervirmos já, haverá um mar de sangue», afirmou Carlotta Sami, a porta-voz da agência das Nações Unidas para os Refugiados, citada pelo *The Guardian*.

No início de Junho, um relato de alguns grupos de busca e salvamento dizia-nos que, nos dias anteriores, quase 700 pessoas tinham deixado a costa da Líbia. Apenas 35 tinham sido interceptadas pela guarda costeira líbia e enviadas para centros de detenção. Duzentas e oitenta chegaram a Malta e perto de 80 a Itália. Não se sabe o que aconteceu aos outros.

Já nos finais desse mês, o barco Sea Watch 3 entrou nas águas territoriais italianas sem autorização, acabando por atracar em Lampedusa, devido à gravidade do estado de saúde dos 42 migrantes salvos no Mediterrâneo. Terminava, assim, uma viagem de 17 dias, sem que a capitã conseguisse autorização para que os migrantes a bordo pudessem sair do barco e receber tratamento. A capitã do barco foi imediatamente detida e sobre ela pendiam acusações de «resistência e violência contra navios de guerra», um crime para o qual, em Itália, se prevê uma pena de entre três a dez anos de prisão. Já no início de Julho, a juíza Alessandra Vella acabou por libertá-la, afirmando que cumpriu o seu dever de proteger vidas humanas, não tendo cometido qualquer acto de violência.

Apesar de o número total de mortes no Mediterrâneo ter diminuído no último ano, o número dos que morrem em proporção aos que conseguem chegar da Líbia à Europa subiu bastante este ano. De acordo com números de Junho da ACNUR e da Organização Internacional para as Migrações, 1940 pessoas chegaram do norte de África a Itália desde o início de 2019 e quase 350 morreram no caminho – uma taxa superior a 15%. Um outro estudo, do Istituto per gli Studi di Politica Internazionale (ISPI), um *think tank* italiano, baseado em números do ministério do Interior, mostrava que uma em cada oito pessoas que tentaram atravessar da Líbia para Itália entre Janeiro e Abril deste ano morreu no caminho.

Nem tanto à terra...

Os migrantes que, apesar de tudo (do carácter mortal da travessia, do carácter definitivo dos centros de detenção, que deveriam ser temporários, etc.), conseguem chegar ao continente europeu não ficam, no imediato, livres de perigo. Viajam muitas vezes a pé, sem equipamentos nem experiência, através de montanhas como as que separam Itália de França. É aqui que vários colectivos de guias, praticantes de esqui e outras pessoas constituem redes de apoio, tais como a Tous Migrants, o projecto Rainbow4Africa ou a Refuges Solidaires.

E são exactamente os voluntários dessas organizações que acabam sob acusações judiciais. Foi o que aconteceu a Benoît Ducos, médico e membro de uma patrulha de esqui, que encontrou na montanha uma família nigeriana com duas crianças. A mulher estava grávida e Ducos resolveu conduzir toda a família ao hospital mais próximo, em Briançon, até que foi parado num posto fronteiriço, detido e levado a juiz por «transporte de migrantes ilegais» e «tentativa de os manter em território francês». O caso, que acabou por cair, foi um entre dúzias de outros, igualmente pequenos e não mediatizáveis, em que as penas sobre os alegados prevaricadores parecem menos importantes do que o acto de mera intimidação.

Há também casos mais mediáticos, como o de sete pessoas (cinco homens e duas mulheres, de nacionalidade francesa, italiana e suíça) que foram condenadas por «auxílio à entrada de imigrantes ilegais em território francês». Durante uma manifestação contra a extrema-direita, algumas pessoas deram assistência a um grupo de

«Acusar voluntários é apenas parte dos esforços para desencorajar quem quer apoiar pessoas deslocadas»

20 migrantes que se deslocava de Clavierre (Itália) para Briançon (França), ou seja, no mesmo caminho que tomava a manifestação. Acusadas de apoio organizado à imigração ilegal, acabaram condenados, em Dezembro passado, por apoiarem imigrantes a entrarem de forma ilícita em França, apesar de terem caído as acusações de pertença a grupo organizado. Cinco deles foram sentenciados a seis meses de pena suspensa e Mathieu Burellier e Jean-Luc Jalmain, por já terem condenações anteriores e por também terem sido condenados por rebelião, foram condenados a 12 meses de prisão.

Na Suíça, Anni Lanz, antiga directora da Solidarité Sans Frontières, foi condenada por tráfico e multada. A história começa em Abril de 2017, quando um homem afegão, a que chamaremos Tom, se refugia perto da sua irmã, na Suíça. Está profundamente traumatizado. Pertencia ao exército afegão, foi ameaçado pelos *talibans*, o seu pai **foi assassinado em vez de si**. Depois de já estar na Suíça, a sua mulher e o seu filho também foram assassinados. Durante a sua fuga, Tom atravessou inúmeros países. O primeiro país europeu que pisou foi a Itália. Mas foi apenas na Suíça que pediu asilo, uma vez que era lá que se encontrava a sua irmã. Apesar de toda esta história, a mão fria do Estado suíço decidiu que o processo de asilo deveria ter lugar em Itália e enviou Tom para Milão, sem roupas quentes, sem documentos e sem medicação. Quando conseguiu telefonar para a irmã, o marido dela juntamente com Anni Lanz dirigiram-se para Milão, de forma a levar Tom de volta para a Suíça, e acabaram por ser parados na fronteira. Tom foi reenviado para Itália e Anni e o cunhado de Tom foram multados de imediato.

Josh Hallam, gestor de campo da ONG Help Refugees (com sede em Calais) disse, citado no *The Independent*, que a «criminalização» dos voluntários que estão a tentar ajudar pessoas era «preocupante» e que temia que fosse uma prática que estava a «escalar» no norte de França. «Os nossos

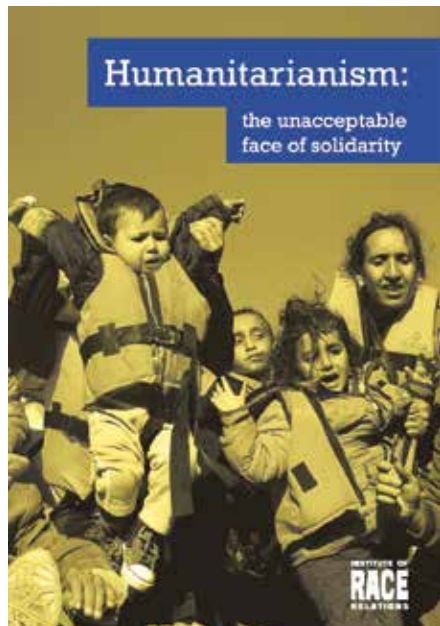


O grande êxodo africano que afinal não existe

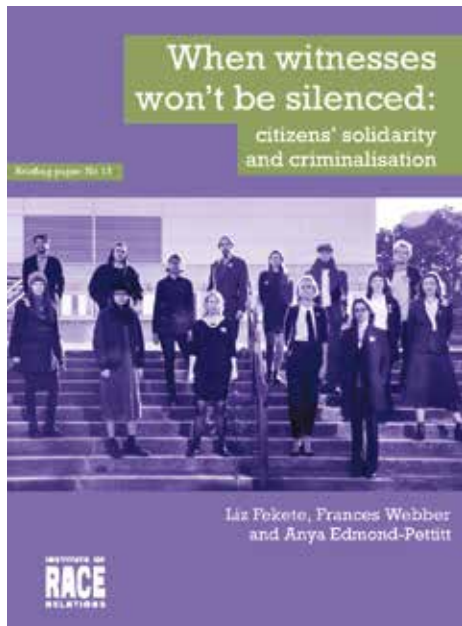
Na Europa, os discursos contra a imigração baseiam-se muitas vezes numa falácia que é alimentada pelas palavras e pelas imagens dos meios de comunicação de massas. A fazer fé no que se lê, ouve e vê, a Europa seria, neste momento, o destino preferencial das movimentações migratórias da humanidade a nível planetário e essas movimentações teriam origem em África.

Na verdade, e como já foi anteriormente referido no Jornal MAPA, o número de refugiados a procurar o continente europeu é relativamente ridículo quando comparado com os números globais de deslocação de seres humanos e mesmo quando comparado apenas com números de países ou regiões com muito menos condições económicas, nomeadamente dentro do próprio continente africano.

Para além disso, não há qualquer espécie de êxodo em massa a partir de África. Em 2017, mais de metade dos migrantes (em termos mundiais) tinha origem em apenas 21 países. Os quatro principais eram a Índia (6,4%), o México (5%), a Rússia (4,1%) e a China (3,9%). O primeiro país africano a constar dessa lista, o Egipto, aparecia em 19º lugar. Por outro lado, África, no seu todo, representa cerca de 14% dos fluxos migratórios globais, a maioria dos quais decorre dentro do próprio continente: cerca de 70% dos migrantes sub-saharianos ficam em África.



Em Novembro de 2017, o Institute of Race Relations (IRR) publicou o relatório *Humanitarianism: the unacceptable face of solidarity*, onde examinava 26 casos (que envolviam 45 pessoas que, desde 2015, foram detidas, investigadas ou acusadas) relacionados com leis anti-imigração ou anti-tráfico.



No relatório *When witnesses won't be silenced: citizens' solidarity and criminalization*, o IRR documenta de forma pormenorizada vários casos em que à incapacidade de resposta dos Estados europeus se junta a repressão sobre quem cria respostas concretas e funcionais.

voluntários têm sido acusados de coisas como “difamação”, “agressão” e “desacato” por darem visibilidade à violência policial e aos tratamentos horrorosos dados a refugiados e migrantes às mãos das autoridades que os deviam estar a proteger», continuou. «Acusar voluntários é apenas parte dos esforços para desencorajar quem quer apoiar pessoas deslocadas. [...] Esta forma de lidar com os voluntários tornou-se tão endémica que já faz parte dos nossos treinos para novos voluntários que queiram vir trabalhar para Calais».

Nem tanto ao ar...

Estes são alguns dos exemplos descritos no relatório *When witnesses won't be silenced: citizens' solidarity and criminalization*), onde o IRR documenta de forma pormenorizada vários casos em que à incapacidade de resposta dos Estados europeus se junta a repressão sobre quem cria respostas concretas e funcionais. E, tanto ou mais do que quem tenta dar apoio a migrantes para que cheguem a lugar seguro, quem tenta impedir deportações tem sobre si as miras punitivas apontadas e prontas a disparar.

Num momento em que a UE sabe que os fluxos migratórios (...) têm tendência para aumentar, os Estados tomam medidas para desencorajar a solidariedade.

O relatório inclui três casos que «envolvem acusações criminais (incluindo a utilização de legislação anti-terrorista) contra 18 pessoas, relacionadas com tentativas de impedir voos de deportação». Apesar da deterioração profunda da situação de segurança no Afeganistão, a UE declarou que partes daquele país são seguras para o envio de requerentes de asilo cujos pedidos sejam recusados. A mesma aptidão para esquecerem que estão a enviar pessoas para zonas de conflito aplica-se a outras zonas que a UE também considera «seguras» para deportações, como a Somália, Congo, Eritreia ou Sudão. Nos centros de detenção, as taxas de suicídio daqueles que preferem morrer a voltar aos seus países não param de subir, acima de tudo entre gente que vem do Afeganistão e de países africanos como a Eritreia e o Sudão. Não é coincidência que os três casos apresentados se reportem a tentativas de impedir voos de deportação de requerentes de asilo afegãos e africanos.

O primeiro caso é o dos «15 de Stans-ted», que o Jornal MAPA noticiou em Janeiro deste ano, onde 15 activistas, depois de se acorrentarem a um avião de deportações, foram acusados de invasão

agravada e de fazerem perigar a segurança do aeroporto, com base numa lei de 1990, criada no seguimento do atentado de Lockerbie. O segundo caso fala-nos de Alin Ersson, um estudante condenado por violar a lei de aviação sueca por tentar evitar uma deportação, recusando-se a sentar-se e impedindo com isso que o avião levantasse voo. O terceiro caso é o de duas jovens activistas islandesas, Ragnheiður Freyja Kristínardóttir e Jórunn Edda Helgadóttir, que tentaram impedir um voo de deportação, recusando também sentarem-se, tendo sido acusadas de comprometer a segurança do voo, acabando condenadas a três meses de pena suspensa por dois anos.

Para quem tenta dar abrigo, parar deportações, salvar pessoas no mar ou apoiar pessoas em terra, a forma e o tempo das acusações e a desproporcionalidade das leis utilizadas e das penas propostas sugerem uma resposta política na qual a lei é utilizada e reciclada para se orientar contra a solidariedade e a desobediência, por muito não-violenta que ela seja. Num momento em que a UE sabe que os fluxos migratórios (seja por causa das alterações climáticas, seja pelo exacerbar dos ambientes de conflito) têm tendência para aumentar, os Estados tomam medidas para desencorajar a solidariedade. Nem que para isso tenham de transformar o Mediterrâneo numa vala comum, os postos fronteiriços em salas de tortura e os aeroportos em centros de deportação. Apesar da aparente brutalidade que é reprimir quem salva vidas, esta é a resposta clássica sempre que, para além de reprimir quem se atreve, se quer acima de tudo impedir outras pessoas de tomarem atitudes semelhantes.

O grau nojo da política e a UE acusada de crimes contra a humanidade

Miguel Duarte, o português acusado de «auxílio à imigração ilegal» por salvar vidas no Mediterrâneo, merece e tem toda a nossa solidariedade. Tal como cada uma das outras pessoas que, por acções semelhantes, correm riscos similares. Nem mais nem menos. Por ter já sido amplamente mediatizado, achámos que não seria o foco principal da nossa pesquisa. Mas não conseguimos conter a indignação quando ouvimos o ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), Augusto Santos Silva, no seguimento deste mesmo episódio, dizer que «quem salva vidas no Mediterrâneo deve ser respeitado». Não se referiu a quem faz o mesmo nos Alpes, em Calais, Bruxelas, Londres, ou em qualquer outro lugar e, portanto, não saberemos o que acha dessas outras pessoas que não são sequer portuguesas e que se dedicam a salvar vidas em sítios que não o Mediterrâneo.

Sabemos apenas que Augusto Santos Silva é o ministro português dos Negócios Estrangeiros. É-o desde 2015. A partir de então, não há como negá-lo, é um dos responsáveis pelo desenho da política fronteiriça da União Europeia (UE). Uma política que tem criado rotas cada vez mais inseguras para as migrações, que, por exemplo, passou para as mãos das

autoridades líbias a responsabilidade de patrulhamento do Mediterrâneo Central, que apoiou e legitimou a ilegalização do salvamento por parte de ONGs, que falhou redonda e dramaticamente na resposta a um aumento de refugiados, uma política que, enfim, considera migrantes e refugiados como um problema e prefere fechar portas, janelas, olhos e ouvidos.

As mortes, as imensas mortes, das migrações para a Europa dão-se um pouco por todo o lado durante as várias rotas. Acontecem principalmente nos locais onde a UE tem acordos para a «gestão de fluxos migratórios», como o Sudão ou a Eritreia, nos sítios que, contra todas as informações, a UE considera «seguros» para deportação, como o Afeganistão, nas zonas em que, numa linha de fronteira mais próxima, a UE escolheu colocar o seu arame farpado sob gestão local, como a Turquia, a Líbia ou Marrocos. Quem consegue ultrapassar com vida esta espécie de *Via Sacra* encontra um Mediterrâneo cada vez mais mortífero. Pela acção directa de governos de extrema-direita, como o de Salvini, em Itália, é verdade, mas também pela acção (não tão indirecta) da própria UE e das políticas que os seus gabinetes forjam, apoiam ou legitimam.

Augusto Santos Silva, neste sentido, tem as mãos imundas de sangue. Aparecer publicamente a disponibilizar todo

o apoio a Miguel Duarte e a dizer que «quem salva vidas no Mediterrâneo deve ser respeitado» é uma hipocrisia que roça o insulto. Miguel Duarte não tem por que rejeitar esse apoio, legal, quase obrigatório, do MNE. Mas é útil registar que as palavras beatas de Augusto Santos Silva não foram rejeitadas por qualquer quadrante que se tenha feito ouvir, nem sequer por se estar já em ambiente de pré-campanha, onde uma condenação das palavras do ministro – por hipocrisia, para dizer o mínimo – poderia ser até uma arma de diferenciação eleitoral. A embriaguez patrioteira dum nome nacional numa acção que ninguém parece condenar, essa espécie de orgulho pátrio, permite que a política passe do habitual grau zero para o grau nojo sem que alguém se oponha.

Já aqui ao lado, o advogado franco-espanhol Juan Branco, que trabalhou no Tribunal Penal Internacional (TPI), no Ministério dos Negócios Estrangeiros de França e é assessor jurídico e membro da equipa de defesa de Julian Assange, concluiu, em conjunto com o deputado israelita Omer Shatz, que dirigentes europeus e funcionários da UE, assim como os governos de alguns dos seus Estados-membros, levaram a cabo uma «campanha sistemática, ampla e organizada» que consistiu, por um lado, «em deixar

morrer pessoas no Mediterrâneo para dissuadir outras de se fazerem ao mar» e, por outro, numa «externalização da gestão migratória». Juan Branco quer ver todos esses responsáveis sentados no banco de réus do TPI por «crimes contra a humanidade» e acusa a UE de ser «conscientemente» responsável pela morte de pelo menos «14 mil pessoas» - este é o número que diz poder provar, embora tenha a certeza de que é muito maior. A acção judicial, um documento de 245 páginas, procura determinar os responsáveis pela criação da alegada «rota migratória mais mortífera do mundo», em 2014. Assim que o documento legal deu entrada no TPI, a UE reagiu e admitiu ter cometido «erros», mas apenas «involuntariamente». Entretanto, o Washington Post citou o documento oficial entregue pelo grupo de advogados ao TPI, onde consta que mais de 40 mil pessoas foram interceptadas e levadas para campos de detenção e casas de tortura, sob as políticas migratórias europeias. O artigo sete do estatuto de Roma, texto fundacional do TPI, estipula que a deportação sistemática ou transferência à força de populações civis, constitui um crime contra a humanidade. Não se espera, contudo, resultados revolucionários num tribunal com o seu quê de pós-colonial e que tem dificuldades em julgar crimes ocidentais.

ASSINA



mapa

[ASSINATURAS.JORNALMAPA.PT](https://assinaturas.jornalmapa.pt)



O Jornal MAPA é um projeto de informação que depende dos leitores. Ao registares uma assinatura estás a contribuir para a sustentabilidade económica e a continuidade deste projeto feito por um coletivo voluntário. A sua distribuição está assente numa ampla rede de apoiantes e colaboradores por todo o mundo.

AJUDA A DISTRIBUIR O JORNAL EM PAPEL:

Torna-te um ponto no MAPA.

ASSINATURAS GRÁTIS PARA:

- **Associações, cooperativas, centros sociais e bibliotecas municipais que o queiram disponibilizar em acesso livre.**
- **Presos em qualquer parte do mundo.**

ASSINATURA NORMAL:

Portugal | 6 números | 12.5 €
Europa | 6 números | 16.5 €
Resto do mundo | 6 números | 21 €

ASSINATURA SOLIDÁRIA:

Portugal | 6 números | 20 €
Europa | 6 números | 30 €
Resto do mundo | 6 números | 40 €

Visão decrescentista sobre as contestações internacionais pelo clima



Lisboa. Foto Mário Rui André (Shifter.pt)

DOCUMENTO ELABORADO POR MEMBROS DA REDE PARA O DECRESCIMENTO EM PORTUGAL (RPD): ÁLVARO FONSECA, CECÍLIA SHINN, GRAÇA PASSOS, HANS EICKHOFF, JORGÉ LEANDRO ROSA, MANUEL TRINDADE.
ENCONTRODECRESCIMENTO@GMAIL.COM

O modelo civilizacional e económico hegemónico de matriz capitalista, produtivista e extractivista, baseado no crescimento e consumo permanentes, está a conduzir a humanidade para o esgotamento dos recursos e para a destruição do ambiente – que são a base do seu bem-es-

tar e da sua sobrevivência. Tendo sobreposto os interesses económicos e financeiros aos interesses das pessoas e dos sistemas naturais, aquele modelo fez-nos chegar próximo da catástrofe. Uma catástrofe global que, para além de climática, é ecológica e social, tendo a sua natureza, gravidade e extensão sido expostas categoricamente pela comunidade científica internacional – ver por exemplo o artigo «Cientistas do Mundo Alertam a Humanidade: Um Segundo Aviso», de 2017¹, o relatório de 2018 do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática IPCC² ou o relatório de 2019 do Painel Intergovernamental sobre a

Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas (IPBES)³. Aquela catástrofe também tem vindo a ser denunciada por movimentos internacionais recentes que alcançaram considerável projecção mediática, nomeadamente as grandes manifestações das greves climáticas estudantis⁴ e as acções de desobediência civil do movimento Extinction Rebellion (XR)⁵. Estes movimentos exigem, por um lado, que os decisores políticos e os governos assumam a gravidade e a urgência da situação, e, por outro, que mudem as suas políticas irresponsáveis. Alguns Parlamentos, aparentemente sem convicção verdadeira ou plano estrutura-

do, declararam a «Emergência Climática» para apaziguar os ânimos⁶. Ou será que compreenderam que a mudança tem que ser profunda e radical?

A Rede para o Decrescimento em Portugal está solidária, quer com o movimento estudantil que inspirado pela jovem activista sueca Greta Thunberg organizou as «Greves Climáticas», quer com as acções do movimento XR. Enquanto decrescentistas, pensamos que estes movimentos se devem orientar para exigências de mudança radical de paradigma sócio-económico e de contenção da destruição das condições de habitabilidade do planeta (para humanos e não

humanos) por acção dos interesses económicos sobrepostos a interesses humanos e naturais. Muitas das medidas reivindicadas (cumprimento de acordos internacionais, neutralidade carbónica, abandono dos combustíveis fósseis, transição para energias renováveis, eficiência energética, «empregos verdes», etc.), são lícitas e parecem acertadas. No entanto, não serão, por si mesmas, suficientes para travar ou mitigar os colapsos ambientais e sociais iminentes. Algumas forças políticas que começam agora a integrar esta questão no seu discurso – à esquerda e à direita – simplificam propositadamente o



Greve Estudantil Climática em Castro Verde. Foto: Joana Branco



Greve Estudantil Climática, Lisboa. Foto: Mário Rui Andre

âmbito e as consequências das transformações que se estão a dar para não terem de sair do quadro da sociedade industrial, mercantil, produtivista e extrativista. Substituir as ilusões do industrialismo carbónico pelas do «crescimento verde» ou dos «empregos verdes» é apenas uma forma de actualizar a manipulação da inquietação dos jovens e restantes activistas que exigem acção imediata. Mas a situação não é compatível com «pequenos passos» gestionários ou «grandes passos» de natureza ideológica: precisa de gestos de resiliência e de um esforço de criatividade colectiva que vai muito para além da estrita competência das instituições. Enquanto decrescentistas, acreditamos que são as sociedades que devem formular as mudanças necessárias através de processos de redemocratização radical, resistindo a entregarem-se a «salvadores» de última hora. Apoiamos por isso a proposta do movimento XR de criação de «Assembleias de Cidadãos» para elaborar e gerir futuras medidas de contenção e mitigação da catástrofe climática⁷.

Apoiamos em particular a denúncia pelos organizadores da Greve Climática em Portugal⁸ da contradição entre os compromissos de descarbonização do governo português – «Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050»⁹ - e a manutenção das centrais energéticas a carvão, assim como das concessões de prospecção e exploração de combustíveis fósseis. Mas também exigimos medidas contra a expansão da capacidade aeroportuária e do tráfego aéreo (construção do novo aeroporto do Montijo e ampliação dos aeroportos Humberto Delgado

Substituir as ilusões do industrialismo carbónico pelas do «crescimento verde» ou dos «empregos verdes» é apenas uma forma de actualizar a manipulação da inquietação dos jovens e restantes activistas que exigem acção imediata.

e Francisco Sá Carneiro) e contra os projectos de ampliação dos Portos Marítimos (Setúbal, Sines, Leixões), que têm pegadas carbónicas, sociais e/ou de saúde pública insustentáveis. Os pretextos invocados pelo governo para justificar aqueles projectos – aumento do turismo, estímulo da economia e criação de emprego – devem ser denunciados pelos seus impactos negativos, quer ambientais (pegada carbónica do turismo, ocupação de zonas habitacionais e espaços verdes por alojamento de curta duração e construção de hotéis), quer sociais (empregos precários, mal pagos e com baixa protecção social, especulação imobiliária, benefício de interesses financeiros e corporativos).

Concordamos que uma transição rápida para energias alternativas e renováveis (solar, eólica e mini-hídrica) será imprescindível, mas terá de ser acompanhada por medidas de redução

do consumo energético e não apenas de eficiência energética. Para além disso, devem ser tidos em conta os impactos negativos das energias alternativas, nomeadamente os projectos de mineração de lítio em Portugal, que terão tremendos impactos ambientais e sociais. Os transportes públicos e não poluentes terão de ser promovidos, mas, e sobretudo, devem ser tomadas medidas concretas de reforço e investimento na rede ferroviária nacional e internacional e de promoção do transporte ferroviário, particularmente como alternativa ao transporte aéreo. Devem ser ainda tomadas medidas para aproximar o emprego do local de residência, para estimular o comércio local e para reduzir ou limitar o transporte de mercadorias de longa distância.

Defendemos que existem limitações e insuficiências dos acordos internacionais que têm de ser desmascaradas de forma explícita: o facto das metas acordadas não serem vinculativas, a não inclusão das conclusões dos relatórios mais recentes do IPCC e IPBES, a não inclusão do transporte aéreo e marítimo nos acordos, a injustiça e a ineficácia dos mecanismos de taxação e de créditos de carbono.

Consideramos que as reivindicações ambientais devem incluir explicitamente a mitigação de outras dimensões interligadas da crise ecológica: a extinção de biodiversidade, a destruição de ecossistemas, a sobreexploração de recursos, a desflorestação, a agro-pecuária industrial e intensiva, entre outras. Devem ser tomadas medidas imediatas de desincentivo de práticas agrícolas e silvícolas insustentáveis (p. ex.: olival, amendoal, eucalip-

tal intensivo e super-intensivo) estimulando ao mesmo tempo projectos de agro-ecologia, agro-floresta, de promoção de floresta e variedades agrícolas autóctones, e da resiliência da floresta nacional a Grandes Incêndios Florestais (GIFs), nomeadamente através da implementação de paisagens em mosaico e da descontinuidade de grandes plantações monoculturais.

Consideramos ainda que a incapacidade de resolução da crise ambiental não é somente uma questão de falta de vontade política de líderes e governantes, nem sequer será possível a sua mitigação apenas por via tecnológica. Tal requer o envolvimento de todos os cidadãos no processo decisório e mudanças transversais e profundas nos modelos sócio-económicos, nomeadamente no estilo de vida das populações privilegiadas dos países mais ricos do Norte global.

Para os decrescentistas, o nosso futuro comum exigirá imaginação, determinação e coragem para criar uma visão de como poderá ser o mundo daqui a 10 ou 15 anos. Um futuro com cidades convertidas para a presença humana e da natureza, despoluídas, com hortas e jardins comestíveis capazes de produzir localmente uma fatia significativa de alimentos, e onde as crianças podem brincar na rua. Comunidades florescentes, com economias centradas no comércio de proximidade, com menos horas de trabalho e mais bens culturais e conviviais em vez da omnipresença do automóvel privado, do asfalto e do betão.

Precisamos também de imaginação relativamente aos caminhos para chegar a esse futuro. A Rede para o Decrescimento em

Portugal, em colaboração com outros movimentos decrescentistas (Rede do Decrescimento da Galiza, movimento do decrescimento internacional), estão a procurar traçar possíveis caminhos que nos possam levar a um futuro ambientalmente sustentável e socialmente convívio e justo em que as nossas verdadeiras necessidades e bem-estar estejam assegurados, sem comprometer a sobrevivência das gerações vindouras e das outras espécies com quem partilhámos o planeta¹⁰.

REFERÊNCIAS

1 W.J. Ripple et al. "World scientists' warning to humanity: a second notice", BioScience (2017): tinyurl.com/yysby4p
2 Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), "Special Report on Global Warming of 1.5 °C" (SR15) (2018): <https://www.ipcc.ch/sr15/>
3 Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES), "IPBES 2019 Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services" (Media release): tinyurl.com/y4qv72ud
4 Website do movimento internacional Fridays for Future: <https://www.fridaysforfuture.org/> Carta aberta da coordenação internacional da greve estudantil global: tinyurl.com/y4fjwhao (versão PT: tinyurl.com/y67om59g) | Manifesto, Greta Thunberg et al.: tinyurl.com/y4k5ndrl
5 Website do movimento internacional Extinction Rebellion (XR): <https://rebellion.earth/> Artigos no jornal britânico The Guardian sobre o movimento XR: tinyurl.com/y3rmsvni Carta de apoio de cientistas britânicos ao movimento XR: tinyurl.com/yww6myqy
6 Declarações de «Emergência Climática»: Reino Unido: tinyurl.com/y6a9tcj4 | tinyurl.com/y36r5mb7 Escócia e País de Gales: tinyurl.com/y3c25q45 | Irlanda: tinyurl.com/yxln243s | Portugal: tinyurl.com/y55e3y3q
7 Recomendações do movimento XR para a organização de Assembleias de Cidadãos: tinyurl.com/yxa4t6nh
8 Site da Greve Climática Estudantil PT – manifesto: tinyurl.com/y5ajodtl
9 Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050: <https://descarbonizar2050.pt/>
10 Carta aos líderes da UE propondo um pacto de sustentabilidade e bem-estar:
11 <https://tinyurl.com/yxcolgyf> (versão PT: tinyurl.com/y5rn6y7k)

As novas roupagens do desenvolvimento capitalista

O novo período verde do capitalismo e a sua vanguarda ecológica e cidadã

MIGUEL AMORÓS

INTERVENÇÕES DE MIGUEL AMORÓS, ESCRITOR ANARQUISTA, REALIZADAS EM MAIO DE 2019 NA FEIRA DO LIVRO EM L'ORXA (ALICANTE) E NA BIBLIOTECA SOCIAL EL REBROT BORD, ALBAIDA (VALÊNCIA). PUBLICADO NO PORTAL KAOSENLARED.NET

O mundo capitalista debate-se com uma crise ecológica sem precedentes, que ameaça a sua continuidade como um sistema fundamentado na busca do benefício privado. Da contaminação do ar, águas e solos à acumulação de resíduos e lixos; do esgotamento dos recursos naturais à extinção das espécies; da vaga urbanizadora à mudança climática; parece que uma espada de Dâmoles pende sobre a sociedade de mercado. Dirigentes de todas as esferas de atividades mostram a sua preocupação perante uma degradação ambiental imparável, chegando a considerar uma reorganização da produção e do consumo de acordo com imperativos ecológicos inevitáveis. São muitos os que estão convencidos que o sistema de exploração capitalista não se pode manter de outra maneira. A contradição entre o crescimento (a acumulação de capital) e os seus efeitos destrutivos (o desastre ecológico) haverá de ser superada por um compromisso entre indústria e natureza, ou melhor, entre a sua respectiva representação espectacular: de um lado, os altos executivos e, de outro, os ecologistas patenteados. Entramos num novo período do capitalismo, a etapa «verde», onde novos dispositivos e sistemas tecnológicos – as centrais de energia «renovável», os carros eléctricos, os OGM, a Big Data, as redes 5G, etc... – vão tratar de harmonizar o desenvolvimento económico com o território e os recursos que este alberga, facilitando assim um crescimento «sustentável» e tornando compatível o actual modo de vida, motorizado e consumista, com o entorno natural, ou melhor, com o que dele sobrou. A «transição energética» não é senão um aspecto da «transição económica» até ao ecocapitalismo que, partindo da incorporação selvagem (neoliberal) da natureza pelo mercado, chega agora a uma fase onde a mercantilização será regulada por mecanismos corporativos e estatais.



Londres, 2019. Foto Kārlis Dambrāns (Extinction Rebellion)

A «transição energética» não é senão um aspecto da «transição económica» até ao ecocapitalismo que, partindo da incorporação selvagem (neoliberal) da natureza pelo mercado, chega agora a uma fase onde a mercantilização será regulada por mecanismos corporativos e estatais.

que vai mudar tudo para que nada mude, para que tudo continue igual.

As novas tecnologias introduzidas depois de 1945, no período pós-guerra (fábricas de cimento, fertilizantes, aditivos e detergentes, motores de maior potência, centrais térmicas, «átomos para a paz»¹, etc.), foram os fatores que fizeram disparar a exploração dos recursos, a emissão de contaminantes e a metropolitização, aumentando exponencialmente o poder das corporações transnacionais. O crescimento económico converteu-se num elemento destrutivo de primeira ordem, mas, também, na maior causa de estabilização social, com uma eficácia muitíssimo maior do que os sindicatos e os partidos dos trabalhadores. Em consequência, o desenvolvimentismo passou a

moldar as políticas de todos os tipos de governos. O emprego era, por parte do trabalhador, o único meio de aceder ao estatuto de consumidor, automobilizado e habitante da periferia, pelo que a criação de postos de trabalho passou a ser o objectivo primordial da «classe política», tanto das direitas como das esquerdas. Os interesses imediatos da massa assalariada integrada no mercado ficavam alinhados com os dos empresários e dos partidos, ao ponto de esta se opor firmemente a qualquer correctivo ecológico que colocasse em risco o crescimento e, em consequência, os empregos. No extremo, «morrer de cancro é melhor do que morrer de fome», tal como disseram alguns. Lamentavelmente, os trabalhadores foram grandes partidários da continuidade das

empresas, da urbanização e do parlamentarismo, sem se importarem com o impacto negativo que tudo isso iria ter à sua volta, na sua liberdade ou nas suas vidas. Por isso a consciência ecológica cristalizou-se quase exclusivamente em sectores laborais inactivos ou quase inactivos, como os académicos, neo-rurais, precários, estudantes ou pensionistas. A luta contra a nocividade tem perante si uma barreira social difícil de superar enquanto a defesa do posto de trabalho for prioritária para a maioria da população; se a contradição não for superada, a defesa das instituições estará à frente da defesa do território e da autonomia das lutas.

Perante uma situação política socialmente bloqueada, a classe dominante internacional toma

a iniciativa, tratando de conduzir, em seu próprio benefício e sem uma verdadeira oposição, o longo caminho da sociedade technoindustrial até à «sustentabilidade» rentável, ora eliminando antigos empregos, ora criando novos. A destruição prossegue e aumenta, mas certamente trata-se de salvar o capitalismo, não o planeta. A ecologia extractiva produz ganhos mesmo a curto prazo; no entanto, os mercados não têm a força suficiente para iniciar um processo de reconversão «verde», nem tão pouco as inovações tecnológicas por si só, tendo em vista que os primeiros passos dependem, em grande parte, do Estado. Cabe ao Estado canalizar os protestos, dar alento à formação de uma elite ecologista pragmática e preparar o caminho para o novo capitalismo verde, chegando, se tal for necessário, a promulgar um «estado de emergência climática». Consequentemente, a crise ecológica – que hoje se apresenta como questão climática – torna-se trivialmente política. Todos os partidos vão posicionar-se por uma economia sustentável. Entretanto, o movimento ecologista vê-se infiltrado por agentes das multinacionais e comprado com fundos de variadas procedências, acabando transformado numa rede política de influências ao serviço de um capitalismo de novo cunho. Tal como aconteceu com as ONGs. Chegado esse momento, a purga de extremismos será necessária para a transformação do partido verde, da sua descomposição em instrumento da ordem dominante. A mensagem da moderação obediente aos slogans pouco beligerantes não chegaria às massas manipuláveis se os «fundamentalistas» anti-sistema não fossem isolados o quanto antes ou, como dizem as hierarquias informais do ecologismo-espectáculo, separados (*punteados*)².

O movimento contra a alteração do clima deu lugar a uma «marca» registada, *Extinction/Rebellion*, que cobre o lado ambientalista do cidadanismo de esquerdas, proporcionando-lhe argumentos a favor da mediação estatal das crises. Quem apela ao Estado certamente não pode ser tachado de «radical», visto que, se está contra a «extinção», não está contra o capital. Nem contra nenhum responsável concreto; um dos seus princípios reza assim: «evitamos acusar e apontar as pessoas, pois vivemos num sistema tóxico». Nenhum indiví-



Foto Julia Hawkins



Foto Julian Meehan

duo concreto (nenhum dirigente) pode ser considerado culpado de nada. Para uma mentalidade trepadeira, nem todos os dirigentes, nem todos os capitalistas são iguais, e as reformas ecológicas podem até resultar benéficas para a maioria. São potenciais aliados e benfeitores. Dessa forma, os objetivos declarados da ecocidadania não vão por aí. Limitam-se a pressionar os governos para os obrigar a «dizer a verdade aos cidadãos», a tomar medidas «descarbonizadoras» previstas na «transição energética» e a decretar a criação de «assembleias cidadãs supervisoras», verdadeiros trampolins políticos para os carreiristas. A sua arma: a mobilização não-violenta de 3,5% dos «cidadãos». Nada de revoluções, porque estas implicam violência e não respeitam a «democracia», ou seja, o sistema de partidos e promoções. Não querem acabar com o regime capitalista, querem transformá-lo, transformando-o em «circular» e «neutro em carbono». Não passaremos por cima do facto de a maioria dos resíduos não serem recicláveis e de a produção de energias «limpas» implicar enormes quantidades de combustíveis fósseis. Os profissionais da ecologia cidadanista tampouco querem acabar com o Estado, a grande árvore à sombra da qual prosperam as suas carreiras profissionais e funcionam as suas estratégias de vinculação. A crise ecológica encontra-se reduzida nesse ecologismo cativo a um problema político solucionável por alto graças a um New Deal Verde ao estilo de Roosevelt: um novo pacto pela economia global entre a classe dirigente mundial, a burocracia política e os seus assessores ecologistas, que imponha medidas para a redução de emissões contaminantes e o armazenamento do dióxido de carbono atmosférico, o que não tem conseguido impor nas múltiplas conferências sobre as alterações climáticas. Algo extremamente duvidoso, como tudo o que vem do sistema. As «duplas» estratégias cidadanistas são «simbióticas», não de rupturas. A dualidade consiste precisamente



Erthstrike Warszawa 15.02.2019 Foto: Wiktorja_Ochocka

O movimento contra a alteração do clima deu lugar a uma «marca» registada, *Extinction/Rebellion*, que cobre o lado ambientalista do cidadanismo de esquerdas, proporcionando-lhe argumentos a favor da mediação estatal das crises. Quem apela ao Estado certamente não pode ser tachado de «radical», visto que se está contra a «extinção», não está contra o capital

em colaborar (actuar em simbiose) com as instituições, por um lado, e por outro mobilizar as massas sensíveis à catástrofe. No entanto, as mobilizações não são mais do que uma espectacular exibição de apoio puramente simbólica. Não aspiram a muito, já que não questionam o *status quo*, nem é pronunciada meia palavra sobre as simbioses dos governos com aqueles que pressionam pelo mercado, o crescimento e a mundialização.

É facto comprovado que desde a cúpula de Joanesburgo, em 2002, senão antes, o mundo capitalista é consciente de que o seu funcionamento descontrolado produz um tal nível de destruição que corre o risco de colapsar. É mais do que evidente que, apesar das resistências à regulação por parte de países cuja estabilidade e influência dependem de

um extrativismo duro ou de um desenvolvimento sem travão, o capitalismo no seu conjunto entrou numa fase desenvolvimentista verdejante e tratou de estabelecer controlos (Agenda 21, criação do Fundo Verde para o Clima, quinto informe do IPCC, Acordo de Paris, as 24 diversas COP). Assim se torna compreensível a cooptação de dirigentes «verdes» pelas instâncias do poder, e assim se explica a epidemia de realismo e oportunismo que se apoderou dos meios ecológicos «em acção», ao ponto de provocar uma avalanche de pedidos de emprego no terreno político-administrativo. Os militantes não querem fechar portas, muito menos quando há uma boa remuneração pelo meio, pelo que guardam no bolso todos os ideais. Na verdade não são só os capitalistas que saem ganhando

com um estado de alarme. O novo ambientalismo subsidiado segue a esteira do desenvolvimento «verde», baseado em energias industriais «renováveis», e segura os dirigentes alarmistas do capitalismo que estão contra os negacionistas. Todos os seus esforços dedicam-se a ajustar o modo de vida industrializado e consumista à preservação do meio natural, apesar de os resultados não terem sido muito lisonjeiros até hoje: as emissões de gases com efeito estufa, longe de serem reduzidas como estabeleciam os acordos internacionais, alcançaram números recorde. Com o optimismo de um principiante recém-iluminado, querem fazer com que o crescimento económico, necessário para a sobrevivência do capitalismo, e o território, necessário para a conservação da biodiversidade,

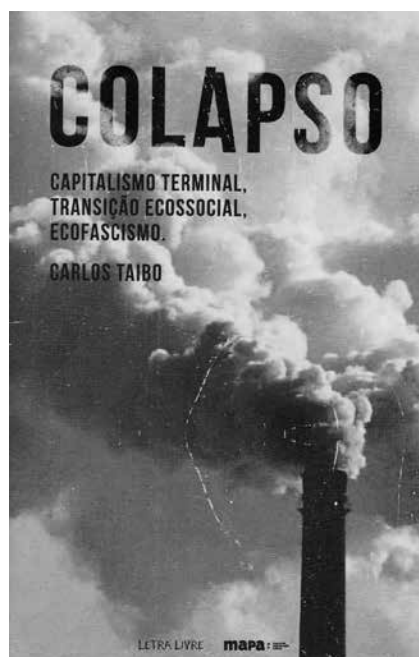
se dêem maravilhosamente, por mais que a temperatura global e o clima se degradem. Vantagens incomparáveis do método simbiótico e da narrativa reformista! Os responsáveis pelo aquecimento global e pela poluição e os responsáveis pela precariedade e pela exclusão são os mesmos, mas os que os combatem não o são. São dois campos de batalha, o do desequilíbrio e o da desigualdade, que não param de confluir e não porque surja, até debaixo das pedras, uma corte de burocratas vocacionados que tentam esculpir um futuro, agindo como intermediária. Os aspirantes a dirigentes têm os dias contados, porque as pessoas comuns perdem a mansidão quando os seus meios de subsistência são afectados e já não se deixam domesticar com a facilidade dos dias da abundância em climas menos agressivos. O ponto fraco do capital mundial não está no clima, nem sequer na saúde, mas nos fornecimentos. O dia em que o sistema tecno-industrial – seja a partir dos mercados ou do Estado – deixar de satisfazer as necessidades de uma parte importante da população ou, dito de outro modo, quando por culpa do clima ou de qualquer outro factor falhe o abastecimento, virá a época das insurreições. Um sistema falido que dificulte a mobilidade de seus súbditos e os coloque em perigo imediato de fome é um sistema cadáver. É provável que, no calor da contestação se recomponham as estruturas comunitárias, fundamentais para assegurar a autonomia das revoltas. Se a sociedade civil conseguir organizar-se à margem das instituições e das burocracias, então convergirão as lutas ecologistas com as salariais, como reflexo na práxis de uma consciência social única. E revelar-se-á todo o significado desse lema da rebelião francesa dos «Coletes Amarelos»: «fim do mês, fim do mundo.»

NOTAS

1 «Átomos para a paz», título do discurso pronunciado por Eisenhower na ONU em 1953, defendendo os usos pacíficos da energia atómica ou nuclear [Nota do Tradutor]

2 Tradução livre como «separados» da expressão «puenteados» (colocados entre pontes).

Práticas e perspectivas do Decrescimento



ANTÓNIO CÂNDIDO FRANCO

À MEMÓRIA DE AFONSO CAUTELA
E À PRESENÇA SEMPRE AMIGA
DO JOSÉ CARLOS

Serge Latouche foi dos primeiros, se não o primeiro, atendendo ao sentido social que a palavra hoje ganhou, a formular a noção de «decrecimento» na transição do século XX para o presente século. A noção saiu da corrente «ecossocialista» – a estreia de Latouche como escritor fez-se em 1975 com um estudo sobre o marxismo –, que vinha da década de 70 e tinha ligações às observações teóricas que André Gorz, inicialmente com o pseudónimo Michel Bousquet, vinha fazendo sobre as questões do Relatório de Roma de 1972. Numa altura em que, depois dum primeiro abalo, a crise ecológica fora já recauchutada num conceito aceitável nos meios económicos e financeiros – o de «desenvolvimento sustentável», hoje em voga em qualquer discurso político –, esta corrente francesa teve necessidade de se demarcar destas recuperações que lhe pareceram ineficazes para superar a crise ecológica. Para uma tal superação, era preciso uma crítica radical da noção de «desenvolvimento» criada e promovida pelo

capitalismo industrial, única origem da referida crise, e formular um novo modo de vida, capaz de se adaptar ao que vinha depois do desenvolvimento. Nasceu assim o «decrecimento» como bandeira de todos aqueles que se sentiam insatisfeitos com as noções de eco-desenvolvimento e desenvolvimento sustentável – este um paradoxo, já que desenvolvimento supõe progressão infinita e é portanto, do ponto de vista ecológico e até económico, insustentável.

O ponto de partida do decrecimento é a crítica ao índice da sociedade do crescimento, o PIB, tomado como referência fetiche duma sociedade assente na produção e no consumo em progressão exponencial. Nesta perspectiva, as previsões para o crescimento económico, sustentável ou não, não podem deixar de ser catastróficas do ponto de vista da natureza, e até da sociedade, já que neste caso o PIB está longe de reflectir o grau de satisfação dos indivíduos. Sociedades com um PIB elevado e em crescimento são compostas por indivíduos mentalmente insatisfeitos, ao passo que outras, com um índice muito baixo, têm indivíduos felizes e equilibrados. Daí a necessidade de objectar ao crescimento enquanto panaceia social capaz

Mais do que um projecto que um governo possa pôr em prática, o decrecimento é uma ideia orientadora que dá e dará com certeza lugar no momento da sua concretização a alternativas distintas

de resolver todos os problemas humanos, formulando uma noção teórica que se lhe contraponha e projectando modos de vida alternativos ao produtivismo e às adições consumistas do capitalismo actual – modos de vida capazes de satisfazer não os índices abstractos da economia mas, dentro do respeito de limites naturais, os desejos e as necessidades humanas concretas.

Nascido como desafio teórico, o decrecimento não demorou a tornar-se um movimento social, com um símbolo, o caracol, com um jornal, *La Décroissance*, e com uma intervenção polémica no debate público da sociedade francesa, que chegou desde há muito às instâncias da política, da cultura, do ensino e do jornalismo. Não há discussão pública que não evidencie dois campos bem distintos: o dos que defendem – por vezes com argumentos muito diferentes e com uma gradação de razões que podem ir da defesa irresponsável até à urgência de domar os seus efeitos

negativos – o crescimento económico e o dos que o criticam de forma intransigente e exigem a sua superação. Enquanto movimento social, o decrecimento herdou o terreno de lutas que, nas décadas anteriores, foram o campo de intervenção dos ecologistas. A mais recente e a mais simbólica, pelas vastas mobilizações que carrou, pela duração e pela radicalidade, foi a luta dos zadistas contra a construção do aeroporto de Notre-Dame-des-Landes, que só teve o seu epílogo em 2018, com a vitória que determinou o cancelamento do projecto. Foi no quadro desta luta que se consolidou, ou até mesmo criou, a designação de ZAD – «zona a defender» ou «zona de autonomia definitiva».

Com cerca de duas décadas de existência, uma dinâmica social e uma energia cultural de grande vigor, o decrecimento ganhou entretanto uma maturidade reflexiva, que vale a pena destacar em alguns pontos.

Por um lado, apurou e aprofundou a sua reflexão sobre o papel da economia política nas sociedades modernas ocidentais, chamando a atenção para a pilhagem endémica das sociedades que nasceram do colonialismo ocidental, correlativo da mercantilização geral do mundo e da

Como disse Annie Le Brun, tão grave como a actual deflorestação da Amazónia é a esterilização do nosso imaginário

crise ecológica que se lhe associa. Superar este modelo, catastrófico a breve prazo, implica a saída da economia e da sua lógica, através da reapropriação da moeda (as moedas locais), da desmercantilização dos bens, da reavaliação da técnica, da reintrodução do trabalho manual nas cidades e nos campos. Implica, em suma, uma mutação antropológica geral, que descolonize o imaginário humano de vários séculos de concorrência económica selvagem e lhe permita perceber as vantagens duma sociedade que vise uma abundância frugal, conceito. Uma mutação que tem antecedente recente no *swaraj* (autonomia máxima de cada ser), projecto social gandhiano, que fez uma releitura nova e cada vez mais actual da pobreza, que convém em absoluto distinguir da miséria – essa a que nos condena a política de crescimento actual, roubando-nos o ar que se tornou irrespirável, o mar que se fez uma lixeira e a terra envenenada pelos pesticidas. Como disse Annie Le Brun, tão grave como a actual deflorestação da Amazónia é a esterilização do nosso imaginário.

Por outro lado, o decrecimento, que nasceu da ecologia política, cuja crença na democracia

Sugestão para ler e rever

...da parte de António Cândido Franco

Lanza del Vasto, *Peregrinação às Fontes*, tradução de Helena Langrouva, Porto Edições Sempre-em-Pé, 2010: O relato do encontro, em 1936, do jovem Lanza del Vasto com Gandhi, com as autonomias aldeãs que este propunha e com as lutas da desobediência civil e da não-violência activa contra o império colonial britânico.

Carlos Taibo, *Colapso - capitalismo terminal, transição ecosocial e ecofascismo*, Lisboa/Setúbal, Letra Livre/Mapa, 2019: A crise energética, a crise dos recursos, as alterações climáticas e as escolhas imediatas que se perfilam para o futuro próximo.

Serge Latouche, *La Décroissance*, colecção Que-sais-je, Paris, 2019. A síntese esperada de 20 anos de trabalho sobre um conceito novo, o decrescimento, que está a abrir caminhos decisivos para toda a tradição socialista e libertária no Ocidente.

O último filme do turco Nuri Bilge Ceylan, *The Wild Pear Tree* (2018): A alternativa aos exércitos e às instituições deformadoras está na revitalização da vida rural local.

...da parte de Álvaro Fonseca
(membro da Rede para o Decrescimento)

Serge Latouche, *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, Edições 70 (2011): Livro que introduziu o conceito de decrescimento e o seu autor mais emblemático em Portugal. Latouche explica duma forma simples e clara por que apelida o decrescimento de «utopia concreta» e propõe medidas políticas para a indispensável transição das actuais sociedades consumistas e insustentáveis para um novo modelo social mais ecológico, resiliente e humano.

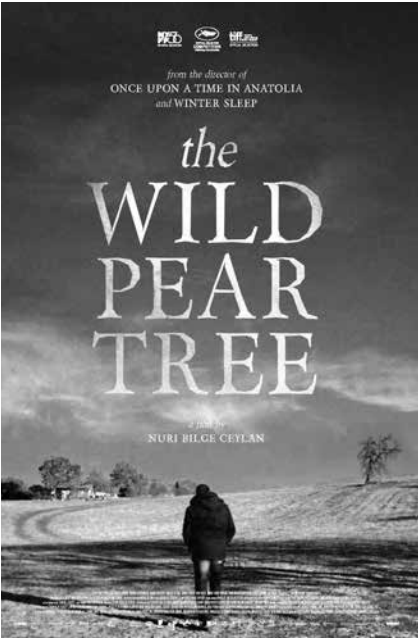
Giacomo D’Alisa, Federico Demaria e Giorgos Kallis (organizadores), *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*, Tomo Editorial (2016) (edição brasileira de *Degrowth, a vocabulary for a new era*, 2015). Disponível para download gratuito, uma obra escrita a múltiplas vozes sob o formato de um dicionário, numa perspectiva multidisciplinar, plural e diversa sobre o decrescimento.

Ivan Illich, *Para uma história das necessidades*, Edições Sempre-em-pé (2018): Colectânea de textos da década de 1970 que sintetizam alguns dos principais temas do pensamento de um autor crítico das sociedades industriais e mercantis, e que foi uma fonte de inspiração para os decrescentistas.

O documentário de Luís Picazo Casariego e Manu Picazo Casariego, *Decrescimento: do mito da abundância à simplicidade voluntária* (2016): Um retrato do mundo presente do «ter» e da ausência de limites ao crescimento económico, que se desmora devido ao declínio dos recursos e à crise ambiental; em contraste com um mundo por vir, o mundo do «ser», onde os «objectores do crescimento» propõem reinventar o seu modo de vida, adaptando-o aos limites da biosfera e às reais necessidades do ser humano.

e horizontais. O decrescimento reconhece-se afim às lutas neo-zapatistas e indígenas do México, Brasil e outros – lutas que se opõem à modernização neoliberal dos modos de vida indígenas ainda vivos. Tem ainda afinidade com as lutas do povo do Curdistão ocidental, com as propostas do municipalismo libertário de Murray Bookchin, de resto um dos precursores do movimento, e com as reflexões teóricas da crítica do valor de Robert Kurz e An-

selm Jappe, e até com o projecto de reencantamento do mundo que o surrealismo exigiu a qualquer transformação social. O decrescimento pode em Portugal ajudar organizações ambientalistas como a Zero e a Quercus a evoluírem de posições próximas da «produção sustentável» e do capitalismo verde para noções mais exigentes, que darão outra consistência e outra desenvoltura às lutas que temos de travar em defesa da natureza.



institucional nunca foi posta em causa, acabou por evoluir para uma posição muito mais cautelosa com a «instância política». A evolução dos partidos ecologistas criados na década 80 e a criação da noção de um capitalismo verde, a que quase todos os partidos ecologistas verdes aderiram, ditaram uma nova reflexão sobre os limites de actuação dum partido político, que carrou a valorização dum patamar metapolítico. O decrescimento apercebeu-se que aquilo que lhe interessava não era tomar nem exercer o poder, fosse pelos processos clássicos do leninismo e do golpe de Estado fosse pelos processos do sufrágio universal, mas sim contribuir para pôr em movimento o decrescimento, algo que nenhuma instância política saberia por si só realizar. Por isso o decrescimento – que tem quase duas décadas, mobilizou milhares de pessoas, deu lugar a um debate público de grande visibilidade e criou alianças em muitos sectores – resistiu sempre à criação de um partido político decrescentista e à aceitação de que o seu projecto pode ser imposto a partir da instância política. Mais do que um projecto que um governo possa pôr em prática, o decrescimento é uma ideia orientadora que, no momento da sua concretização, dá e dará, com certeza, lugar a alternativas distintas que, indo das práticas primitivistas dum John Zerzan até às daqueles que defendem um modelo de prosperidade muito mais avançado, terão de encontrar modos de coexistir e de se articularem entre si.

Por fim, um último ponto a salientar – a releitura do passado e dos precursores do movimento, anteriores aos precursores recentes, quase todos ligados ao nascimento, na década de 70, da ecologia política, em que sobressai a leitura crítica das instituições industriais de Ivan Illich. Esta revisitação do passado implicou a recuperação em força de quase toda a tradição libertária oitocentista, a começar por Thoreau e Tolstoi, críticos no seu tempo do desenvolvimento

O decrescimento pode em Portugal ajudar organizações ambientalistas como a Zero e a Quercus a evoluírem de posições próximas da «produção sustentável» e do capitalismo verde para noções mais exigentes, que darão outra consistência e outro desenvoltura entre nós às lutas em defesa da natureza

industrial, mas também Charles Fourier, Proudhon, Kropotkin e William Morris, com a dimensão artesanal do trabalho oficial e rural e o redimensionamento do município como célula de autogoverno, a corresponder hoje à eco-região e não ao Estado-nação. Como quer que seja, a releitura do passado não deixou de se fazer com surpresas, como a de Ezra Pound, a de Heidegger ou a de René Barjavel, superando a clivagem clássica esquerda/direita e reconhecendo não só o interesse para o decrescimento dos modos de vida pré-capitalistas, e daí o interesse de W. Morris e restantes pré-rafaelitas ingleses, mas também a força transformadora de movimentos na aparência reaccionários, como o romantismo e o tradicionalismo. No caso português, o romance *A cidade e as serras*, de Eça de Queiroz, é modelar. Com tudo aquilo que possa ter de aristocratizante, esse romance constitui entre nós a primeira crítica consistente do capitalismo termo-industrial e como tal tem um lugar de eleição numa tradição decrescentista em Portugal.

O decrescimento teve boa recepção entre os autores libertários e pelo menos dois deles, Jean-Pierre Tertrais e Carlos Taibo, este traduzido para português, têm dado sequência às formulações de Serge Latouche, alargando os aspectos libertários das elaborações iniciais, contrárias a qualquer regulação hierárquica, de tipo eco-fascista, da crise ecológica, e apostando antes em transformações consensuais, sempre maioritárias

Movimentos de mulheres, do oriente ao ocidente

Entre os dias 25 e 28 de Abril decorreu o primeiro encontro português sobre Jineolojî, em Coimbra. O encontro reuniu cerca de 25 mulheres na República Rosa Luxemburgo para discutir a proposta para uma ciência social criada a partir da experiência revolucionária das mulheres curdas. Recentemente, uma carta dedicada ao movimento Extinction Rebellion apelava a «habitar o território» - um apelo que fazia contrastar o protesto simbólico global com a ocupação efectiva de territórios a defender. É a partir de uma reflexão entre activismo e território que este texto dá conta de experiências de lutas de mulheres em movimentos curdos e em Portugal.



kadin-gerillalar © YJA Star

SANDRA FAUSTINO
SANDRA.FAUSTINO@JORNALMAPA.PT

A Jineolojî e o movimento curdo de mulheres

Zilan Dyar, activista curda na diáspora, senta-se connosco em círculo na sala da Rosa Luxemburgo. Com a tradução simultânea de uma companheira, partilha connosco, ao longo de horas e dias, a história do movimento curdo de mulheres. É um período particularmente angustiante para Zilan: no momento do nosso encontro, estão em greve de fome cerca de 7000 pessoas para exigir o fim do isolamento do líder curdo Abdullah Öcalan - presos políticos e militantes livres na Turquia, França, Inglaterra, Holanda e Itália, assim como a deputada curda do HDP, Leyla Güven. As greves de fome vieram a terminar em Maio, a pedido do próprio Öcalan, ainda que com alguns suicídios contados nas prisões turcas.

Embora a luta curda tenha mais de 40 anos, 1999 marca a prisão de Öcalan em regime de isolamento, na Turquia. Zilan confessa que a prisão de Öcalan não é apenas um marco negativo, «porque marca o início». Nas defesas proferidas por Öcalan em tribunal, começa a esboçar-se uma alternativa ao conceito de socialismo e ao seu paradigma masculinizado de «humano». «Antes», diz Zilan, «a igualdade de género tinha o limite do socialismo». A partir das teorizações de Öcalan, a luta curda desenhou-se em torno de três pilares: comunismo, ecologia e libertação da mulher. O seu projecto

prefigurativo é o de uma «modernidade democrática», que assenta na auto-organização das comunidades e assim dispensa a figura do Estado: se antes o poder era algo que queriam tomar, agora é algo de que se querem desfazer, explica.

A Jineolojî está em discussão há cerca de 11 anos, tendo aparecido pela primeira vez no texto «Sociologia da Liberdade», de Öcalan. Propõe-se como uma ciência «não feminista, mas das

A Jineolojî está em discussão há cerca de 11 anos, tendo aparecido pela primeira vez no texto “Sociologia da Liberdade”, de Öcalan. Propõe-se como uma ciência «não feminista, mas das mulheres», deixando desde logo antever a sua crítica ao feminismo ocidental

mulheres», deixando desde logo antever a sua crítica ao feminismo ocidental. Isto não quer dizer que a Jineolojî se coloque como uma «alternativa ao feminismo», mas sim que deve ser entendida de forma qualitativamente diferente: se o território molda as suas próprias lutas, então o «feminismo curdo» é orientalista, alerta Zilan. Desconfia dos conceitos criados no contexto social do capitalismo moderno - «são instrumentos que não nos servem» - e tem por isso a sua própria universidade e jornal científico. As ciências sociais institucionalizadas pela academia, sobretudo no mundo ocidental, declaram-se como forma única de interpretar o mundo e apagam outras formas de conhecimento: são «como um rio que declara «eu começo aqui», diz Zilan, «mas quando entras na água sabes que há muito mais para trás». E acrescenta: «qualquer movimento político fracassa se não criar um pensamento próprio fora do sistema».

Ao longo da última década, em diferentes lugares - na Síria, Turquia e também na diáspora europeia -, mulheres curdas organizam-se de forma autónoma, criando as suas próprias organizações: o seu partido, as suas cooperativas, comunas, assembleias e movimentos religiosos. Praticam justiça reparativa, evitando recorrer às instituições punitivas do Estado para resolver problemas internos da comunidade. No entanto, os vários processos de autonomia encabeçados

por mulheres, ainda que expressamente apoiados por Öcalan, encontraram resistência dentro da comunidade masculina curda. O processo de construção do partido de mulheres foi bloqueado por homens que tentaram negociar a paz de género em troca de uma reforma liberal do partido, procurando laços com os EUA, num percurso pleno de conflitos. A presença de mulheres nas guerrilhas, também encorajada por Öcalan, causou problemas entre guerrilheiras e guerrilheiros, ameaçando um espaço de poder masculino exclusivo até então, indisponível para acolher uma repensada «ética da guerra».

Certamente, há traços do movimento de mulheres curdas que provocam inquietações em muitos autonomistas ocidentais. A oposição de uma sociedade «natural» à sociedade «artificial» do Estado, assim como a referência à «natureza da mulher» como um conjunto de práticas genderizadas que as mulheres trazem para a revolução, colocam-se como particularmente problemáticas se vistas à luz do que tem vindo a ser reivindicado pelos movimentos LGBTQIA+. Para além disso, a liderança exercida por Öcalan desconcerta a cada passo que, construído na prática por mulheres, corresponde a uma espécie de legitimação prévia. Estas observações não poderão ser nunca, no entanto, descoladas de um estrangeiro feminismo ocidental, que ameaça com

as suas críticas uma renovada forma de colonização. Como argumenta Dilar Dirik, activista curda baseada no Reino Unido, essa é uma face do «privilegio activista», que busca por consistência teórica sem apego emocional ao território, falhando em compreender um percurso conturbado e violento a partir de uma distinta sensibilidade cultural, social e política - um movimento político em contexto de guerra, funámbulo entre a urgência da sobrevivência e a luta colectiva organizada.

No último dia do encontro, discutiam-se os próximos passos. Entre eles, a possibilidade de traduzir um texto escrito recentemente por mulheres curdas. Zilan interrompe a discussão timidamente, pedindo que, ao invés, se invista energia a escrever algo sobre o encontro. «Produzam a vossa teoria sobre a vossa prática», apela Zilan, sintetizando o que de mais poderoso podemos beber do movimento curdo de mulheres. As próximas passagens pretendem iluminar experiências feministas em Portugal, a partir das intermináveis conversas partilhadas entre 25 mulheres, ligadas a diferentes lutas e territórios.

TERRITÓRIOS E FEMINISMOS EM PORTUGAL

Na precariedade e na urgência

Em Lisboa, destaca-se a urgência dos movimentos ligados à habitação. A maior parte das pessoas que contactam com estes colectivos,



kadin-gerillalar © YJA Star



Jincamp, Coimbra, 2019

Ao longo da última década, em diferentes lugares – na Síria, Turquia e também na diáspora europeia –, mulheres curdas organizam-se de forma autónoma, criando as suas próprias organizações: o seu partido, as suas cooperativas, comunas, assembleias e movimentos religiosos

para pedir ajuda ou para se envolver colectivamente, são mulheres. «É uma luta maioritariamente feminina», diz B., em parte porque «a maioria são famílias monoparentais, mulheres com crianças». «Mas não é necessariamente feminista, por causa da urgência», acrescenta R. O ritmo frenético de atendimentos, corridas para travar despejos e pressão sobre instituições deixa para segundo plano a «política de género» que atravessa a luta pela habitação. Essa «política de género», no entanto, parece teimar em pertencer às esferas pré-definidas das manifestações ou assembleias feministas. «Estas mulheres, que travam a sua luta pela habitação, são politizadas?» – alguém perguntava, procurando relacionar a luta da urgência com a luta colectiva e organizada. «Mais de 100 mulheres estão a ocupar em Chelas e no Lumiar», responde R., «é claramente um movimento feminino e político». Porquê, então, se repete tantas vezes que em Portugal «há poucas experiências de autonomia», de ocupação, pouca radicalidade e pouco activismo? Que práticas são invisibilizadas por um conceito de «politização» que já não nos serve? «A quem interessa dizer que não há colectivos em Portugal? A quem interessa reproduzir essa ideia do povo dos brandos costumes?», pergunta C. A luta na urgência atravessa os próprios movimentos, onde muitas activistas são atravessadas por precariedades laborais, trabalho sazonal, migração, despejos, para além de continuarem

ainda sobrecarregadas com a vida doméstica e com a parentalidade. «Se a vida é precária, o movimento é precário», diz G. E, no entanto, acrescenta A., é ainda um típico mote da militância feminista: «que as mulheres têm de trabalhar de graça, se querem alguma coisa...».

O pessoal é político

C., activista turca, encontra o patriarcado tanto em círculos anarquistas como na luta curda, mas sublinha uma diferença: «as curdas

não diferenciam a luta individual da luta colectiva». A sua ligação vai para além da ideologia e estende-se para uma construção colectiva de uma vivência comunal. Dentro da maior parte dos movimentos sociais, sente-se um desequilíbrio entre a construção activa de uma vida em conjunto e as acções de solidariedade com outras lutas e companheiras por esse mundo fora. Sem ambientes solidários e comunais não há espaço para um processo reparativo colectivo, partilhado entre todxs. O que é então a «politização», um termo tão frágil quando não inclui mais do que ir à marcha? Em Lisboa, R. diz que «tentamos que as pessoas entrem logo numa dinâmica colectiva, para que se acompanhem e construam essa luta juntas». No campo, diz S. que se «cultivam laços de cuidado partilhado de crianças, de acesso colectivo à alimentação, de partilha de conhecimento e «ajudadas» para construir casas ou plantar».

A politização do espaço comunal implica problematizar a nossa própria rede afectiva, assim como o papel de todos os géneros na luta feminista. Actualmente, não é fácil navegar colectivos onde não exista a construção de uma vida mundana em conjunto, que envolva homens, mulheres e outrxs na politização da vida pessoal. Na maior parte dos movimentos, a «justiça reparativa» é sentida como um trabalho emocional tipicamente feminino, tal como é feminino o trabalho

de identificar e nomear agressões – «os homens não reconhecem 95% das agressões que existem», diz J. Ao mesmo tempo, tentativas de criar redes de mulheres e espaços seguros são lidos como «golpes feministas», separatistas e «péssimos para a democracia».

Feminismo institucionalizado

A bandeira feminista dentro das instituições contrasta, quando não repele, os movimentos feministas autónomos. Do meio académico, surgem críticas à ausência de se estabelecerem organizações legais com «estatutos» e acusações a um feminismo «difuso e anónimo». Às activistas estrangeiras baseadas em Portugal, diz-se ainda que «não respeitam a história política «daqui», com a sua radicalidade». No entanto, o meio académico não consegue combater a desumanização dentro das próprias universidades: em Coimbra, por exemplo, a praxe continua a ser vista como uma «marca turística da cidade», onde os «assédios e violações são naturalizados». A isto acresce o trabalho dos partidos de esquerda, bastiões do feminismo institucionalizado, que monopolizam quando possível os movimentos autónomos e as suas acções, onde é dito «que temos de gritar mais umas com as outras» e onde se «exige» um activismo de borla, cereja no topo do bolo da esfera de trabalho reprodutivo da activista.

Comunalidade e radicalidade

É também dentro dos próprios movimentos autónomos que a crítica ao radicalismo surge, acompanhada do argumento de que «a radicalidade exclui outrxs». Quem se exclui no cartaz a acenar «nem marido nem patrão»? Quem se exclui nos despejos travados na Amadora, ou nos salvamentos de migrantes no Mediterrâneo? Que novxs aliadxs poderão surgir através da radicalidade? A proposta primeira da Jineolojî, a de destronar uma forma antropocêntrica e masculinizada de pensar sobre a nossa prática situada, pisca o olho aos feminismos ocidentais e às suas práticas distintas, espalhadas por diferentes territórios, cidades e campos, na urgência e no colectivo organizado, em terra e em mar. Criar reportórios heterogéneos de imaginação e pensamento é urgente perante o simbolismo excessivamente homogéneo do protesto do século XXI. Reconhecer o feminismo na urgência, sem inscrição prévia no movimento organizado, politizar a vivência comunal e pessoal na nossa rede afectiva, combater a institucionalização de um feminismo de brandos costumes, parecem ser tarefas centrais no feminismo que vem. No território, e de forma necessariamente irreplicável, construímos a nossa radicalidade.

A greve e o Estado: entre a repressão e a gestão

1ª parte: uma história de monopólio de violência



Nos últimos meses, assistimos a diversas greves, em particular as organizadas por sindicatos de enfermeiros e de transportadores de matérias perigosas, que acabaram por desencadear o exercício de requisição civil por parte do governo. Este dispositivo, articulado com outras medidas como a declaração de serviços mínimos, é demonstrativo da relação ambígua do Estado com a greve, declarada enquanto direito, mas reprimida assim que se torna consequente. O objetivo deste artigo, dividido em duas partes, é analisar os contornos históricos, políticos e judiciais desta relação.

JNM
BABYFACESILVA@GMAIL.COM
PR
RITA.LOUREIRO2049@GMAIL.COM

A primeira greve registrada em Portugal ocorreu em 1628, tendo sido protagonizada por fandeiras da cidade do Porto que optaram pelo abandono do local de trabalho. A ação, segundo a análise do historiador

Manuel Tengarrinha, «assume aspetos de grave amotinação»¹. A associação da greve a um motim deriva, por um lado, do reportório então comumente utilizado na expressão de insatisfação popular. Até ao século XVIII, com a emergência das primeiras manufaturas, a reprodução social era determinada pelos preços dos bens vendidos e adquiridos nos mercados. Nesse sentido, as revoltas contra a propriedade e os

proprietários tinham como principal objetivo assegurar a correspondência mínima entre valores económicos e ético-morais². A partir do momento em que a reprodução passa a depender não só do preço do produto, mas também do preço do salário, verifica-se uma lenta deslocação do antagonismo das ruas para o interior das fábricas³. Este, por sua vez, manifesta-se de diversas formas, da redução coordenada

dos ritmos de produção à sabotagem e destruição das máquinas. Contudo, a que viria a obter uma maior notoriedade seria a greve, uma forma de bloqueio da produção através da paralisação conjunta do trabalho, podendo eventualmente decorrer em combinação com outras táticas (ocupação das unidades produtivas e/ou sabotagem, por exemplo).

A sua relevância na estratégia de luta desenvolvida pelo

movimento operário viria a ser devidamente reconhecida por diversas das suas correntes. A que mais se notabilizou na sua defesa foi o sindicalismo revolucionário, ao ponto de lhe conceder um papel central no assalto aos céus. À luz desta perspetiva, a greve geral insurrecional seria o meio supremo ao serviço dos trabalhadores, através do qual num primeiro momento se imobilizaria a produção e a distribuição de mercadorias e, posteriormente, as diversas esferas da sociedade.

O aumento do seu número e dos setores envolvidos e o seu cariz crescentemente ofensivo, em particular a partir das vésperas da República, conduziu a que o Estado encarasse a greve com particular atenção. Embora seja difícil de identificar uma relação unívoca com o fenómeno, dependendo a mesma de um conjunto de fatores – a começar pelos regimes



A 24 de Junho de 1994 diversos camionistas bloquearam a ponte 25 de Abril, numa ação de protesto contra o aumento do preço das portagens e várias pessoas se juntaram ao bloqueio. A jornada acabou com distúrbios e diversos feridos e detidos. Sem nenhum sindicato a assumir a organização e coordenação da iniciativa, a revolta e o motim deram lugar à greve.

políticos e subsequentes quadros jurídico-normativos –, é possível afirmar-se que o Estado sempre encarou a greve como um potencial elemento de perturbação. Tal não significou, no entanto, que a sua resposta fosse apenas e só numa via repressiva. Apesar de proibidas pelo regime monárquico, quando as greves se limitavam a parar a produção numa unidade específica e a mobilizar trabalhadores nas suas imediações, as autoridades policiais limitavam-se a exercer a sua força através da vigilância e da presença. Só quando a greve ameaçava estender-se a outros locais de trabalho e/ou às ruas da cidade é que os meios repressivos eram mobilizados. O fim não era, portanto, impedir as greves, mas sim geri-las de forma a limitar os seus efeitos.

A partir do momento em que passavam a representar uma ameaça à ordem pública, como aconteceu ao longo do período da República, a solução passava pelo exercício do monopólio da violência legítima e ilegítima. Esta, contudo, não deixava de apresentar riscos, podendo conduzir a que o outro lado da contenda recusasse esse monopólio

e adotasse meios à altura dos desafios enfrentados. Perante tal, o Estado Novo viria a adotar uma política de terra queimada, procurando eliminar a ameaça pela raiz. Ainda assim, e não obstante as nefastas consequências sofridas por quem ousasse a organização e envolvimento em tais ações, verificaram-se diversos surtos de greve ao longo dos seus 41 anos de vigência.

O seu fim, a 25 de abril de 1974, significaria o reconhecimento jurídico-institucional da greve enquanto direito, ou seja, a regulação com vista a definir os seus contornos. A proposta de lei de greve formulada pouco tempo depois, na qual se incluíam medidas como a proibição das greves por solidariedade ou a possibilidade de requisição civil por parte do governo, traduz esse objetivo. A ação do governo face à greve dos trabalhadores da TAP, ocupada por companhias militares, evidenciava os limites do novo Estado democrático. Ao longo dos anos subsequentes, marcados pela normalização democrática, foram vários os exemplos dos efeitos resultantes do teste a estes limites.

Só quando a greve ameaçava estender-se a outros locais de trabalho e/ou às ruas da cidade é que os meios repressivos eram mobilizados. O fim não era, portanto, impedir as greves, mas sim geri-las de forma a limitar os seus efeitos

Em 1982, a primeira greve geral do período democrático é antecedida pela criação de um clima de pânico por parte do governo em funções. O discurso criado acabaria por ter repercussões na atuação das próprias forças de segurança, constatando-se, ao longo do dia, várias cargas policiais sobre concentrações de trabalhadores. Na Praça do Rossio, em Lisboa, a atuação da Polícia de Intervenção (PI) provoca vários feridos, inclusivamente entre jornalistas presentes no local. Meses depois, uma greve geral seria convocada para o dia 11 de maio, em resposta aos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto, em que duas pessoas foram assassinadas e centenas ficaram feridas na sequência de uma carga policial

sobre a concentração da Inter-sindical na Avenida dos Aliados e na Praça da Liberdade. Um ano volvido, em 1983, elementos da Guarda Nacional Republicana (GNR) investem sobre trabalhadores da Lisnave que, organizados em piquete, impediam o acesso ao petroleiro grego *Doris* em protesto contra salários em atraso. A reação das forças de segurança à retenção do navio passará pela ocupação dos estaleiros e detenção de dezenas de grevistas. A ação decorre num contexto de crise, manifesta em salários em atraso e numa elevada taxa de desemprego, a qual chega a atingir os 20% na região de Setúbal. É contra esta realidade que um ano depois, operários das indústrias navais ocupam a

ponte 25 de Abril, acabando por entrar em confronto com as forças da GNR.

O local voltaria apenas a ser objeto de bloqueio cerca de uma década depois. A ocupação decorre em protesto contra o aumento de preços de portagens, refletindo a crescente importância do transporte de pessoas e mercadorias no funcionamento da economia. O seu protagonista já não é uma classe operária industrial, mas sim uma força de trabalho do setor terciário, fragmentada e que pode mesmo assumir o estatuto formal de empresa. Sem um sindicato a assumir a organização e coordenação da iniciativa, a revolta e o motim dão lugar à greve⁴. Tal não significaria, no entanto, que esta deixaria de merecer a devida atenção por parte do Estado.

NOTAS

¹ Tengarrinha, José Manuel (1981), *As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920*. Análise Social, 67, 8, 69, 573-601.

² Ver Thompson, E.P. (2008). *A Economia Moral da Multidão*. Lisboa: Antígona.

³ Ver Clover, Joshua (2016). *Riot, Strike, Riot: the new era of uprisings*. Londres: Verso.

⁴ Clover, Joshua (2016).op. cit.

O ANIMISMO FETICHISTA DO CANDOMBLÉ AFRO-BRASILEIRO E A ESPIRITUALIDADE NO OCIDENTE

PARTE II

Se no culto animista afro-brasileiro de tradição iorubá as entidades e a energia vital (axé) estão por todo o lado, na sociedade global do capitaloceno os dois fetiches dominantes e englobantes das relações humanas, o dinheiro e o «eu», converteram-se em deidades que exercem uma influência mais ubíqua na vida quotidiana da civilização contemporânea do que os nichos e altares na mais sagrada das cidades da Índia. As latrinas repletas de fetiches de que fala o etnólogo surrealista Michel Leiris nas suas campanhas etnológicas por África são uma metáfora de matriz abjeccionista que se afasta com distinção das escatologias finalistas dos monoteísmos.

JÚLIO DO CARMO GOMES
JC@UTOPIE-MAGAZIN.ORG
ILUSTRAÇÕES ANA FARIAS

«Até as latrinas têm o ar
de santuários»,
Michel Leiris in *África Fantasma*.

Na primeira parte do artigo, observámos que o candomblé afro-brasileiro concebe a espiritualidade como uma prática de re-ligação à vida terrena através do chamamento dos ancestrais divinizados e do contacto com as divindades que descem à terra (os orixás, voduns e inquices), invocação que se exprime numa vivência hedonista pois no culto iorubano «o mundo celeste não está distante nem é superior»¹, assevera Pierre Verger. Esta abordagem distancia o candomblé de uma perspectiva escatológica, sendo a frase de Leiris um achado simbólico que sugere que o culto animista ao transcendente está incorporado na realidade mais primária e intestinal dos viventes. Em termos filosóficos, dificilmente podemos intuir na raiz animista (ameríndia e africana) uma visão escatológica finalista, porque nela não se encontra presente nem a ideia de redenção, nem a salvação da alma além-túmulo, muito menos ainda qualquer tipo de epifania futura após a morte, quer da humanidade quer do indivíduo. A própria ligação ao mundo sobrenatural, através do transe ou do xamanismo, visa uma recondução da efectividade da existência na terra e tem como orientação a harmonia da cosmologia animista, o que por sua vez está imbricado num resultado sociocêntrico. É sempre a comunidade que ganha, na renovação das suas práticas de pertencimento e de encontro com a diferença, na



evolução processual das ligações sociais e na reiteração simbólica da sua cosmologia.

Na emboscada ao Novo Mundo, constatámos que o impacto cosmológico do Cristianismo (e em menor escala a influência do Islamismo) foi incapaz de impor uma total sujeição espiritual aos povos africanos e indígenas do Brasil. Pura e dura, foi a imposição de um Rei e de uma Lei, no quadro da experiência de acumulação mercantil que o comércio escravagista transatlântico traçou durante mais de três séculos. Os «acres fantasma» do Novo Mundo (Kenneth Pomeranz) cultivados pelos escravos africanos e os inequívocos elos de ignição com a Revolução Industrial e o trabalho assalariado foram documentados por autores tão distintos entre si como o seminal Eric Williams, passando por Ira Berlin, Barbara Fields, Julie Saville, Silvia Federici, Knick Harley, Kenneth Morgan, Georges Lapierre, Ana Luísa Araújo ou o indispensável colectivo afro-brasileiro Maíra. Se a eficácia económica e política da escravidão, a par de um incessante policiamento da conduta civil das classes escravizadas, foi absoluta e uma condição *sine qua non* para a transição europeia do regime feudal para a sociedade industrial e o modelo de vida onde hoje colapsamos, o programa propedêutico de inculcar a fé aos gentios foi um logro.

Poço sem fundo, a tradição oral animista e oracular africana não só resistiu à subjugação como canibalizou as restantes tradições sagradas que veio a conhecer no Brasil. Nina Rodrigues, precursor da etnologia dos cultos afro-brasileiros, destacava que «longe de o negro converter-se

ao catolicismo, protestantismo ou islamismo, acontece ao contrário influenciá-los este com o seu “fetichismo” e adaptando-se [aqueles] ao animismo negro»². Na «ampla bulimia ideológica» do escravo, tomando de empréstimo uma expressão do antropólogo Viveiros de Castro, por mais que o catecismo pregasse a boa nova do Evangelho de um Deus supremo, único e todo-poderoso, a fé animista fetichista de índole africana manteve-se intacta no candomblé de rito jeje (proveniente de etnias do ex-Daomé) e de rito nagô (que inclui, entre outras, as nações ketu, ijexá, nagô egbá e xambá) ou então esteve na origem dos sincretismos religiosos brasileiros (o candomblé de caboclo, a umbanda, o catimbó-jurema, a encantaria, a quimbanda, etc.). Mais, quando a padralhada os tinha por ganhos e convertidos, eis senão quando os escravos voltavam ao «vômito dos antigos costumes»³, como Anchieta se lamentava a propósito do animismo dos povos indígenas. Além disso, no credo às divindades de origem nagô, jeje ou bantu ninguém está obrigado a acreditar nas entidades como um artigo de fé, tal como os cristãos crêem nos seus mandamentos. Equivocava-se o profeta dos olhos fechados, Jorge Luis Borges, quando agoirava que «as heresias que devemos temer são as que se podem confundir com as ortodoxias»⁴.

A heresia espiritual do escravo africano, mais do que incólume ao assédio dos monoteísmos absolutos, cristão e islâmico, foi um factor determinante que inspirou e manteve viva a chama da revolta quilombola, franqueou as portas à integração horizontal da mulher e da sexualidade homossexual e bissexual, e resgatou a cultura matriarcal da reciprocidade e da criação. Além deste efectivo arco de transgressão política e social no quadro geral de uma sociedade repressiva e patriarcal, conservadora e homofóbica, foi a partir da expressão musical dos ogãs alagbês, nas práticas cerimoniais de origem africana, que nasceram vários géneros musicais e de dança do Brasil (o lundum, o maracatu, o jongo, o maxixe, o samba) ou ritmos específicos como o coco, o cabula, o samba de roda, o lilú (associado à Escola Estação Primeira da Mangueira) e o afoxé. Do lugar real e simbólico dos terreiros, espaço de ritualização e de reconstituição da liberdade, deitou ainda raízes o jogo da capoeira. Um amplo e diverso processo histórico de criação cultural, singular e colectivo, e de resistência política valorizado por figuras reconhecidas da literatura (Machado de Assis, Jorge Amado), da música (Pixinguinha, Dorival Caymmi, Vinicius de Moraes, Maria Bethânia, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Criolo), da arte (Carybé) e também pelo mentor da somaterapia (Roberto Freire) e que contraria a tese de Pierre Bourdieu de que os grupos subordinados «recusam o que lhes é negado e apreciam o inevitável»⁵. Inevitavelmente, imaginemos

antes, por um minuto, a potência dos cultos de tradição animista afro-brasileiros se, em vez de terem estado a contas com a perseguição de um aparelho repressor durante trezentos e cinquenta anos, manietados pela Inquisição e a Igreja Católica, em nome da lei e do comércio mercantil, e de terem carregado até hoje as marcas do preconceito social que adveio do projecto eurocêntrico de colonização, tivessem evoluído numa sociedade de iguais e do respeito pela diferença. Equacionemos ainda a falta que esse *ethos* cosmológico nos fez a nós, ocidentais, também colonizados há séculos pelo pensamento platónico, antropocêntrico, eurocêntrico e binário-racionalista. Sem volta a dar, foi a favor de outra concepção prepositiva e auto-consciente da existência, da relação com o outro e a natureza, que a cultura candomblecista afro-brasileira resistiu e se rebelou contra os três grandes pilares da ordem social: o Estado, o Capital e a Igreja. Uma tradição ontológica e postura empírica que ao mesmo tempo não se aventura pelos caminhos relativistas das religiões orientais

fenómenos da natureza, a matéria do *plenum* primordial. Na belíssima prosa de Nina Rodrigues, a que Marcel Mauss não poupou elogios, nos terreiros da Bahia «todas as classes, mesmo a dita superior, estão aptas a se *tornarem negras*»⁶. O itálico é do autor e dá azo a pensar que «negro» não é um pigmento da pele mas uma qualidade anímica. O candomblé está descentrado do imperialismo egocêntrico, etnocêntrico e nacionalista – ademais, integra a fisioesfera, a biosfera e a noosfera, numa exibição radical e holística da sua alegria intrínseca. Ao fim ao cabo, a filosofia animista afirma há milénios o que Nietzsche (o Anti-Cristo, ele mesmo) veio reclamar no coração da

modernidade, «repudio uma vaidade: considerar o homem como tendo sido o grande desígnio prévio da evolução animal. Não é de modo algum a coroa da criação»⁷.

Ao arrepio de teses hegemónicas marxistas de catadura gramsciana, não só as populações escravas não viviam em «falsa consciência», como o reduto animista da sua fé e a prática ritual nos candomblés foi indissociável das várias experiências revolucionárias que levaram a cabo no Brasil (tema que ganhará relevo na terceira parte do artigo). Longe de ser «o ópio do povo», o candomblé resulta na consumação de uma ligação ecológica do particular ao todo, do indivíduo ao colectivo, do colectivo à biosfera, da biosfera à transcendên-

da vocação holística do candomblé para o equilíbrio corpo-social-transcendente. A simples ausência do pecado, a inexistência de uma moralidade como essência e de qualquer conceito de sujidade/negatividade sexual (esteios do Cristianismo) incentivam na prática a uma recuperação total da confiança no ser humano, no ser humano enquanto vínculo com o outro/o social, com a natureza e consigo mesmo. E esta prática secular pressupôs uma experiência libertária.

No refluxo das naus, na resaca do naufrágio cósmico, social e humano do imperialismo Europeu, o enjoo toma conta dos descendentes dos «argonautas». O que foi feito da espiritualidade na civilização ocidental para dela nos afastarmos e negarmos, senão mesmo espezinarmos?

A Modernidade, movimento anti-religioso

À luz da macro-história, a modernidade anunciou a morte de Deus, como a pós-modernidade veio bradar a morte das utopias sociais universalistas (as grandes narrativas, em linguagem pós-moderna). Atrélado ao movimento das Luzes impôs-se um marco epistemológico, em particular à boleia da tecno-ciência e seu discurso, que pressupõe que todo o conhecimento implica a anulação da subjectividade. Paradigma que se constituiu na imposição de um dogma, a objectividade como verdade absoluta, que por sua vez criou um regime de subjectividade excludente de outras subjectividades, da diferença e de outros saberes, e que normativizou o olhar humano à diferença. Esta hierarquização de saberes, juntamente com a hierarquia de sistemas económicos e políticos, assim como a predominância da voz das culturas de raiz eurocêntrica, tem sido apelidada por vários investigadores de «colonialidade do poder». Uma das expressões mais claras da colonialidade das relações de poder acontece com a persistência da colonização epistémica do conceito de objectividade – prato do dia no discurso dos *media*, da economia à política, da ciência aos detergentes da loiça, enfim em todos os campos da existência –, um carrossel de reprodução de estereótipos e de formas de exclusão. Nem por acaso, a objectividade enquanto centralidade do conhecimento racionalista é um paradigma nos antípodas do saber animista para o qual conhecer é entranhar o outro, é subjectivar ao máximo para introjectar o outro, canibalizando o plural e o singular, trazer o que está para lá de nós ao âmbito do que nos liga. «Tupi or not tupi, that is the question», antropofagiava Oswald de Andrade num dos mais flamejantes, férteis e insurrectos manifestos em língua portuguesa: «Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente»⁸. Era preciso deglutir «todas as catequeses» e a «consciência enlatada» que «começava no Cabo Finisterra», a peste trazida pelas

«Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente». Era preciso deglutir «todas as catequeses» e a «consciência enlatada» que «começava no Cabo Finisterra», a peste trazida pelas caravelas na lábia do Padre Vieira



cia cósmica e a sua festa, o xiré, uma intensificação pontual de um estado de consciência da finitude da vida terrena, num estender de mão aos espíritos (aos ancestrais e aos orixás) para que estes abandonem provisoriamente o *orum* (o lugar extra-terreno, matriz do tempo eterno e onde moram os orixás) e retomem o caminho da alegria terrena no *aiê* (a terra).

O ópio pós-moderno destilado pela mega-máquina soporífica da sociedade de consumo (o aparato publicitário e mediático, o aparato médico-científico e tecno-computacional) é demasiado presente e óbvio para que as verdadeiras causas ganhem visibilidade. De acordo com o filósofo Ken Wilber o estado neurótico da existência contemporânea «é um sintoma de crise ecológica – negação de si e da natureza», recalamento da natureza interna (libido) e da natureza externa. Em sentido oposto, a vida no terreiro é uma constante procura de equilíbrio ecológico. Os momentos do xiré, espelham as noções de harmonização entre o corpo, o espírito e a vida social, essencialmente ligada à noção de axé, a força vital, intangível e invisível, mágica e sagrada, que todo o ser, coisa viva, seres inanimados e sobretudo os orixás possuem. O povo-de-santo, pouco dado à crença do pecado, vive em plenitude a sua sensualidade, a sua sexualidade e os prazeres do corpo, por meio da dança, da música, do amor, do prazer, da beleza e da vitalidade, nessa busca de equilíbrio do físico, do mental e do social. Uma manifestação

(do hinduísmo ao xintoísmo, do jainismo ao confucionismo, passando pelo budismo), onde a dimensão sociocêntrica se dissolve, o individual evolui num processo a-histórico e a própria ética arrisca-se a evaporar-se no ar.

Noutros termos, se a hegemonia política e económica subjogou populações inteiras – «São nações escravizadas/ E culturas assassinadas», como canta Bia Ferreira –, em absoluto controlo das estruturas de reprodução do poder material e legal das sociedades, só um corpo de experiências de carácter último espiritual pôde (podia) desestabilizar essa hegemonia, vencê-la e revolucionar as relações de poder, sociais e humanas. Essa específica e recôndita consciência (do sagrado) dos escravos e seus descendentes, traduziu-se numa ética social da reciprocidade e da inclusão – inclusive, a aceitação de franjas da elite da classe opressora, em aparente contradição mas efectiva coerência, como evidenciaram autores como Nina Rodrigues, Roger Bastide e Edison Carneiro –, em que a referência comum a todos os seres da natureza não é o indivíduo enquanto espécie mas a humanidade enquanto condição, humanidade essa que, na linha animista, inclui o extra-humano, o virtualmente tudo, animais, plantas,

caravelas na lábia do Padre Vieira. «Já tínhamos o comunismo, (...) a língua surrealista». «Fizemos foi Carnaval»... Desta cosmognose, Viveiros de Castro infere o palavra «antropocentranismo».

O largo espectro de traumas e de sombras do pensamento ocidental remete-nos para o enunciado de que «todo o documento de cultura é um documento de barbárie», célebre frase de Walter Benjamin. Como sublinha a notável socióloga e historiadora Sílvia Cusicanqui, «a centralidade da “cultura letrada” perpetuou uma particular exclusividade do conhecimento ocidental em detrimento das culturas orais subalternas»⁹. Crítica que nos estimula a questionar se na tradição oral dos saberes mitológicos do candomblé não está a explicação da sua abertura conceptual ao não-normativo e ao *outro*, a origem da sua processualidade evolutiva propensa à mudança e à integração de contrários, o esteio da sua outorgada autonomia e ausência de um poder centralizador, marco da sua propensão à roda e à horizontalidade do poder entre géneros, consumada numa informal hierarquização de poderes, todavia insusceptíveis quer de uma hegemonia quer de um centro.

A ausência de escrituras sagradas é um factor pendular durante milénios nos cultos africanos das nações iorubá-nagô, jeje e bantu¹⁰, e há razões para acreditarmos que é inextricável da génese de uma praxis espiritual (o candomblé afro-brasileiro, em particular) propiciatória da assimilação de pluralidades e da aceitação das singularidades, e com evidentes rasgos transgressores em vários campos das relações de poder. Amadou Hampâté Bâ – um dos grandes etnólogos africanos e que dizia que «em África quando morre um velho é uma biblioteca que arde» – destacou que, para vários povos do continente negro, a oralidade tem duas dimensões: uma ascendente – do ser que busca comunicar com o sagrado – e outra descendente – do sagrado que procura conectar os humanos. Neste sentido, a oralidade é um instrumento transcendental de conexão ao sagrado e um meio de coesão social da comunidade. A oralidade não manifesta uma inaptidão da África negra para o registo escrito mas revela que a linguagem oral predominou porque foi o meio mágico e sociocêntrico que melhor garantiu a sobrevivência cultural e identitária de um determinado povo.

O etnólogo Tobias Schneebaum, em *Lá onde o rio te leva*, não se contradiz ao escrever que «para me tornar Michii [nome próprio de um indígena na Amazônia peruana] tenho não apenas de me livrar da necessidade de escrever, mas do próprio conhecimento de que a escrita existe»¹¹. Em afro-samba: «O homem que diz “dou” não dá, porque quem dá mesmo não diz»¹². Sem gingado, na (outra) face da

moeda da *Civilização*, a codificação escrita de uma tradição filosófica ou religiosa acarretou o risco verificado de cristalizar significados, esterilizar o conhecimento e tyrannizar o olhar.

Historicamente, os sistemas de sabedoria e ética tradicionais do mundo foram sob vários aspectos e na sua maioria contrários à modernidade e acabaram soterrados na era da pós-modernidade, asfixiados pela mega-máquina do mercantilismo e do Estado. É o que sucede actualmente com as sociedades indígenas na América do Sul ou com as populações da «Zomia»¹³. Descontados os romanticismos, seres humanos unidos mediante o tecido da experiência comum e relutantes em passar à discricionariedade e impessoalidade do mercado, ao cash nexus, como definiu Thomas Carlyle a relação das pessoas conectadas pelos laços do mercado. Sociedades «regidas pelos princípios da reciprocidade, redistribuição e o intercâmbio de bens equivalentes», como elucidou o cientista social Karl Polanyi em *The Livelihood of Man*.

O que é extraordinário na Europa da razão crítica é a sociedade,

quase que por inteiro, incluindo as vanguardas culturais e políticas, ter cavado um fosso de estigmatização desses saberes, modos de sentir, pensar, estar e agir. Observe-se, por exemplo, a silenciadora rejeição das perspectivas anti-desenvolvimentistas por todos os quadrantes sociais e a frequência com que as teses críticas à ideologia do progresso e à indústria tecnológica são rotuladas de puro reaccionarismo, por mais que um século de factos históricos e políticos e algumas décadas de acumulação de dados sobre o colapso da biosfera nos convidassem a valorizar os variados e heteróclitos movimentos de transição e a problematizar as sociedades a partir de questionamentos que encontramos nas

Nos terreiros da Bahia, todas as classes, mesmo a dita superior, estão aptas a se tornarem negras



propostas do neo-primitivismo, do neo-luddismo e do decrescimento.

A vocação trágico-cômica da *Civilização* estreitou-se tanto a ponto de só quando a tragédia global nos toca e se transforma no nosso «drama em gente», para citar Álvaro de Campos, começamos a guinchar. Apenas quando sentimos na pele a marca neurótica deste tempo olhamos de raspão para o programado desastre coletivo da sociedade capitalista, no plano humano – os milhares que sucumbem à guerra, à fome, os que atravessam fronteiras num fluxo migratório forçado, enfim, toda a massa humana que esfalfando-se ou perdendo a vida sustenta um projecto economicamente absurdo e irracional, e eticamente fascista – e no plano da biosfera, com quatro dos nove limiares planetários já atravessados em resultado da actividade humana – o limite planetário de mudança climática, o da integridade da biosfera, o da mudança no sistema terrestre e o dos ciclos biogeoquímicos alterados¹⁴. Qualquer fuga em frente do capitalismo transnacional é mais um prego no progresso do seu próprio caixão.

Caso para perguntar, para que serviu à Europa a acumulação espiritual da razão crítica? Se aparentemente só a tragédia privada nos faz questionar a nossa posição

social, humana e ética, então, será a *razão* eurocêntrica mais do que uma farsa? Até onde foram recalçadas as outras dimensões humanas? Que corte profundo separou a nossa sensibilidade do saber? Os sentimentos da ética? A dimensão espiritual e imaginária da visão social e cósmica? Nem por acaso, no contexto desse ocultismo secular levado a cabo pela racionalidade eurocêntrica, assistimos a um (outro) factor que se reveste de novidade: a generalizada morte da esperança. Num passado não muito longínquo, a nostalgia de um mundo perdido no neo-romantismo alemão era o ócio de meia-dúzia de poetas e o niilismo arrebatado, no dealbar do séc. XX, um culto reservado a um punhado de irados russos. Porque morreu a esperança?

Com o Renascimento, não foi apenas Deus que saiu do altar, e a modernidade, para impor o seu projecto, não queimou apenas as bruxas. Do cheiro a queimado, exala o suspiro de todas as vastas e diversas heresias que se opunham à redefinição das forças dominantes na transição do feudalismo para o mercantilismo, dos ana-baptistas aos ludditas, das seitas religiosas milenaristas às sociedades de tendência anarco-primitivista. Todas as visões que propugnavam uma mudança secularizada da existência e das sociedades, que manifestavam um modo de organização de significativa tendência auto-governativa, que outorgavam um espaço à liberdade do corpo e da consciência (como ainda antes do Renascimento defendiam os Cátaros), que viviam sob relativa autonomia económica e política, foram perseguidas e dizimadas. O historiador Brian P. Levack estima que em cinco séculos houve mais de 110 mil processos crime por bruxaria (sem incluir, portanto, as restantes heresias, como a blasfémia, a imoralidade, o judaísmo). Outros investigadores, estimam que durante os dois séculos da Inquisição durante o período da Reforma entre 40 a 80 mil mulheres foram queimadas em auto de fé. Escusado será dizer que maioritariamente estas mulheres (e os seus filhos não eram poupados) pertenciam às classes populares e de baixa condição.

Era preciso punir a ama. A que cuida e a que distribui carinho. O projecto antropocêntrico de dominar a natureza prestou-se ao correlato lógico de punir quem na praxis e simbolicamente estava vinculada com a reprodução da natureza e quem dela cuidava (em extensão e horizontalidade): a mulher. Acusada de bruxaria «para que o poveréu continue a crer nas máscaras do medo»¹⁵. As palavras são de José Donoso e a bruxa é em particular Peta Ponce, autor e personagem de um dos mais brilhantes e diabólicos romances dados à estampa: *El obsceno pájaro de la noche*. Peta Ponce ou as «mes-tres-cucas sífilíticas que enrolam jibóias aos pescoço»¹⁶. Ou as feiticeiras da *Odisseia*. Ou a coruja Hécate que, através da pena de Apuleio, alude às mulheres que

voam de madrugada, ávidas de carne e sangue humanos, mas que não passam das Deusas das terras selvagens e dos partos na mitologia grega. Ou Blimunda, filha de uma bruxa queimada em Memorial do Convento. E, claro, as Iá Mi Oxorongá, as velhas mães-feiticeiras da cosmologia iorubana. Correlato ou não do antropoceno, foi necessário perseguir e punir, queimar (para) vigiar. Porém, desengajem-se, o patriarcado por si só não foi capaz de derrotar a cultura matriarcal, nem com a instituição do Direito romano, a lei patrilinear, nem com a Santa Inquisição. As Antígona e Macabéas, as Ellsilles e Oxuns, coexistiram com as sociedades patriarcais e resistiram. Libertas do ónus da culpa e libertando a potência da sua fertilidade – o dom de criar e dar a criar – «mulheres que se confundem como imagens de fumaça, mutáveis e em mutação constante», como escreveu o bestial Donoso –, são devir e processo, renovam-se e escapam aos ditames que a sociedade patriarcal e religiosa impõe. Haveria de ser a transição para o mercantilismo e a industrialização, como documenta Sílvia Federici (Cf. *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria e Revolución en punto cero*), que anularia sumariamente a condição da mulher, a *história e a batalha nocturna*, como lhe chamou Carlo Ginzburg, e imporia o actual regime mitológico e opressivo sobre a mulher.

Mas as bruxas que foram queimadas na Europa reapareceram nos terreiros de candomblé porque «a bondade animal da vagina»¹⁷ resistiu e tudo venceu...

NOTAS

- 1 Orixás, Pierre Fatumbi Verger, Corrupio Edições, Salvador, 6ª edição, 2013, pp. 19.
- 2 O Animismo Fetichista dos Negros Baianos, Nina Rodrigues, Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2006, pp. 107.
- 3 Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594), José de Anchieta, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933, pp. 194.
- 4 Los Teólogos, in Aleph, J.L. Borges, Emecé, Buenos Aires, 1957, pp. 36.
- 5 Les sens pratiques, Pierre Bourdieu, Paris, Les Éditions de Minuit, 1980, pp. 23.
- 6 O Animismo Fetichista dos Negros Baianos, Nina Rodrigues, Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2006, pp. 116.
- 7 O Anticristo, Nietzsche, Guimarães Editores, 9ª ed, 1997, pp. 31.
- 8 Manifesto Antropófago, Oswald de Andrade, Revista de Antropofagia, 1928.
- 9 Oprimidos Pero no Vencidos - Luchas Del Campesinado Aymara y Quechwa 1900-1980. La Paz: La Mirada Salvaje/Editorial Piedra Rota, 2010.
- 10 «Até onde se tem notícia, data de 1928 o primeiro documento extenso escrito contendo os mitos da arte oracular, um caderno compilado por Agenor Miranda Rocha, (...) mas esse documento somente foi trazido à luz mais de meio século depois de ter sido escrito». Reginaldo Prandi, in Mitologia dos Orixás, pp. 25.
- 11 Lá onde o rio te leva, Tobias Schneebaum, Antígona, Lisboa, 1990, pp. 67.
- 12 Certo de Ossanha, Vinicius de Moraes.
- 13 Tanto cunhado pelo historiador Willem van Schendel para referir-se à enorme massa de terras altas do sudeste da Ásia cujas populações de diferentes ramos linguísticos e origens étnicas (aproximadamente 100 milhões de pessoas) têm historicamente vivido fora do controlo governativo e estatal, e de quem o antropólogo James Scott tem magistralmente vindo a dar conhecimento.
- 14 Cf. artigo Earth Has Crossed Several 'Planetary Boundaries', Thresholds of Human-Induced Environmental Changes (2015), publicado no site da Scripps Institution of Oceanography, UC San Diego.
- 15 El obsceno pájaro de la noche, José Donoso, Seix Barral, 1970, pp. 219.
- 16 Michel Leiris in África Fantasma, Cosac Naify, São Paulo, 2007, pp. 211.
- 17 Ibidem, pp. 107.

O massacre de Tiananmen, o Casino Estoril, os alguidares de plástico, a EDP e os seguros Fidelidade

JORGE VALADAS

JOVALAD@CLUB-INTERNET.FR

Há acontecimentos, coisas, factos, que, em toda inocência, parecem não ter relação nenhuma entre eles e que finalmente fazem parte de um mesmo problema, cada um deles revelando um aspecto particular de uma situação, de uma evolução global. Andava a ruminar esta questão quando me chegaram às mãos dois livros sobre o massacre de Tiananmen de 1989, cujo triste aniversário acaba de passar uma vez mais sem que se lhe atribua a sua verdadeira dimensão, o de uma data essencial da época contemporânea¹.

No livro *Le grand massacre de Tian' amen*, abro ao acaso na página 46, no «caso 6» e leio: «Liu Fenggen, sexo masculino, 40 anos, operário na fábrica de ferramentas de extração, dependente do ministério da Geologia. Na noite de 3 de Junho de 1989, por volta das 22 horas, movido pelo sentido do dever, sai de casa para socorrer os feridos. Vítima de um intenso tiroteio, é abatido por três balas, nas costas, no pescoço e no coração. Morre no Hospital da rua Erlong.» Mais adiante, página 86, há o «caso 175» onde leio: «Xang Junjing, sexo masculino, 30 anos, técnico na fábrica dependente da Direção dos Contadores de Pequim, que se encontra junto ao Templo da Torre Branca. No dia 5 de Junho de 1989, por volta das 10 horas da manhã, quando se desloca para o seu local de trabalho, depara-se com os soldados encarregados de aplicar a lei marcial; um tiro de bala explosiva destrói-lhe um rim e o coração. Levado para as urgências do hospital Xiehe, morre sem que o possam socorrer. Quando a sua família vem identificar o corpo, mais de 40 cadáveres acumulam-se no hospital.» São assim reportados no livro duzentos e dois «casos» de homens e de mulheres, de crianças e de idosos, assassinados pelas tropas do governo chinês, duzentos mil homens e tanques, chamados a Pequim no dia 4 de Junho de 1989, para aplicar a Lei Marcial e pôr fim ao movimento democrático da praça Tiananmen. A lista foi elaborada, por iniciativa da Sr.^a Ding Zilin, por mulheres de Pequim que tiveram familiares entre as vítimas e que constituíram em seguida o grupo informal das «mães de Tiananmen» retomando a referência das «mães da praça de Maio» em Buenos Aires. Como se pode



Foi este massacre que legitimou todas as sucessivas fases de repressão necessárias ao funcionamento desta forma nova de capitalismo. E que submeteu as forças capitalistas mundiais ao Estado chinês

facilmente imaginar, trata-se de uma lista não exaustiva; as pressões e a repressão do Estado totalitário chinês pesam sobre a liberdade de expressão. Os números divergem: 10 000, 3400, 2700 mortos... O número exato nunca será conhecido e tem pouca importância para o significado do acontecimento, um massacre de Estado. A lista foi recentemente transmitida ao escritor dissidente Liao Yiwu, que saiu da China em 2010 para se refugiar em Berlim. No seu livro *Des balles et de l'opium*, Liao reuniu uma

dezena de entrevistas com sobreviventes. Textos intensos onde o humor e o sarcasmo se misturam com a coragem e a dignidade de vítimas do massacre, gente que percorreu durante anos o longo caminho da prisão, das torturas e das perseguições, gente que, mesmo assim, aceitou falar, contar. São, na sua grande maioria, «arruaceiros» de Tiananmen, tal como foram catalogados todos os revoltosos que não integravam a casta elitista estudantil. «Os arruaceiros eram simples habitantes de Pequim, (...)

os quais, animados por uma legítima indignação, tinham tido a ousadia de lutar contra a injustiça.»². Na curta introdução ao *Le grand massacre du 4 Juin*, o tradutor Hervé Denès³ situa os acontecimentos numa perspectiva histórica e dá-lhes a sua verdadeira dimensão. Escreve: «O dia 4 de junho fica como uma data chave na história da China. Antes, havia ainda uma débil esperança de democratização do regime. [O massacre] é o toque de finados de toda esperança de flexibilidade. O poder absoluto de Xi Jinping — o imperador actual — e o projecto declaradamente totalitário e belicista do Estado chinês são os frutos tóxicos desta tragédia.»

Para Liao Yiwu: «O Grande Massacre do 4 de Junho traçou uma fronteira. Antes, toda a gente, como um enxame de abelhas, zumbia à volta do patriotismo; a partir desse momento, todos, em filas cerradas, se aglutinaram à volta do dinheiro».⁴ Esta ideia de Liao é o eixo da sua análise da evolução recente da China. Para ele, o massacre de Tiananmen foi o acontecimento que inaugurou a rápida transformação do capitalismo de Estado numa forma híbrida de capitalismo selvagem privado num quadro jurídico de totalitarismo de Estado. Foi este massacre que legitimou todas as sucessivas fases de repressão necessárias ao funcionamento desta forma nova de capitalismo. E que submeteu as forças capitalistas mundiais ao Estado chinês. «[...] A economia chinesa conhece um desenvolvimento prodigioso. Segundo uma opinião que está na moda na cena internacional, o desenvolvimento económico acabara por provocar uma reforma política que permitia às ditaduras orientarem-se para a democracia. Ao mesmo tempo, cada um dos países ocidentais que sancionaram a China depois do massacre do 4 de Junho agita-se para fazer negócios com os carrascos, embora estes continuem a prender e a torturar gente. As novas manchas de sangue encobrem as antigas. (...) os carrascos triunfam; o país, que eles pilham e destroem com gosto, tornou-se o seu escravo.»⁵

A lista das mães de Tiananmen, reproduzida em *Le Grand massacre du 4 juin*, poderia ser uma leitura macabra, mas, pelo contrário, é um texto intenso e, embora perturbador, rico de informações e instrutivo. O seu aspecto sociológico, especificando a composição social das vítimas, permite sublinhar

40 FELIZMENTE CONTINUA A HAVER LUAR



a natureza de classe da revolta que respondeu à intervenção militar e que terminou no massacre. Sem diminuir a importância e o sentido do movimento essencialmente estudantil que animava a ocupação da praça, o documento confirma o que já se sabia. Foi a insurreição dos bairros populares de Pequim e o empenho progressivo dos trabalhadores da capital na revolta democrática contra o regime da burocracia vermelha que marcou uma reviravolta e obrigou o poder a optar pela repressão sangrenta. Da mesma maneira que o Maio 68 não foi só um movimento estudantil, o movimento à volta da ocupação de Tiananmen foi muito mais que uma simples mobilização estudantil. Liao Yiwu lembra que a máquina da comunicação social ocidental insistiu sempre em apresentar os estudantes como «os heróis de Tiananmen», esquecendo assim a real composição de classe da revolta. E lembra também que os estudantes, que se consideravam como uma elite de classe, tentaram, desde as primeiras horas, utilizar os trabalhadores que acorreram à praça como seus servidores, atribuindo-lhes funções de polícia e de protecção dos chefes estudantis, indo mesmo ao ponto de tentar opor esta «guarda pretoriana» ao povo revoltado e enraivecido⁶. Foi manifesto o fraco entusiasmo dos trabalhadores para desempenhar este papel de mercenários dos chefes estudantis, e alguns destes jovens trabalhadores revoltados iriam constituir os «arruaceiros» que Liao Yiwu vai conhecer e entrevistar na prisão, sobreviventes do selvagem massacre dos dias 3 e 4 de Junho e dos dias e meses seguintes. Na sua introdução, Hervé Denès chama a atenção para o facto de que se assistiu na praça Tiananmen a uma tentativa de auto-organização operária, apesar da arrogância e do desprezo de classe que a grande

«O Grande Massacre do 4 de Junho traçou uma fronteira. Antes, toda a gente, como um enxame de abelhas, zumbia à volta do patriotismo; a partir desse momento, todos, em filas cerradas, se aglutinaram à volta do dinheiro.»

maioria dos estudantes democratas formados na escola maoísta das elites exprimia relativamente aos trabalhadores e ao povo em geral. A tentativa de criação de «Unões Operárias Autónomas» constituiu um desenvolvimento inquietante para o poder comunista, perturbado pela revolta polaca do Solidarnosc e pela *Perestroika* soviética.⁷

Assim, não é de espantar que um número significativo de vítimas do massacre de 3 e 4 de Junho 1989 seja constituído por gente do povo, trabalhadores, desempregados, estudantes e jovens, confirmando a dimensão popular da insurreição. Alguns foram executados após terem sido feridos, fora da praça, por vezes mesmo nas salas de espera dos hospitais, nos bairros de Pequim onde a multidão tentou opor-se à passagem das tropas. As notas escritas sobre cada um dos casos fornecem também elementos preciosos sobre a maneira como o povo da capital viveu a situação, como o movimento estudantil era visto, como se exprimiu a solidariedade entre os

estudantes e as pessoas que descenderam à rua. Uma frase repetida por muitas das vítimas e recordada nos testemunhos das mães assinala a consciência aguda da importância do momento: «Vivemos um momento histórico.» Sobre a atitude do governo, os testemunhos coincidem em sublinhar o lado bárbaro da repressão militar, o desprezo do povo e a arrogância cínica do poder do partido comunista.

Poucos anos após a experiência sangrenta da Grande Revolução Cultural, a natureza totalitária da classe dirigente chinesa confirmou-se. Em poucas páginas, por entre as linhas, descobrem-se os contornos que caracterizam o poder do partido comunista. A sua ligação directa às forças armadas, a instituição que se mantém como a coluna vertebral do regime, é o sinal da fraqueza e da fragilidade da classe dirigente chinesa, incapaz de se adaptar às formas democráticas de mediação e de consenso, como acontece nas sociedades do velho capitalismo. O seu único ponto de apoio é a força bruta, o seu único modo de funcionamento é a relação de forças. Os trabalhadores chineses sabem, por experiência própria, com o que contar; no dia 4 de junho de 1989, tiveram uma vez mais a prova pelo terror. Sabem que nada de fundamental mudou depois. As especulações e elucubrações à volta dos direitos do Homem e da evolução possível do regime esvaziam-se perante a verdade bruta dos factos e a sua natureza intrinsecamente totalitária. O futuro fica marcado pelo passado, pelo sangue derramado.

Numa recente passagem pela Europa, um advogado comprometido com o apoio às greves selvagens na região de Cantão falou do reforço da repressão de Estado sob o reino do atual imperador vermelho, Xi Jinping. Repressão que atinge inclusivamente

as tendências ditas «neo-maoístas», que até há pouco tentavam organizar uma rede de «clubes marxistas», sob o olhar tolerante do partido e à sombra do estudo da teologia maoísta e dos cartazes gigantescos do despota Mao. Mesmo estes clubes são objecto de medidas disciplinares e os seus militantes mais activos são presos, ao abrigo do velho princípio marxista-leninista segundo o qual: «Ser marxista é obedecer ao partido!» Interrogado sobre a memória do grande massacre de 4 de Junho, este mesmo militante, após um momento de hesitação, respondeu: «É uma questão que eu nem sequer me arrisco a levantar!» O terror das represálias continua a enterrar a recordação do massacre nas profundezas da memória. Mas um silêncio tão pesado, forçado, sobre um acontecimento desta importância, não pode ser definitivo, e a memória social irá reemergir um dia. Sabemos que isso acontece na história das ditaduras. Já hoje, a linguagem popular refere-se ao «Grande massacre» como a «Catástrofe mineira do 4 de Junho»⁸, utilizando de forma sarcástica a fórmula autorizada para os acidentes de trabalho nas minas que continuam a fazer milhares e milhares de mortos.

Vimos que Liao Yiwu defende que o Grande Massacre de Tiananmen foi um acontecimento marcante na expansão recente do capitalismo chinês. Com duas consequências bem evidentes no plano mundial: a sua orientação predatória, imperialista, de pilhagem de matérias-primas, de tomada de controlo de sectores que lhe são indispensáveis e podem ser fonte de lucros; e a exportação de uma nova classe de «emigrantes», que formam o que Liao Yiwu chama «a emigração da corrupção»⁹. Tudo isto embrulhado na harmoniosa expressão da «Nova Rota da Seda».



Chegados a este ponto da grande História, e sem abusar da «dialéctica» da compreensão materialista do mundo, observemos por uns instantes o que se passa no palco da história do nosso país. Os alguidares vendidos nas lojas chinesas das povoações do interior ao abandono, os seguros Fidelidade e as mesas de jogo do Casino Estoril fazem parte de uma mesma lógica do lucro capitalista. São consequência directa do massacre de Tiananmen, da vitória da classe dirigente chinesa sobre o seu povo revoltado. Uma lógica que integra as empresas chinesas que produzem a mercadoria-porcaria para o conjunto do planeta, o gigante financeiro Fosum que comprou em 2014 a Fidelidade, a China Three Gorges Corporation que comprou a EDP. O sorridente e afável Sr. Choi Man Hin, que dirige a administração do grupo Estoril Sol em nome da respeitável família Ho de Macau (da qual eu não direi nada de mal porque tenho grande apreço pela saúde e bem-estar do pessoal da redacção do *Mapa*), faz também parte do espectáculo. Em dez anos, a China investiu biliões

em Portugal, o equivalente de 3% do PIB, que é a maior percentagem de todos os países europeus onde a China investe. As leitoras e leitores do Mapa sabem que o país está à venda ao desbarato, e não é de surpreender que os capitalistas chineses venham às compras, eles que adoram os saldos. Dito isto, o minúsculo modelo do espaço económico e político da região portuguesa ilustra perfeitamente a tendência e a evolução do capitalismo chinês, centrado na compra e pilhagem de empresas de interesse económico estratégico e capazes de fornecer margens de lucro interessantes. A chegada de vários exemplares da «emigração da corrupção» com Vistos Gold é outra das consequências. Dito de uma forma mais crua, os fantasmas dos mortos de Tiananmen pairam nas salas do casino Estoril, nas actividades e negociações da Fidelidade Seguros, da EDP, do grupo de engenharia civil Profabril e outras empresas do raquítico capitalismo lusiada. E cada Visto Gold atribuído a um membro da nova burguesia corrupta chinesa é visto pelos

Cada Visto Gold atribuído a um membro da nova burguesia corrupta chinesa é visto pelos deuses como uma afronta aos espíritos errantes dos mortos de Tiananmen.

deuses como uma afronta aos espíritos errantes dos mortos de Tiananmen.

Entramos num território que se encontra fora da humanidade, as cavernas negras do capitalismo. Mundo onde se agitam os cúmplices cínicos dos massacres de Estado, onde evoluem os monstros da política e das relações mercantis. Que não são responsáveis de nada, que esbugalham os olhos quando se menciona toda esta relação complexa dos acontecimentos, de massacres, de rios de dinheiro e de sangue. Gente que sabe lavar as mãos, que não gosta de gotas de sangue nas camisas e nas gravatas. Não fica mal expor algumas fotos, dar rosto aos amigos lusitanos dos carrascos de Pequim. Uma galeria de personagens que não só não vão chorar as vítimas de Tiananmen como até vão aplaudir com entusiasmo a vitória do exército chinês sobre o seu povo. Lá estão os vários gestores, o Sr. Magalhães Correia da Fidelidade, o Sr. Ayala Seródio da Profabril, e outros menos conhecidos. Sem esquecer a Sr^a Fernanda Ilhéu, que preside aos «Amigos lusitanos da Nova Rota da Seda», uma referência às amizades com os carrascos de Pequim. Mas há também as fotos dos altos funcionários do Estado, entre outros que já foram e outros que virão. A preto e branco, lá está o Sr. Centeno, diplomado pela «Escola Superior de Contabilidade Oliveira Salazar», que mistura alguidares, seguros, eólicas e máquinas de casino, que não tem nada a declarar e não vai criticar massacre nenhum, que o que o inquieta são as Regras de Bruxelas sobre o Orçamento. Para

ele, o que conta são os bilhetes verdes do capitalismo chinês e dos emigrantes da corrupção que continuam a chover nas caixas dos bancos do país transformado num grande campo de golfe. Mesmo ao lado, noutra foto, a cores desta vez, está o Sr. Costa, comerciante reconhecido internacionalmente. Para ele também a conversa sobre o massacre é *no comment*, o sangue derramado não tem nada a ver com a Fidelidade ou o Casino Estoril, nem com os *Vistos Gold* para compradores chineses de palácios em ruína. Que diabo, há que ser realista, «o país é uma economia aberta e atractiva», repete o *apparatchik* sorridente, e não se vai irritar o Sr. Choi Man Hin com tão pouco, uns tantos milhares de mortos, opor uma sórdida contabilidade ao sucesso da linha justa da classe dirigente chinesa.

Por enquanto, a festa continua. Champanhe para todos e segue o jogo nas mesas de bacará do Casino Estoril.

NOTAS

1 Liao Yiwu, *Des balles et de l'opium*, traduzido do chinês por Marie Holzman, Globe, Paris, 2019 e *Le Grand massacre du 4 juin*, traduzido e apresentado por Hervé Denès, L'Insomniaque, 2019. Liao Yiwu é um escritor dissidente chinês e amigo do prémio Nobel de 2010 Liu Xiaobo (falecido em 13 de Julho 2017). É também autor de *L'Empire des bas-fonds*, tradução de Marie Holzman, Bleu de Chine, 2003, um excepcional testemunho sobre o universo prisional chinês.

2 *Des balles et de l'opium*, p. 40.

3 Sob o pseudónimo de Hsi Hsuan-wou, Hervé Denès assinou e co-assinou várias outras obras críticas sobre a China maoísta.

4 *Des balles et de l'opium*, Op.cit., p. 256.

5 *Des balles et de l'opium*, Op. cit., pp. 290-291.

6 *Des balles et de l'opium*, Op. cit., p. 23, p. 34, p. 41.

7 Pode ler-se uma análise destas tentativas de auto-organização no livro de Hsi Hsuan-wou e Charles Reeve, *Bureaucratie, bagné et business*, L'Insomniaque, 1997, capítulo «. Veja-se também a entrevista de Cai Chongguo, estudante presente na praça e sensível às questões sociais, em Hsi Hsuan-wou e Charles Reeve, *China Blues*, Verticales-Gallimard, 2008. De Cai Chongguo, *L'Envers de la puissance*, Mango, 2005. No exílio, Cai Chongguo vai aproximar-se da organização de Hong-Kong China Labor Bulletin, uma referência importante sobre a informação das lutas operárias na China de hoje.

8 *Des balles et de l'opium*, Op. cit., p. 178.

9 *Des balles et de l'opium*, Op. cit., p. 289.



Histórias impossíveis

(...) não é possível escrever uma história do punk, mas é certamente possível escrever muitas histórias do punk. Diria que tantas quantas quem decide escrevê-las ou tantas quantas as experiências individuais de quem o vive ou viveu.

DIOGO DUARTE

DIOGO.MAINSELDUARTE@GMAIL.COM

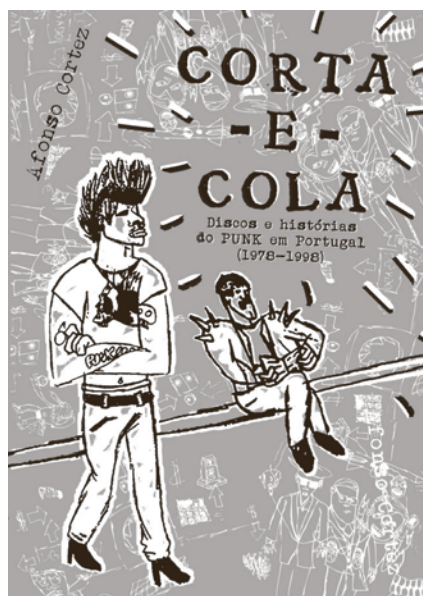
Será possível escrever uma história do punk? E será que faz falta a alguém? Há uns números atrás abri as páginas do livro *As Palavras do Punk* nesta crónica, livro esse que partindo da sociologia oferece um retrato histórico do punk e do hardcore em Portugal. Como se viu pela crónica passada, não tive grande coisa de positivo para dizer sobre a referida obra. Mas, para arrumar o assunto, fique claro que o fracasso do livro não tem nada que ver com o esforço, a intenção e a paixão que a autora Paula Guerra dedica ao tema. Tem sim que ver, acima de tudo, com o caminho escolhido para dar um sentido afirmativo à pergunta que abre este texto. Em poucas palavras, e para não me repetir, o subtítulo promete “uma viagem fora dos trilhos pelo Portugal contemporâneo” e o que nos oferece é um punk arrastado para dentro dos trilhos mais calcorreados e gastos quer da historiografia portuguesa quer de algum discurso sociológico, deixando-nos, no fim, um punk calçado com uns ténis imaculados e umas solas impecáveis, sem o mais leve indício de ter percorrido qualquer caminho. Um punk inofensivo e desinteressante, pouco mais do que uma identidade juvenil, em que dificilmente se reconhece a repulsa, o desconforto, o entusiasmo, a novidade, em suma, a intensidade sentida por muitos daqueles que com ele se cruzaram e vão cruzando.

As respostas breves às perguntas iniciais são não e não. A história do punk interessa a quem o viveu acima de tudo como memorabilia, como viagem para satisfazer um certo vazio nostálgico, e dificilmente pode ser feita sem cristalizar o seu dinamismo e heterogeneidade. Mesmo as tendências mais disruptivas – e, talvez, especialmente estas – dão excelentes

mercadorias e mostram-se muito atractivas a quem lhes pretende colocar uma trela. Não que isto seja uma razão para deixar de escrever tal história. Afinal, não há fuga possível num mundo em que até um balde de merda pode ser posto à venda no ebay. O interesse em escrever tal história existe, também por isso, como resposta a essas cristalizações e a apropriações por gente alheia que se interessa pelo «exotismo» do punk mas que não tem outra forma de agarrá-lo senão à martelada. Trocando isto por miúdos, e correndo o risco de ser apelidado de aldrabão, não é possível escrever uma história do punk, mas é certamente possível escrever muitas histórias do punk. Diria que tantas quantas quem decide escrevê-las ou tantas quantas as experiências individuais de quem o vive ou viveu. E há formas de fazê-lo sem transformá-lo numa borboleta amestrada. O livro duplo, da autoria de Afonso Cortez e Marcos Farrajota, *Punk Comix: Banda Desenhada e Punk em Portugal*, editado em formato split pela Chili Com Carne (2017), oferece-nos, nem mais nem menos, duas histórias impossíveis do punk em Portugal, ambas profusamente ilustradas. Tanto uma como a outra abraçam com sucesso essa impossibilidade e fazem-no a partir de perspectivas e com fins completamente distintos.

A metade do livro que responde mais directamente àqueles que se renderam à beleza do morto e passaram a ostentá-lo na lapela, dando ao punk ares de glória e reclamando-o como medalha num currículo feito às suas avessas, é *Corta-e-Cola do Afonso Cortez*. Responde às sedações académicas e identitárias que lhe vão sendo administradas recusando defini-lo e procurando-o, antes, «na voz de quem lá esteve». Usa as capas dos discos editados

Corta-e-Cola: Discos e Histórias do PUNK em Portugal (1978-1998) / Punk Comix Afonso Cortez e Marcos Farrajota, Chili con Carne / Thisco 2017

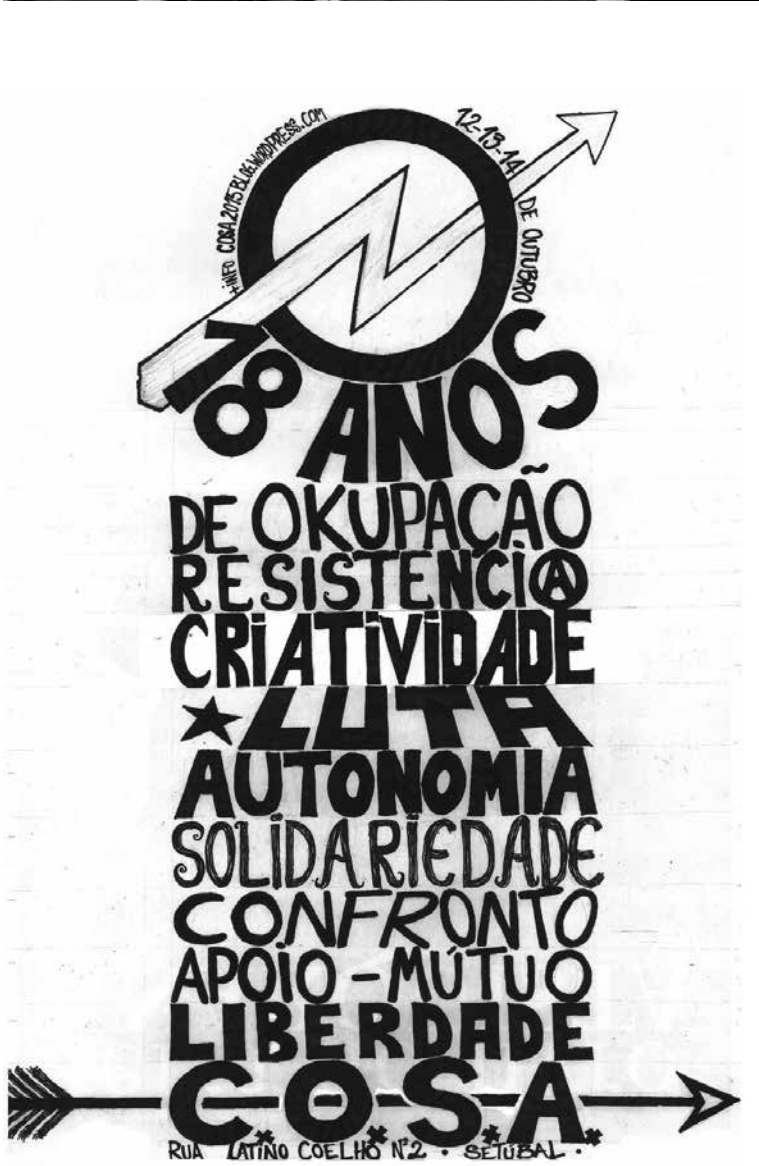


em Portugal, entre 1977 e 1998, com o seu mau gosto, ousadia ou provocação, para espreitar essa coisa contraditória, fragmentada e «em permanente mutação» (p. 15) a que chamamos punk. O livro não pretende ser senão isso. Tendo sido em muito maior número as bandas que nunca deixaram qualquer registo, e indo o punk muito para lá quer da sua cultura material quer da música, todas as outras histórias ficam por escrever. Mas, como nos mostra o Afonso Cortez, pegar nesse pormenor da experiência do punk permite-nos abordar a enorme quantidade de vivências que coexistiram ou aconteceram ao longo deste período e reclamaram a mesma designação – mesmo quando elas foram diferentes ou inconciliáveis ao ponto de parecer não haver outra possibilidade de diálogo senão aos gritos ou à pancada.

Marcos Farrajota, em *Punk Comix*, pega a coisa de forma ainda mais estrambólica e faz jus como ninguém à ideia

de «história impossível». A banda desenhada será, provavelmente, algo tão bizarro quanto o punk para historiar ou dissecar como se fosse um rato num laboratório. E, por isso, o punk serve perfeitamente o propósito de passear pelo percurso da BD portuguesa e espreitar o que esta conta sobre aquele. Digamos que narrar tal relação quase inexistente só é exequível pela fluidez e indomabilidade dos dois, o que lhe permite procurar e esmiuçar não só as representações do punk nas tiras por cá publicadas, mas, acima de tudo, as hipotéticas contaminações mútuas, nomeadamente pelo espírito *DIY*, independente e até algo marginal que caracteriza muitas das suas expressões. O livro lê-se tão bem que o seu propósito é cumprido com distinção: «ser lido tão rapidamente como se ouve um LP dos Ramones». E cumpre ainda outra coisa assinalável: o de ser, muito provavelmente, o primeiro trabalho de teor historiográfico a citar o *Jornal Mapa*, reconhecendo-lhe, justamente, um lugar na história (infelizmente, não consigo indicar o lugar da citação porque esta metade do livro não está numerada, mas confiem em mim).

Ambos os livros valem por si só, mas não deixam de ser formas de resistir aos usos oportunistas e soporíferos que se vão fazendo do punk. Seja como for, nem tudo é sobre resistência. Às vezes o prazer distrativo de uma boa leitura é suficiente. Mesmo que um gajo tenha escolhido como máscara para respirar neste mundo «um ar de guerra permanente com o sistema» (*Corta-e-Cola*, p. 25), a verdade é que também se cansa e precisa de baixar as armas, deleitando-se somente com estas visitas museológicas e com a exposição em vitrines do que viveu e não pode ser revivido da mesma forma.



A partir de 13 de Outubro do ano 2000, a Casa Okupada de Setúbal Autogestionada (COSA) existiu e resistiu no n.º2 da Rua Latino Coelho do Bairro Salgado na cidade do Sado. Durante esses anos são incontáveis os debates, as sessões de informação, os concertos e os workshops organizados mas, acima de tudo, o importante contributo deixado ao movimento libertário em Portugal. Em Maio passado, a poucos meses de cumprir 19 anos, foi despejada.



MENSAGEM ENCONTRADA NA BOCA DE UM CADÁVER EM AVANÇADO ESTADO DE DECOMPOSIÇÃO



Aos dirigentes e assessores comprometidos
com o adestramento generalizado
da natureza indómita,
sugerimos o encolhimento do crânio
e sua ostentação em júbilo,
sempre que irrompe sobre o asfalto uma floresta inculta
sempre que se interrompe a marcha voraz do Progresso

É urgente obstar o poder dos espíritos atormentados
que arrastam a humanidade rumo à liquidação do planeta,
sôfregos de domínio e predomínio
da economia sobre a vida
do império da morte

É urgente resgatar a Terra do festim autofágico da civilização
Impedir que lhe perfurem o ventre, comam os ossos,
diluam nas suas veias o infesto Desenvolvimento sustentado
na ignóbil racionalidade humana
Em contínua reificação,
endossando fraudulentas utopias do hiper-consumo
Branqueando o desastre nas memes sagradas do crescimento,
da inovação, da produtividade

É urgente inverter a perspectiva
Contrapor o olhar anímico do mundo ao louvor antropocêntrico
Adorar as pedras, os rios, os bosques, os lagos, as montanhas
Coroar um Abutre-preto
Sentir a seiva do Freixos, das Gingeiras-bravas, dos Azevinhos
Consentir cada acto de sabotagem contra a catástrofe
Para que um dia possamos ouvir de novo Pã
tocando sua flauta, nas clareiras ao luar
E possamos celebrar a Roda-do-mundo
onde hoje se ouve o ruído ensurdecedor dos motores
onde hoje prolifera a monocultura do Eucalipto,
do Cimento e do Betão

Das cinzas ressuscitar rios, árvores, pássaros, insectos
e todas as criaturas esmagadas pelos avanços
da tecno-ciência

Trazer à vida os lugares mortos pelas barragens
para que regressem verdejantes
e voltem a ser o lar do Lobo, do Lince, do Saramugo,
da Lontra-do-velho-mundo
e de todas as criaturas ameaçadas
pela expansão da engenharia e da agro-indústria

Poder voltar a colectar ostras, búzios, lapas
onde hoje se acumula óleo, plástico
e lama radioactiva
dos cargueiros e da indústria

Não viver mais enclausurado, respirando o ar condicionado
das cidades em convalescença
e suas neblinas tóxicas
Poder meditar com as estrelas
envolto nos mistérios da noite escura das corujas

Não voltar a ouvir falar no produto interno bruto,
nas maravilhas do estado-social
ou nas virtudes dos mercados
Porque era tudo demasiado humano
Ao regressares à Terra ela cuida de ti

Não perder mais tempo desensofrido,
cismando na entrevista de emprego,
nas férias prometidas, no sucesso profissional
Porque era tudo demasiado inútil face à grandeza e à riqueza
do mundo que vamos destruindo

Ter tudo por fazer parte do todo
Não ser apenas um apêndice tecnológico descartável
nem um carcinoma da razão
na era do antropoceno

Urso Pardo

O QUE TE INQUIETA?

«A crise da habitação é profunda em Lisboa e em Portugal»

MAPA BORRADO

A Habita – Associação pelo direito à habitação e à cidade – nasceu em 2005 no seio da Associação Solidariedade Imigrante e constituiu-se como associação própria em 2014. Do centro à periferia está nas ruas junto de outros coletivos e associações, em despejos de famílias e marca presença nas lutas e resistência à transformação da cidade de Lisboa.



GUILHERME LUZ
GUI.LUZ@JORNALMAPA.PT

Nos últimos meses o projeto da Torre da Portugália, na Avenida Almirante Reis, esteve no epicentro do debate sobre a cidade e as formas de habitar Lisboa. Que tipo de visão sobre a cidade transporta esta torre?

Este projeto ilustra de forma exemplar o processo de instalação da cidade neoliberal: planificação ajustada à lógica do mercado e da máxima extração de lucro, que cria oferta que não responde às necessidades nem se adapta à capacidade económica dos habitantes, e dá origem à expulsão de moradores e comércio tradicional. O modelo – abandono, desvalorização, especulação, gentrificação, explosão dos preços – alastra a muitas cidades na Europa e no mundo, com particularidades de cada local, mas sempre com a consequente expulsão dos moradores por meio de despejos e de *bullying*.

O projeto é apresentado por um fundo imobiliário, por sua vez representado por uma sociedade do Luxemburgo, que pertence a um fundo de pensões alemão. A profusão de intervenientes é normal no processo típico da globalização financeira: cria a opacidade necessária à fuga fiscal e até à lavagem de dinheiro. Acresce que este fundo imobiliário é gerido por uma sociedade dirigida por antigos administradores da CGD e BES, o que lhe traz a mais-valia de «informação privilegiada», eufemismo para «tratamento privilegiado».

Entretanto, as promessas do empreendimento usam conceitos ambíguos para criar as condições para que o absurdo seja aceite como razoável: a habitação acessível apregoada ficará certamente fora do alcance da maioria, o espaço público será certamente confiado à gestão privada, com horários, acesso restringido, etc.

A região de Lisboa atravessa um intenso processo de transformação a reboque do chamado boom imobiliário. Existem outras «Torres da Portugália» a nascer nos próximos anos?

Melhor será dizer *boom* dos preços do imobiliário. Em Lisboa, o turismo e a evolução para estância para estrangeiros ricos acelerou o processo. Para ajudar à escalada dos preços e à escassez de casas, o governo criou os regimes especiais para residentes estrangeiros e os Vistos Gold, para quem a oferta passou a orientar-se. São os fundos de investimento monstruosos que decidem o futuro das cidades, o papel das entidades públicas – autarquias, governos, união europeia – é facilitar o processo com leis, regulamentos e regalias fiscais. O que se vai passar nos próximos anos depende também da capacidade de gerar um movimento crítico e combativo.

Paralelamente existe uma profunda crise de habitação. Não há também aqui um profundo contraste?

É a outra face da moeda. A Lei Cristas, no essencial mantida pelo ps, alargou a crise a novos grupos sociais – jovens à procura da primeira habitação, “classes médias” com mais visibilidade e capacidade de se organizar e fazer ouvir, ajudando a colocar a habitação na agenda política.

Mas a crise da habitação é profunda em Lisboa e em Portugal: oficialmente há mais de 26 mil famílias em grave carência habitacional: famílias monoparentais, migrantes, idosos e pessoas nos salários mínimos, em casas arruinadas, em barracas. Somando as famílias em sobrelotação, 10% segundo o INE, chegamos números astronómicos de casas necessárias, a reabilitar ou a construir de novo. As políticas anunciadas não têm orçamento palpável e delegam nos municípios, alguns sem vontade, outros sem capacidade, a responsabilidade de resolverem o problema.

A Habita defende mais habitação pública, que não só responda ao problema dos mais pobres, mas que se destine também a grupos socialmente diversificados. Mais habitação pública é também mais habitação fora do mercado e a possibilidade de controlar os preços de renda e de venda, se for assumida a regulação do mercado e da especulação em simultâneo. Encaramos a habitação como património comum, essencial à vida social.

É possível fazer um mapeamento das lutas pela habitação e pelo direito à cidade em Lisboa?

Nos bairros sociais as famílias amontoam-se em apartamentos: a luta é por habitação digna e de dimensão adequada. Na falta dela, centenas de famílias resistem em casas que ocuparam depois de estas permanecerem devolutas anos a fio. Apoiamos esta forma de luta: uma casa tem uma função social, mantê-la vazia é criminoso, ocupá-la para dar teto à família é legítimo.

Nos bairros históricos com mais pressão surgem muitos focos de luta pelo direito a ficar onde sempre se viveu. Há algumas vitórias, ainda não definitivas, mas indicadoras de que uma oposição forte é eficaz: na Rua dos Lagares; no prédio Santos Lima, no Martim Moniz.

Por toda a cidade, bairro a bairro ou de forma mais dispersa, surgem todos os dias aumentos brutais de rendas, não renovações de contratos, despejos desumanos, embora legais. As pessoas sentem a incapacidade de manter uma casa como fracasso individual, isolam-se e escondem-se. A luta é aqui pela criação da consciência de que o problema é coletivo e só coletivamente se pode lutar.

Nos bairros auto-construídos da periferia a luta é pelo direito ao realojamento. Quando essas periferias se tornam centrais, pelo crescimento da cidade, há municípios (Amadora, por exemplo) que querem demolir os bairros e expulsam as pessoas sem lhes assegurar uma alternativa de habitação digna.

Lembro ainda a Manifestação “Pelas nossas casas, pelas nossas vidas, lutamos”, em Setembro do ano passado. Organizada por quase 50 coletivos de Lisboa e Porto, numa articulação frutuosa entre movimentos. Por isso estamos muito empenhados no festival Habitação, no último fim-de-semana de Setembro deste ano, que é, igualmente, um movimento de articulação dos movimentos de resistência e luta pelo direito à habitação e à cidade, bens comuns.

